

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

PAULO BÓIA

A TRAJETÓRIA DO PT DA TESE DE SANTO ANDRÉ (1979) A CARTA AOS
BRASILEIROS (2002)

NITERÓI
2009

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

PAULO BÓIA

A TRAJETÓRIA DO PT DA TESE DE SANTO ANDRÉ (1979) A CARTA AOS
BRASILEIROS (2002)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marly Almeida Gomes Vianna

NITERÓI
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

B678t Boia, Paulo Roberto Barcelos Vieira.

A Trajetória do PT da tese de Santo André (1979)
a Carta aos Brasileiros (2002) / Paulo Roberto
Barcelos Vieira Boia.- Niterói, 2009.

191p.

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de
Mestre em História do Brasil - Universidade Salgado
de Oliveira, 2009.

Orientador: Dsc. Marly Almeida Gomes Vianna.

1. Partido dos trabalhadores (Brasil) - História. 2. Partidos políticos - Brasil - História. 3. Fundação Perseu Abramo. 4. História - Brasil. I. Título.

CDD 324.281

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

PAULO BÓIA

A TRAJETÓRIA DO PT DA TESE DE SANTO ANDRÉ (1979) A CARTA AOS
BRASILEIROS (2002)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História Social e Política do Brasil, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, como parte dos requisitos para conclusão do Curso.

Aprovada em 26 de Maio de 2009 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Dr^a. Marly Almeida Gomes Vianna (Orientadora) - UNIVERSO

Dr. Aluizio Alves Filho - UFRJ

Dr. Lincoln de Abreu Penna – UNIVERSO

Dr. Maurício Barreto Alvarez Parada - UNIVERSO

*Ao Paulo Vitor Bóia
Minha fonte inspiradora*

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda a energia criadora, apesar de Marx.

A Marly, professora eterna.

*A tradição de todas as gerações mortas
pesa muitíssimo sobre o cérebro dos
vivos.*

(Marx 18 brumário)

RESUMO

Este trabalho teve como foco principal o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo foi feito um estudo cronológico dos movimentos, facções e frações que atuaram no cenário nacional e que em muito lembram o termo moderno de Partido Político, surgidos daqueles embriões. Mostra-se o surgimento do Partido dos Trabalhadores em meio ao processo de redemocratização do Brasil e também foram analisadas suas transformações ao longo dessa existência. O recorte cronológico vai desde a fase pré-PT, situada em 1979, até 2002, relativo aos documentos analisados da Fundação Perseu Abramo. Pelo fato de o objeto desse estudo situar-se na história atual de nosso país, é inevitável que, em determinados momentos, sejam extrapolados estes limites, com a utilização de dados mais recentes que dão suporte às afirmações contidas na pesquisa. Demonstrou-se que o PT surgiu, naquela época, como uma novidade no cenário político nacional, rompendo com os padrões tradicionais de formação partidária e tornando-se o principal partido da oposição em nosso país. Teve então um papel crucial na mobilização da sociedade, ao longo da década de 80, tornando-se uma referência da esquerda a nível internacional e, principalmente, na América Latina. É apresentada sua vinculação com os movimentos sociais, que viviam um período de efervescência nos anos 80 e suas características de ruptura com a institucionalidade burguesa, propiciando um crescimento eleitoral constante e um salto demonstrado nas eleições para as prefeituras de 1988. Tenta-se demonstrar que é a partir das vitórias para as prefeituras em 88 que o PT começa a dar passos largos para a integração ao jogo político convencional. A objetividade foi fundamental neste estudo, principalmente ao tentar mostrar que os encantos do poder corrompem e fazem com que a ética, a ideologia e os programas de governo, na maioria das vezes, levam os governos a se afastarem cada vez mais de seus pressupostos iniciais.

Palavras-chave: PT – Partido dos Trabalhadores – História – Fundação Perseu Abramo – Formação partidária

ABSTRACT

This work had as main focus the sprouting of the Partido dos Trabalhadores - PT (the Brazilian Party of Workers). At the same time it was done a chronological study of the movements, factions and fractions that had acted in the national scenery and that in remember very much to the modern fashion of a Political party, generated from those embryos. It reveals the sprouting of the PT in the way to the process of redemocratization in Brazil and are also analyzed its transformations throughout its existence. The chronological clipping goes from the phase daily pre-PT, situated in 1979, up to 2002, and is related to the documents analyzed of the Foundation Perseu Abramo. The fact of the object of this study being situated in the current history of our country, it is inevitable that, in determined moments, these limits are surpassed, with the use of more recent data than those that give support to the affirmations contained in the research. It was demonstrated that the PT appeared, at that time, as a novel in the political national scenery, breaching with the traditional standards of partisan formation and becoming the main party of opposition in Brazil. It had taken a crucial paper in the mobilization of the society, throughout the decade of 80, becoming a reference of the international left, mainly in Latin America. It is presented its entailing with the social movements that lived a period of bubbling in the years 80 and its characteristics of rupture with the bourgeois institutionality, propitiating a constant electoral growth and a jump demonstrated in the elections for the 1988 City Halls. It is tried to demonstrate that it is from the victories for the City Halls in 88 that the PT starts to give wide steps for the integration to the regimen. The objectivity was basic in this study, mainly when trying to show that the enchantments of the power can corrupt and make with that the ethics, the ideology and the programs of government, most of the time, take the governments to move each time more distant from their initial statements.

Key words: PT - Partido dos Trabalhadores – Brazilian History – Fundação Perseu Abramo – Party's formation.

ANEXO A - A tese de Santo André	102
ANEXO B - Carta de princípios	104
ANEXO C - Declaração política	112
ANEXO D - Plataforma política	116
ANEXO E - Estatuto do PT	122
ANEXO F - Manifesto de lançamento	144
ANEXO G - Programa.....	148
ANEXO H - Carta de Brasília (O PT e o dia Nacional de Luta).....	156
ANEXO I - Desemprego.....	158
ANEXO J - Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, na 1ª convenção do PT	160
ANEXO L - Eleições.....	174
ANEXO M - Moção (O PT e a crise da previdência Social)	176
ANEXO N - Regimento interno.....	179
ANEXO O - Moção.....	182
ANEXO P - Carta ao povo brasileiro	184
ANEXO Q – Datas pré-PT.....	190

INTRODUÇÃO

Um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país. (GRAMSCI, 1989)

Desde que surgiram na história da sociedade brasileira os partidos políticos, foram formados de cima para baixo sem a participação do povo, ou seja, sem a participação de grupos constituídos pelas classes subalternas, em especial os trabalhadores. A elite dominante sempre defendia os interesses dos poderosos. Desde a época colonial, no Brasil mandam nobres e donos das terras, por exemplo, só votavam os que tinham um elevado número de alqueires de mandioca.

Quando se proclamou à República, surgiram partidos políticos mais organizados - os partidos republicanos, controlados pelas classes dominantes de cada Estado, que brigavam entre si pelo poder. Nas eleições votava-se somente para escolher o candidato dos fazendeiros. Era a época dos "coronéis" e do "voto de cabresto".

Por volta de 1890, surgiram no Brasil os primeiros partidos regionais (PRs), dos quais participavam muitos intelectuais que se inspiravam em princípios liberais e socialistas vindos da Europa. Tais partidos reivindicavam condições mínimas de trabalho: fim do trabalho noturno para as mulheres e crianças, jornada de oito horas e direito ao sufrágio universal e à educação universal e gratuita.

Em 1906, foi fundada a Central Operária Brasileira (COB), e suas maiores lideranças eram de formação anarquista e anarco-sindicalista, sendo esta a primeira tentativa da classe operária de construir uma central sindical no país. Os trabalhadores organizaram no Rio de Janeiro e em São Paulo - os dois principais pólos operários do país - uma grande manifestação de 1º de maio por suas

reivindicações. Em São Paulo, o ato não pode ser realizado na Praça da Sé. A COB convocou então uma reunião em recinto fechado, que contou com a presença de centenas de trabalhadores. A reunião decidiu convocar uma greve geral e os primeiros a entrar em greve foram os metalúrgicos, seguidos por outras categorias. As paralisações se estendem também para Campinas, Ribeirão Preto, Itu e Santos.

Desde então grandes atos operários foram organizados. De 1907, 1909, 1910, 1913, 1915 em diante, a classe trabalhadora evoluiu rapidamente para sua consciência de classe contra os patrões.

No bojo da luta da classe operária por seus direitos, surgiu em 1922 o Partido Comunista do Brasil (PCB) que, apesar de pequeno, foi o primeiro partido nacional do país. Em 1937, com o golpe do presidente Getúlio Vargas que instaurou um período de ditadura (conhecida pelo nome de Estado Novo), foi fechado o Congresso Nacional e proibidos os partidos políticos. Somente com o final do Estado Novo, em 1945 e a redemocratização do país, foram organizados partidos políticos nacionais, sendo os principais: Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN); esta apesar, de não se chamar partido, configurava-se como tal. Além destes, pelo menos outros dez partidos menores estiveram representados no Congresso Nacional.

Em 1946, foi instalada uma Assembléia Constituinte, que, depois de sete meses de trabalho legislativo, promulgou em 18 de setembro do mesmo ano uma Constituição brasileira que tinha como princípio básico o estabelecimento da democracia liberal, como regime político da nação. Essa Constituição vigorou até 1964, quando houve o golpe militar.

A partir de 1964, o governo esteve nas mãos das Forças Armadas, que passaram a decidir, efetivamente, quem ocuparia o cargo de presidente da República. O período de 1964-1985 ficou conhecido como período da ditadura militar.

Entre 1964 e 1985, os governos militares acabaram com as instituições democráticas e impuseram censura aos meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais, revistas etc. Muitos brasileiros que se opunham a essa situação foram perseguidos, exilados, torturados e mortos pelos órgãos de repressão. Também foram extintos todos os partidos políticos existentes, sendo criados apenas

dois: um para apoiar o governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, do outro lado, para fazer oposição ao governo dentro de limites considerados “aceitáveis”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que depois se tornaria o (PMDB).

Entre os cinco presidentes militares que assumiram o governo, encontrava-se o general Ernesto Geisel, (1974–1979), que integrava um grupo de oficiais militares favoráveis à devolução gradual do poder aos civis. Em seu governo apesar da tortura e morte de presos políticos, começou um lento processo de transição para a democracia no país. Em 1978, em pleno cenário de transição, foi lançada a idéia da criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

O Partido dos Trabalhadores vem a confundir-se com os movimentos sociais, em busca de expressão na cena política, durante a ditadura. As Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica tiveram grande importância no período e ganharam influência junto ao povo. O novo sindicalismo que surgiu no período era composto de militantes esparsos vindos de grupos de esquerda revolucionários derrotados pelo regime militar à procura de uma atuação política mais próxima do cotidiano dos trabalhadores. Todos esses elementos contribuíram para a organização da população em movimentos que expressavam a insatisfação social: conquistas por creches, moradia, melhores salários, condições de saúde etc.

O PT surgiria de militantes vindo do interior desses movimentos, de setores da esquerda católica, de intelectuais, de ex-militares ou simpatizantes de organizações clandestinas de combate à ditadura, da ala mais à esquerda do MDB, do movimento estudantil e do novo sindicalismo, cujo centro era São Bernardo do Campo, em São Paulo.

Em 1979 assumiu a presidência o general João Baptista Figueiredo, último presidente militar. Durante seu governo, sindicatos de trabalhadores, grupos de empresários, Igreja, associações artísticas e científicas, universidades e imprensa reivindicaram a redemocratização do país. Diante das pressões de grande parte da sociedade, acelerou-se a abertura política e a anistia foi decretado a 29 de agosto daquele ano.

A campanha pela redemocratização do país obteve os primeiros resultados positivos com o fim do bipartidarismo e foram criados novos partidos para

disputar as eleições seguintes. A ARENA mudou seu nome para Partido da Democracia Social (PDS), enquanto o MDB apenas acrescentou o P ao início de sua sigla - PMDB. Outros partidos renascem - Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que nasceu sob o comando de Ivete Vargas, sobrinha do presidente Getúlio Vargas; outros foram criados - o ex-governador Leonel Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). O PT, como já dissemos, foi fundado por políticos e movimentos de esquerda e sindical que surgiram depois das greves de 1978 e 1979.

O Partido dos Trabalhadores, ao ser criado, dizia-se com o objetivo de defender a existência de uma organização independente do Estado, de fazer surgir uma sociedade justa, humana, fraterna, contra a discriminação, contra a desigualdade social; fazer incluir os excluídos, derrotar a política neoliberal, dar fim ao capitalismo, reconstruir os valores morais, políticos e culturais visando sempre o socialismo, enfim, lutar pelos direitos dos trabalhadores para melhores condições de vida.

Apesar do grande prestígio entre os trabalhadores, o PT só conseguiu eleger seu candidato à presidência no ano de 2002, quando Luís Inácio da Silva chegou à presidência.

Dentro das vicissitudes da história do PT, o que se percebe na atualidade é que esse partido está longe de realizar os objetivos expostos em seu programa da época de sua criação.

Luís Inácio da Silva sempre se gabou, quando foi líder sindical dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, que por inúmeras vezes enfrentou situações de adversidade e diante delas sempre agiu com o senso do dever e transparência. Entretanto, para muitos, o seu comportamento, hoje, perante os problemas do governo e do país, é outro. Muitos indagam, por exemplo: pode o presidente preocupado com os seus interlocutores e estando à frente de um desafio histórico que é governar um país com tantas diferenças sociais e contradições, dizer não saber das corrupções e clientelismos que assolam o partido, como no caso do “*mensalão*”?

Outros fatos também ligados ao PT demonstram o quanto o partido parece ter se afastado das suas premissas iniciais, perdendo sua identidade: “ao contrário da antiga proposta de comprometimento com o povo, o Partido dos

Trabalhadores (PT) perdeu a sua identidade política, segundo Leonardo Brandão militante do partido desde os 14 anos, afirmando que o PT hoje vive de negociação política, transformando as administrações públicas em troca de benefícios. (Jornal do Brasil em 19/12/07)

Essa situação, cada vez mais presente, parece dar razão aos autores que colocam que quando um partido passa a fazer parte da administração, seja ela municipal, estadual ou federal, tende a tornar-se um partido “clientelista”, muitas vezes se afastando de suas propostas iniciais. (Duverger, Maurice, 1969.)

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as transformações sofridas no Partido dos Trabalhadores, ao longo dos primeiros anos de sua existência. O recorte feito vai da fase pré-PT, situada em 1979, até 2002, quando Lula assumiu o Governo da República. Como o objeto de estudo se situa em uma história recente da sociedade brasileira, é inevitável que em determinados momentos se venha extrapolar os limites aqui colocados.

Pretendo demonstrar que o PT surge como um novo sujeito de representação, rompendo com os padrões tradicionais de formação partidária, tornando-se o principal partido de oposição em nosso país na década de 1980, e uma referência para a esquerda a nível internacional, principalmente na América Latina. A trajetória de criação desse novo sujeito foi acompanhada por setores do mundo inteiro.

Justifica-se a escolha do tema, pela importância do Partido dos Trabalhadores na sociedade brasileira, por sua base nos movimentos sociais e por sua ligação com a classe operária, assim como pelas transformações havidas no partido em tempos recentes. A partir das vitórias para as prefeituras em 1988 e para a presidência do Brasil (2002), o partido acabou se distanciando de seus pressupostos originais.

Sobre a relevância do tema, cabe transcrever as palavras de Carlos Dalmiro da Silva Soares, procurador do Estado de Santa Catarina, no que diz respeito aos partidos políticos:

A essência da democracia reside em dois princípios fundamentais: o voto e os Partidos Políticos. Quando nascem a liberdade e a democracia, aparecem os partidos políticos, símbolos da participação do povo na soberania do Estado. Portanto, podemos entender como

Partido Político a divisão do povo de uma nação em vários agrupamentos, cada um deles possuindo seu próprio pensamento no que diz respeito à maneira como a Nação poderá ser governada. Os partidos servem para exprimir e para formar a opinião pública. São um foco permanente de difusão do pensamento político, além de estimular os indivíduos a manter, exprimir e defender suas opiniões. (SOARES, 2007)

Nesse aspecto, verifica-se que os partidos políticos possuem um papel muito importante para uma nação, pois são eles que levantam perante o eleitorado todos os problemas da sociedade, bem como apresentam planos de programa que propõem dar soluções para aqueles transtornos, caso conquistem o poder. São o elo de comunicação entre a sociedade civil e o Estado.

Em relação ao PT, pode-se associar os seus objetivos, ao que já dizia Marx: à classe trabalhadora deve-se colocar a tarefa de organizar-se e criar seu partido para estabelecer relações políticas com o Estado e com a sociedade burguesa, para criar uma nova sociedade, sem classes, sem dominação do homem pelo homem, onde todos devem ser livres para realizar suas potencialidades humanas, em que “o livre desenvolvimento de cada um será condição para o livre desenvolvimento de todos. (MARX, 2007)

Os objetivos de pesquisa são:

1- Analisar as transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores (PT), no período proposto - 1979-2002;

2- Demonstrar que o PT surgiu como uma novidade no cenário político nacional, rompendo com os padrões tradicionais daquela época e tornando-se o principal partido de oposição no país;

3- Definir a organização interna do Partido dos Trabalhadores com base na Lei Orgânica dos Partidos Políticos e também a participação dos movimentos eclesiais e sindicais na base do partido;

4- Apontar as origens do Partido dos Trabalhadores;

5- Expor quais foram os objetivos a serem alcançados pelo Partido dos Trabalhadores, quando à época de seu surgimento, para a classe trabalhadora.

Trabalharemos com as hipóteses de que:

- A partir da vitória para a prefeitura em 1988, o PT começou a dar passos largos em direção ao poder, ao mesmo tempo que começou a mudar sua perspectivas político-programáticas.

- O Partido dos Trabalhadores configurou uma novidade no arranjo de forças políticas advindo com a Reforma Partidária de 1979, pois ele não se alicerçou em padrões conhecidos de organização partidária no Brasil da época; ao contrário, este partido tinha raízes na sociedade proposta, com atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares;

- O Partido dos Trabalhadores não existiria se o desenvolvimento econômico pós-64 não tivesse criado uma nova classe trabalhadora, diferente daquela que serviu de base para a formação do PTB e do PCB. O Partido dos Trabalhadores é fruto da politização de um novo sindicalismo, dos movimentos populares ligados à Igreja progressista e da luta democrática contra a ditadura militar;

- O aumento do peso numérico dos funcionários de gabinete dos prefeitos e parlamentares, a partir dos anos 80, levou a um predomínio destes setores na vida orgânica do Partido dos Trabalhadores.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos:

- No primeiro capítulo trabalho com os conceitos de partidos políticos no Brasil, e um breve levantamento histórico deles;

- O segundo capítulo trato da idealização do (PT), destacando seus objetivos políticos através de seu programa e a partir da Tese de Santo André.

- No terceiro capítulo, faço uma breve análise do novo sindicalismo e a constituição do PT, analisando o discurso de alguns de seus líderes.

Na conclusão faço uma avaliação e uma comparação sobre os objetivos que o PT tinha quando da época de seu surgimento e seu comportamento atual.

Para comprovar as hipóteses aqui levantadas, trabalho com as seguintes fontes:

Primárias: 1) pesquisa de ex-presidentes do (PT) – núcleo de opinião Pública da Fundação Perseu Abramo; 2) Publicações partidárias: - Boletim do PT; - Boletim nacional do PT; - Cadernos.

Apesar de serem utilizadas principalmente fontes escritas, também conta com fonte oral de inestimável valor: os depoimentos de militantes que contribuíram com a formação do Partido dos Trabalhadores. Tais como:

- Eloísa Helena - Uma das fundadoras do PT, no Estado das Alagoas, senadora eleita pelo PT e expulsa do partido. Foi candidata à presidência da República pelo PSOL em 2006, presidente nacional do PSOL;
- Paulo Eduardo Gomes - Sindicalista e um dos fundadores do PT na cidade de Niterói, vereador inicialmente eleito pelo PT, hoje integrante do PSOL e vereador pelo mesmo partido;
- Cyro Garcia - Fundou e dirigiu o PT e a CUT na década de 80. Expulso do PT, rompeu com a CUT e hoje é presidente do PSTU-RJ.

Como fontes secundárias à bibliografia pertinente ao assunto. Com este trabalho, almejo preencher algumas e não todas lacunas existentes nesse novo sujeito de representação política que é o PT.

CAPÍTULO UM

PARTIDOS POLÍTICOS

1.1 Sistemas partidários e partidos políticos

Atualmente fala-se em partidos de esquerda, partidos de centro e partidos de direita, e em suas combinações. Segundo Lawrence Lowell, esse fato poderia ser entendido se os homens fossem divididos em contentes e descontentes, e em favoráveis ou hostis às transformações da ordem estabelecida, de tal sorte que, combinando-se esses traços dois a dois, encontrar-se-iam quatro grupos de homens: (a) contentes com a ordem estabelecida, contrários a qualquer mudança, que são os conservadores; (b) contentes com a ordem estabelecida, mas predispostos a aceitar certas mudanças na ordem vigente, que são os liberais, ditos também, de centro; (c) descontentes com a ordem estabelecida, postulando transformações, que são os socialistas, os esquerdistas em geral, de moderados a radicais; (d) descontentes com a ordem vigente, não porque desejem mudanças, mas porque acham que já se avançou demais, que já se ultrapassaram os limites razoáveis, que são os reacionários de todos os matizes, os direitistas em geral, integralistas, fascistas e nazistas (FRIEDRICH, 2001).

A formação de correntes partidárias, representativas dessas várias situações, conforme predominância ou equilíbrio de umas e outras, dá margem ao surgimento dos sistemas de partidos políticos, que, segundo lição de Maurice Duverger, consistem nas formas e modalidades de coexistência de diversos partidos em um país. Os diferentes modos de organização partidária possibilitam o surgimento de três tipos de sistemas:

a) Unipartidarismo ou partido único: próprio dos regimes totalitários.. As ditaduras do século XX, com raras exceções, fizeram do partido único o instrumento máximo da conservação do poder, sufocando o pluralismo político sem o qual a liberdade se extingue. O partido único é o sustentáculo da ditadura, conforme assinala Duverger. Neste sistema o partido se confunde com o poder e sua doutrina se torna a idéia do direito oficial.

b) Bipartidarismo: considerado por alguns escritores políticos como o sistema democrático por excelência em matéria de organização partidária. O sistema bipartidário não significa literalmente a existência de apenas dois partidos. É possível que vários partidos concorram, mas o sistema tecnicamente se acha de tal forma estruturado que só dois partidos se reúnem de maneira permanente a possibilidade de chegar ao poder. O sistema bipartidário tem algo que corresponde a um traço natural da divisão política da sociedade, conforme assinala Duverger (1970). (DUVERGER, Maurice, 1970. p.13)

c) Multipatidarismo ou pluripartidarismo: Os adeptos do pluralismo partidário louvam-no como a forma de colher e fazer representar o pensamento de variadas correntes de opinião, emprestando às minorias políticas o peso de uma influência que não existiria no sistema bipartidário ou no sistema monopartidário. Por outro lado, no sistema presidencial, indica-se ordinariamente a pulverização partidária como fator de enfraquecimento do regime, determinando-lhe não raro seu colapso. No sistema parlamentar o multipatidarismo conduz inevitavelmente aos governos de coalizão ou coligação, com gabinetes de composição heterogênea, sem rumos políticos coerentes, sujeitos a uma instabilidade manifesta. Não obstante, estes governos por sua natureza tendem a ser mais sensíveis à opinião pública.

Em sua visão, a maioria dos estudos relativos aos partidos políticos se prende sobretudo à análise das suas doutrinas, sendo essa orientação decorrente da noção liberal de partido que o considera, antes de tudo, um agrupamento ideológico. Cabe aqui trazer à baila uma das referências do autor sobre partidos político: “Um partido é uma reunião de homens que professam a mesma doutrina política” (DUVERGER, 1970, p. 14).

Observa Duverger que os partidos atuais se definem muito menos por seu programa ou classe de seus adeptos do que pela natureza de sua organização.

Um partido é uma comunidade de estrutura particular. Sua organização repousa essencialmente em práticas e hábitos não-escritos: “ela se conserva quase inteiramente costumeira”.

A vida dos partidos cerca-se intencionalmente de mistério: não se pode obter facilmente deles os ensinamentos precisos, mesmo elementares. Encontramos aqui num sistema jurídico primitivo, onde as leis e os rituais são secretos, onde

os iniciados os escondem ferozmente da vista dos profanos. Apenas os velhos militantes do partido conhecem bem as convoluções de sua organização e as sutilezas das intrigas que aí se entrelaçam. Mas eles raramente possuem um espírito científico que lhes permita conservar a objetividade necessária (DUVERGER, 1970, p. 15 e 17).

Quanto à origem dos partidos, o autor salienta que a analogia das palavras não deve levar a confusões, e diz: “as facções que dividiram as Repúblicas antigas, os Clãs que se agrupavam em torno de um condottiere na Itália da Renascença, os clubes onde se reuniam os deputados das assembleias revolucionárias, os comitês que preparavam as eleições censitárias das assembleias revolucionárias, bem como as vastas organizações populares que enquadram a opinião pública nas democracias modernas” (DUVERGER, 1970, p. 19).

Conclui o autor: identidade nominal justifica-se por um lado, pois traduz certo parentesco profundo. Todas as instituições citadas desempenham o mesmo papel que é o de conquistar o poder e exercê-lo? Porém se vê, apesar de pontos acentuados entre ambos, que não se trata da mesma coisa.

Em 1850, nenhum país do mundo, salvo os Estados Unidos, conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo.

Encontrava-se, portanto, em 1950, em outras nações civilizadas, tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido (DUVERGER, 1970, p. 19).

Ainda sobre a origem, afirma ele: da mesma forma que os homens trazem durante toda a sua vida a marca da infância, assim também os partidos sentem a influência de suas origens. É impossível, por exemplo, compreender a diferença de estrutura que separa o Partido Trabalhista britânico do Partido Socialista Francês, se não forem conhecidas as diferentes circunstâncias do seu nascimento. Em seu conjunto, o desenvolvimento dos partidos parece associado ao da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares. Portanto, o nascimento dos partidos encontra-se ligado ao dos grupos parlamentares e comitês eleitorais, naquela época (DUVERGER, 1970, p. 19-20).

Para Afonso Arinos no que se refere aos partidos políticos, na acepção atual, pode-se afirmar que as suas origens não vão além do último quartel do século XVII.

Indo mais além, e é verdade, tem se dado o nome de partido político a agrupamentos políticos de todas as épocas, mas não se encontra, de fato, nos que antecedem à centúria designada nenhum traço das características das atuais organizações partidárias.

Quando os tradutores da “Constituição de Atenas” de Aristóteles escrevem partido democrático ou partido popular, por oposição a partido dos ricos ou dos nobres, estão, evidentemente, levados pela terminologia política contemporânea.

Cabe observar que, em Atenas, a organização dos poderes do Estado nada tinha a ver com partidos, nem com algo que deles se aproximasse (FRANCO, p. 10).

Afonso Arinos decodifica os grupos que os historiadores chamavam de partidos, e diz:

“Tanto em Roma como em Atenas e ratifica nem mesmo adotando o conceito comunista de partido isto é, concebendo-se o partido como organismo político representativo de classe social, poderemos dar à palavra, quando aplicada a história greco-romana, o seu sentido atual. E isto porque, no sentido atual, mesmo comunista, partidos pressupõem-se uma organização teórica e prática, pressupõem-se a existência de um mecanismo, de um instrumento de ação inexistentes no quadro fluido e descontinuo das lutas de classe antigas”(FRANCO, p. 11 e 12)

Para Umberto Cerroni, pensar a teoria de partido político é pensar em algo muito novo no ordenamento político, uma “disciplina sumariamente jovem, tão jovem como é a história do partido político” (CERRONI, 1969, p. 1).

Parece concentrar-se em ordens de problemas, referido a uma análise sociológica do partido (sua composição, estrutura, direção e gravitação social) e o outro às conseqüências que acarreta a existência do partido no mecanismo da constituição política moderna. Mas no centro dos estudos realizados em ambos os campos, encontra-se noção comum do partido político como organização

permanente de um agrupamento humano unido por uma identidade de opiniões acerca da vida política e consagrado a conquistar o poder com técnicas mais ou menos semelhantes.

A teoria do partido vem assim a ter por objetivo um instrumento da técnica política moderna de orientação e influência das massas e de lutas pelo controle do Estado. Dentro dessa perspectiva, as diferenças de ideais que em outros âmbitos parecem relevantes e decisivas (por exemplo, nas análises das doutrinas políticas, mas também da eleição prática das orientações políticas) passam aqui a segundo plano frente à identidade fundamental da estrutura técnica do partido (CERRONI, 1969, p. 1).

Nessa perspectiva pode-se conceituar partido político, como um agrupamento de pessoas que possuem em comum a mesmo interesse, ou seja, o poder estatal, que só conseguirão através de um programa político bem estruturado.

1.2 Partidos políticos no Brasil

No Brasil, os primeiros movimentos com características do termo moderno partido político, ou seja, com ideologias, doutrina própria e objetivo datam dos tempos imperiais. São eles a Facção Brasileira e a Facção Estrangeira. Embora estas forças pudessem, algumas vezes, se identificar com grupos sociais específicos, estavam ainda longe de constituir organizações políticas, por isso são chamados por Afonso Arinos de Melo Franco de “facções”.(FRANCO, p.26)

É possível que identifiquemos grupos e até associações políticas antes da Independência e da Constituição. A luta pela predominância de certos interesses sociais sobre outros, dentro do organismo do Estado, é sempre uma luta política e de grupos políticos, qualquer que seja o regime instituído no mesmo Estado. Mas, no sentido técnico constitucional, não podemos chamar partidos a tais grupos, mas apenas, facções (CERRONI, 1969, p. 26).

Faz-se necessário abordar algumas considerações sobre as facções apontadas, já que foram importantes para a independência política do Brasil de Portugal, e para a história de nossas organizações políticas.

Como é notório, o português, quando à época do descobrimento do Brasil não tinha a intenção de desenvolvê-lo (economicamente, culturalmente e politicamente), e sim de explorá-lo. Esse fato, ao longo do tempo, acabou gerando uma contradição inevitável entre a metrópole (Portugal) e a colônia (Brasil), que se expressava no antagonismo: desenvolver a metrópole e explorar a colônia.

Durante o período colonial, houve várias rebeliões envolvendo colonizadores (comerciantes; governadores das capitanias; magistrados; militares de alta patente; bispos e arcebispos que ocupavam boa parte dos cargos administrativos na colônia) e colonos (senhores de engenho, fazendeiros de algodão e tabaco, pecuaristas, proprietários de minas de ouro e diamantes), pois muitas vezes esse último grupo se sentia prejudicado pelas normas, pelo controle e domínio que a metrópole exercia sobre a colônia em relação ao comércio.

Observa-se já que os primeiros partidos, ou, como chama Afonso Arinos, “facções” eram formadas pelos grupos dominantes.

Por motivo das guerras napoleônicas o príncipe regente D. João transfere-se para o Brasil. Poucos dias após seu desembarque e da família real D. João decretou a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional (a 29 de janeiro de 1808). Com essa medida, extinguiu-se o monopólio do comércio colonial. Os comerciantes da colônia ganhavam liberdade de comércio, e o Brasil começa a se emancipar de Portugal.

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Com essa medida, na prática, o Brasil deixava de ser colônia de Portugal e adquiria autonomia administrativa.

Mediante essa autonomia, criou-se uma situação incomum para os portugueses: a antiga colônia tornou-se sede do Reino Unido. Ou seja, Portugal e Brasil invertiam seus papéis: “a colônia colonizando a metrópole”. (DANTAS; TEIXEIRA, 1979)

Esse fato se espalhou-se rapidamente por Portugal e entre os seus objetivos estava, contraditoriamente, o de recolonizar o Brasil, ou seja, queriam extinguir a autonomia administrativa adquirida pela colônia, bem como a liberdade de comércio. Essa revolução chegou até mesmo a conquistar adeptos no país.

Os grandes comerciantes do Brasil logo perceberam as intenções dos portugueses e como desejavam manter a liberdade de comércio e a autonomia administrativa, organizaram a chamada “Facção Brasileira”, que reunia homens de diferentes posições políticas, mas que tinham os mesmos objetivos, ou seja, enfrentar a Corte Portuguesa e seu projeto de recolonizar o Brasil (defendido pela Facção Estrangeira). (DANTAS; TEIXEIRA, 1979)

Os confrontos entre essas facções levaram ao rompimento político do Brasil com Portugal. Sucessivamente, esse fato, fez com que ocorresse a proclamação da independência do Brasil, na cidade de São Paulo em 7 de setembro de 1822.

Após a Independência do Brasil, foi necessária em 1823, a convocação de uma Assembléia Constituinte para elaborar a primeira Constituição brasileira. Nesse momento ainda não podemos falar de partidos políticos propriamente ditos, mas sim a continuação de facções políticas: os monarquistas, os moderados e os exaltados.

Os monarquistas, com tendência conservadora, defendiam um regime absolutista e centralizador, ou seja, o poder nas mãos do rei; os moderados aceitavam as idéias dos monarquistas, desde que existissem, juntamente, algumas instituições de tipo republicano (esse grupo defendia um poder descentralizado, onde as províncias brasileiras pudessem ter mais autonomia); e, os exaltados, mais liberais que os moderados, defendiam idéias republicanas e federativas (implantação da democracia), eles defendiam o fim da Monarquia e a instalação da República (MOTTA, 1971, p. 1).

Os monarquistas tiveram suas origens políticas na facção estrangeira; os moderados e exaltados são fruto da cisão entre brasileiros. Aqueles grupos eram formados por militares, jornalistas, bacharéis em Direito, sacerdotes, nobreza burocrática, clero, grupo de comerciantes portugueses, altos funcionários públicos, etc.

Até 1831, época da abdicação do imperador D. Pedro I, aquelas facções se revigoraram, e se organizaram formalmente como partidos políticos. Surgiram assim, os três primeiros partidos brasileiros: restauradores, também chamados de

Caramurus; os liberais exaltados, também conhecidos pelos apelidos de Farroupilhas ou Jurujubas e os liberais moderados, apelidados de Chimangos.

João Camilo de Oliveira Torres considera que “a abdicação do rei foi um ponto de partida para a vida partidária brasileira” (TORRES, 1981, p. 28).

O primeiro partido tinha por escopo à volta do rei ao poder. Defendiam um regime absolutista e centralizador; o segundo partido defendia a descentralização do poder, era pela autonomia administrativa das províncias, pelo sistema federalista, o fim da Monarquia e a instalação da República; e o terceiro grupo lutava pela preservação da unidade territorial do país, pela Monarquia, mas sem absolutismo e ampliação ao poder dos governantes nas províncias.

Observa-se que esses grupos tinham como objetivo modificações na relação das províncias com o governo central. E lutavam por seus interesses e não pelos menos favorecidos.

Com a morte de D Pedro I, em 1834, o Partido Monárquico extinguiu-se. Ficam apenas as facções dos moderados e exaltados. Os velhos monarquistas e alguns moderados dissidentes formam o Partido Conservador, chamado de Saquarema; outra parte da facção dos moderados, juntamente com a facção dos exaltados formam o Partido Liberal, também chamado de Luzia, ambos em 1837.

Joaquim Nabuco considera a legislatura de 1838 como sendo o berço dos dois primeiros partidos políticos brasileiros (NABUCO, apud FRANCO, 1974, p. 31), e José Antônio Soares de Sousa concorda com ele (SOUSA, apud FRANCO, 1974, p. 31). Diverge desse pensamento Américo Brasiliense, que defende que o Partido Liberal teve seu surgimento desde 1831, com a abdicação do rei (BRASILIANSE, apud FRANCO, 1974, p. 31).

Os dois partidos não se respeitavam e nem se impunham à opinião pública, cada um possuía seu órgão de imprensa do qual utilizava para atacar o adversário.

A política desse período, não se fazia em função de programas e objetivos ideológicos definidos ao termo moderno de organização partidária. A grande preocupação daqueles políticos era chegar ao poder, pois significava obter prestígio e benefícios para si próprio e para sua gente.

Ambos os partidos utilizavam-se dos mesmos recursos para lograr vitórias eleitorais, concedendo favores aos amigos e empregando a violência com relação aos indecisos e aos adversários (FAUSTO, 2001, p. 181).

Em 1853, houve uma conciliação entre aqueles dois partidos, chefiada por Honório Hermeto Carneiro Leão, Marques do Paraná, que durou até 1862.

Neste período o Partido Liberal e o Partido Conservador esqueceram as rivalidades políticas e se uniram em um único ministério. Durante o referido período, tornou-se famosa, como caracterização da semelhança programática entre os dois partidos, a frase de Soriano de Souza: "Não há nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia no poder" (SOUSA, apud VIANNA, 2006, p. 1).

Maria Célia Freire e Marlene Ordonez sublinham:

Na prática, esses partidos funcionavam independentemente de sua ideologia e não eram orientados pelos seus princípios. Lutavam apenas pela posse do poder. Havia elementos do Partido Liberal, bastante conservadores em suas idéias e conservadores que apresentavam projetos de reforma progressistas. Tudo dependia das conveniências. (FREIRE; ORDONEZ, 1971, p. 119)

Mas, apesar desta fase política de conciliação, era, na realidade, uma etapa de domínio das forças do poder conservador, principalmente, após a morte do seu idealizador, acima mencionado.

Os liberais, descontentes com o domínio do Partido Conservador, formaram uma nova organização política, conhecida como Liga Progressista ou Partido Liberal Progressista, a que se ligaram alguns conservadores progressistas dissidentes do partido. Outros liberais permaneceram unidos em uma facção conhecida como históricos. A Liga Progressista visava dar um caráter mais dinâmico ao liberalismo político do Império.

Nesta época o panorama político foi definido pelo confronto de três partidos:

A liga, fruto de uma rebelião contra o domínio conservador; os históricos, formados pelos liberais, que discordavam da união de elementos divergentes na Liga Progressistas; e os membros não dissidentes do Partido Conservador (MOTTA, 1971, p. 5).

Em 1868, o Imperador D. Pedro II, dissolveu a Liga, com o objetivo de nomear um gabinete conservador. Os liberais, alijados do poder, se reuniram de novo no Partido Liberal, com o objetivo de lutar contra o governo conservador. No entanto, alguns liberais, desligaram-se do partido e fundaram uma célula republicana.

O ponto culminante deste movimento republicano-liberal surgiu em 1870 com a publicação do *Manifesto Republicano* (que, em trecho, afirmava: “Somos da América e queremos ser americanos”). Foi a criação do Partido Republicano.

No dia 15 de novembro de 1889, com a derrubada dos conservadores pelos republicanos, caracterizou a vitória do ideal republicano, que marcou o fim da Monarquia parlamentar e o início da República, sendo conseqüentemente extintos os partidos imperiais.

O novo governo fora organizado pelos grupos sociais que promoveram a República, ou seja, militares, cafeicultores e profissionais liberais, elites gaúchas, ou seja, novamente o país estava sendo comandado pelas elites. Totalmente nula foi a participação popular no surgimento da República.

No período republicano que vai de 1889 a 1894 o Brasil foi governado por militares. Do início dos governos civis a política foi marcada pela influência de grandes fazendeiros que não tinham programas definidos em prol para o país, mas defendiam interesses próprios. Como disse Marly Vianna: “os políticos da época não possuíam programas definidos, eles defendiam pequenos e mesquinhos interesses de grupos, muitas vezes familiares” (VIANNA, 2006, p. 1).

Em 1929 houve uma aliança entre os partidos da época: o Partido Republicano de Minas Gerais, Partido Republicano do Estado do Rio Grande do Sul juntamente com o da Paraíba e o Partido Democrático de São Paulo que organizaram a Aliança Liberal para apoiar a candidatura para a presidência de Getúlio Vargas. Este, em 1930 sobe ao poder, tornando-se presidente provisório do país – tornando-se presidente eleito em julho de 1934.

A importância do movimento de 30 para a história do movimento operário organizado, que passou a ser tutelado pelo Estado, se reflete na criação de um quarto poder, a serviço direto do Executivo, superpondo-se ao Judiciário e principalmente ao Legislativo. (CHACON, 1981)

No ano de 1935, foi criada a ANL (Aliança Nacional Libertadora) que passou a defender idéias democráticas e nacionalistas frente ao governo Getúlio. A ANL era uma frente política, com a participação dos comunistas. Entre outros segmentos que a compunham, encontravam-se importantes sindicatos. O programa básico da ANL centrava-se em três pontos: o antiimperialismo, o antifascismo e a luta contra o latifúndio. Preconizava a constituição de um governo popular.

Em pouco tempo, a ANL organizou mais de 1.500 núcleos de militantes e simpatizantes; só no Rio de Janeiro inscreveram-se mais de 50 mil aliancistas. A entidade promoveu concorridos comícios e manifestações públicas em diversas cidades e teve sua atuação divulgada por dois jornais diários a ela diretamente ligados, um do Rio de Janeiro e outro de São Paulo. (LINZ, 1980, p. 120)

O forte crescimento da ANL foi visto como preocupante pelo governo, e em poucos meses, o regime declarou sua ilegalidade, prendendo muitos de seus membros e fechando suas sedes. Em 1935, o fracassado golpe militar da ANL, acabou por fortalecer Getúlio Vargas.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, dirigindo uma proclamação à Nação, declarou-se presidente permanente, e decretando o chamado Estado Novo. Embora a Constituição então em vigor (desde 1934) determinasse que os estados brasileiros tivessem autonomia político-administrativa e econômica, uma das primeiras ações de Vargas foi exatamente contrária: nomeou interventores nos estados (tenentes que representavam os interesses do governo central) e fez queimar todas as bandeiras estaduais, frisando assim a centralização governamental. Os Estados ficaram sob a intervenção federal. Além disso, foi extinto o Congresso Nacional, bem como os partidos políticos.

No mesmo ano de 1937 foi elaborada nova Constituição, conhecida como “Polaca”.

Totalmente proibidos durante o Estado Novo (1937-1945), os partidos políticos só tiveram seu funcionamento autorizado a partir de 1945.

Segundo Juan Linz os regimes autoritários podem ser definidos como:

Sistemas políticos com pluralismo limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns

pontos do seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas na realidade, bem previsíveis. (LINZ, 1980, p. 121)

A partir de 1945, com o final da guerra e a derrota do nazi-fascismo, a sociedade brasileira passou a exigir com maior ênfase eleições imediatas.

Em boa parte, toda essa movimentação política contra o governo de Vargas era decorrente do fato da participação brasileira na II Guerra Mundial, através da FEB (Força Expedicionária Brasileira), ao lado das nações democráticas contra os estados fascistas. Afinal, os soldados brasileiros morriam nos campos da Itália em nome da defesa da democracia e da liberdade, enquanto no Brasil mantinha-se uma ditadura opressiva. (DANTAS, 1979, p. 323).

A 28 de fevereiro de 1945 Getúlio Vargas decretou a Lei Constitucional nº 9, também conhecida como Ato Adicional à Constituição de 1937. A lei fixava um prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação para a marcação de eleições diretas à Presidência da República. (GOMES, 1986, p. 234).

Organizam-se imediatamente alguns partidos políticos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Outros pequenos partidos foram criados: uma divergência na UDN deu origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), e também surgiram o Partido Orientador Trabalhista, Partido de Representação Popular (integralista), Partido Proletário do Brasil e Partido Trabalhista Nacional. Nesse contexto, renascia a vida partidária.

O PTB foi fundado no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), em 15 de maio de 1945 sob a inspiração de Getúlio Vargas, seu maior líder e no bojo do Queremismo, movimento popular cuja consigna era “Queremos Getúlio” e que propunha uma Assembléia Constituinte com Getúlio na presidência da República.

Esse partido pregava diversas reformas, como a urbana, a agrária e a educativa, e dava ênfase no crescimento econômico, desenvolvimento industrial, nacionalização de recursos e mais apoio à educação. (CHACON, 1981, p. 331)

A União Democrática Nacional (UDN) foi um partido político brasileiro fundado em 7 de abril de 1945, frontalmente opositor às políticas e à figura de

Getúlio Vargas e de orientação liberal. Praticamente pode-se dizer que os aderentes a essa organização somente se reuniram pelo desejo comum de ver Vargas e seu regime discricionário desalojados. Esse partido congregava a burguesia e a classe média urbana, e era favorável ao capital estrangeiro e à iniciativa privada. (Caberia à UDN o papel de maior instigadora das tentativas de golpes militares que se sucederam até a vitória em 1964). (CHACON, 1981, p. 332)

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado em 17 de julho de 1945 e foi formado também sob os auspícios de Getúlio Vargas. Entre 1945 e 1964, junto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formava o bloco pró-getulista da política brasileira, em oposição à União Democrática Nacional (UDN) antigetulista. Durante sua existência, foi o partido majoritário na Câmara dos Deputados, tendo eleito três presidentes da República: Eurico Gaspar Dutra em 1945, Getúlio Vargas em 1950 e Juscelino Kubitschek de Oliveira em 1955, em aliança com o PTB.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado na cidade de Niterói a 25 de março de 1922. Já em julho do ano de fundação, o governo Epitácio Pessoa o colocou na ilegalidade. Conquistou a legalidade em janeiro de 1927, quando elegeu Azevedo Lima para a Câmara dos Deputados, mas, logo em agosto do mesmo ano voltou a ser ilegal. Em 1945 o PCB retorna à legalidade, obtendo seu registro eleitoral (voltaria à ilegalidade em 1947).

O PCB trabalhou para pôr termo à exploração do país pelo capital estrangeiro e reivindicava o direito de defender os interesses do povo (CHACON, 1981, p. 332).

Nas eleições presidenciais, marcadas para 2 de dezembro de 1945, concorrerem três candidatos: o general Eurico Gaspar Dutra (pelo PSD e PTB), que claramente contava com o apoio de Getúlio Vargas; o brigadeiro Eduardo Gomes (pela UDN); e o engenheiro Yedo Fiúza (pelo PCB).

Ganhou a eleição para a presidência Eurico Gaspar Dutra. Após a eleição os partidos PSD, PTB e UDN, começaram a desenvolver uma tendência de representar interesses de certas classes ou grupos. O primeiro tornou-se o partido rural conservador; o segundo defendia idéias liberais dos industriais e o último representava o sindicalismo e o movimento trabalhista, sendo esse tipo de divisão contestada por vários estudiosos.

É certo dizer que a vida política brasileira entre 1945 e 1964 foi polarizada entre os partidos getulistas (PSD e PTB) e o principal partido anti-getulista (a UDN).

O suicídio de Getúlio Vargas em 1954, antes de encerrar seu mandato, provocou grave crise política. Nos meses que restavam para completar o mandato de Vargas, a presidência foi exercida inicialmente por João Café Filho, vice-presidente que se afastou pouco depois de ter assumido o poder, alegando motivos de saúde; Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, declarado impedido de governar pelo Congresso em novembro de 1955; Nereu Ramos, presidente do senado, que governou até a entrada do novo presidente eleito, a 31 de janeiro de 1956.

Em 1955 foram realizadas novas eleições para a presidência. Venceu Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo João Goulart como vice-presidente – ambos candidatos pela coligação PTB-PSD. Mais uma vez, a UDN foi derrotada.

Realizada nova eleição em 1961 sai vitorioso Jânio da Silva Quadros, este apoiado pela UDN. Após oito meses de mandato o presidente renunciou ao cargo, por questões políticas, e tomou posse o vice, João Goulart.

A mobilização política e social que predominou no governo de Goulart levou os militares a conspirar contra o governo. O movimento militar teve início em Minas Gerais, e rapidamente os golpistas contaram com a adesão de outras unidades militares de outros estados. Sem condições de resistir ao golpe, o presidente deixou Brasília em 1º de abril de 1964. Era o começo dos governos militares. Com os militares no poder, acabaram-se as liberdades democráticas, o voto direto para presidência foi suspenso e começou no Brasil uma outra fase de poder ditatorial.

Em 1965, foi editado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), quando foi extinto o pluripartidarismo, ou seja, todos os partidos políticos existentes foram extintos, e foi instituído o bipartidarismo, quer dizer, passaram a existir somente dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A ARENA foi um partido político criado com a intenção de apoiar o governo. Foi fundada no dia 4 de abril de 1966, e era um partido fundamentalmente conservador. Em 1980, com a volta do pluripartidarismo, a ARENA foi rebatizada

como Partido Democrático Social (PDS). Mais tarde, o PDS se tornou o Partido Progressista Renovador (PPR), depois o Partido Progressista Brasileiro (PPB) e hoje se chama Partido Progressista (PP).

O MDB foi um partido político brasileiro fundado para abrigar os opositores do Regime Militar de 1964 ante o poderio governista da Aliança Renovadora Nacional. Organizado em fins de 1965 e fundado oficialmente no ano seguinte. Inicialmente raquítico em seu desempenho eleitoral, experimentou grande crescimento a partir da gestão Ernesto Geisel.

Entre os cinco presidentes militares que assumiram o governo, o general Ernesto Geisel – 4º general no poder-, governou entre 1974–1979, e integrava um grupo de oficiais militares favoráveis à devolução gradual do poder aos civis. Nesse sentido, começou um lento processo de transição do regime militar à legalidade democrática.

Ao final do governo do general Ernesto Geisel, houve uma disputa na eleição indireta para a presidência da República. Pela ARENA disputa a eleição o general João Baptista de Oliveira Figueiredo e pelo MDB Aureliano Chaves, sendo que o primeiro ganhou as “eleições”.

Com o fim dos governos militares surgiram novos partidos. O PDT - Partido Democrático Trabalhista foi criado em 1981, levantando as principais bandeiras defendidas pelo ex-presidente Getúlio Vargas. A principal figura do partido foi o ex-governador Leonel Brizola, falecido em 2004. O PDT defende como idéia principal o crescimento do país através do investimento na indústria nacional, contrário portanto às privatizações.

PC do B - Partido Comunista do Brasil. Fundado em 1962, de uma cisão com o PCB, o Partido Comunista do Brasil foi colocado na ilegalidade na época do regime militar (1964 a 1985). Políticos e partidários do PC do B entraram nas fileiras da luta armada contra os militares. O PC do B voltou a funcionar na legalidade somente em 1985, durante o governo de José Sarney. Esta agremiação defende idéias socialistas, e tem como bandeiras principais a luta pela reforma agrária, distribuição de renda e igualdade social. A principal figura do partido foi o ex-deputado João Amazonas.

PR - Partido da República. Criado em 24 de outubro de 2006 com a fusão do PL (Partido Liberal) e PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional), o Partido Liberal entrou em funcionamento no ano de 1985, reunindo vários políticos da antiga ARENA e também dissidentes do PFL e do PDS. O partido tem uma proposta de governo que defende o liberalismo econômico com pouca intervenção do estado na economia. Outra importante bandeira dos integrantes do PR é a diminuição das taxas e impostos cobrados pelo governo.

DEM - Democratas - Antigo PFL (Partido da Frente Liberal). O PFL foi registrado em 1984 e contou com a filiação de vários políticos dissidentes do PDS. Apoiou e forneceu sustentação política durante os governos de José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Atualmente faz oposição ao governo Lula. Em 28 de março de 2007, passou a chamar-se Democratas (DEM). Seus partidários defendem uma economia livre de barreiras e a redução de taxas e impostos.

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Fundado em 1980, reuniu uma grande quantidade de políticos que integravam o MDB na época do governo militar. Identificado pelos eleitores como o principal representante da redemocratização do país, no início da década de 1980, foi o vencedor em grande parte das eleições ocorridas no período pós-regime militar. Com o sucesso do Plano Cruzado, em 1986, o PMDB conseguiu eleger a grande maioria dos governadores naquelas eleições. Após o fracasso do Plano Cruzado e a morte de seu maior representante, Ulysses Guimarães, o PMDB entrou em declínio. Muitos políticos deixaram a legenda para integrar outras ou fundar novos partidos. A principal legenda fundada pelos dissidentes do PMDB foi o PSDB.

PPS - Partido Popular Socialista. Com a queda do muro de Berlim e o fim do socialismo, muitos partidos deixaram a denominação comunista ou socialista de lado. Foi o que aconteceu com o PCB que se transformou em PPS, em 1992. Além da mudança de nome, abandonou suas bases ideológicas, aproximando-se mais da social-democracia. Suas principais figuras políticas foram o Senador Roberto Freire (PE) e o ex-governador do Ceará Ciro Gomes, atualmente no (PSB).

PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira. O PSDB foi fundado no ano de 1988 por políticos que saíram do PMDB por discordarem dos rumos que o partido estava tomando na elaboração da Constituição daquele ano. Políticos como

Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Ciro Gomes defendiam o parlamentarismo e o mandato de apenas quatro anos para Sarney. De base social-democrata, defende o desenvolvimento do país com justiça social. O PSDB cresceu muito durante e após os dois mandatos na presidência de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, em nosso entendimento, é a principal força de oposição ao governo Lula.

Pelo dito vemos que a evolução dos partidos políticos no Brasil foi marcada por mudanças de regime ou revoluções que interromperam a trajetória de alguns, e fizeram surgir outros. Podem-se caracterizar rompimentos como os ocorridos pela implantação da República, 1889, que extinguiu os partidos monarquistas; a revolução de 30, que extirpou os partidos republicanos; a proibição da existência de partidos ocorrida no período do Estado Novo (1937-1945), e a Revolução Militar de 64, que implantou o bipartidarismo.

Entre os partidos políticos que surgiram após a intervenção militar encontra-se o PT - Partido dos Trabalhadores. Um partido considerado diferente dos outros, pois ele nasceu não de cima para baixo, mas, ao contrário. Disso trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO DOIS

A IDEALIZAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

2.1 O período de 1979 a 1980

Esta parte da pesquisa está baseada na Tese de Santo André, na Carta de Princípios, na Declaração Política e na Plataforma Política, documentos que refletem as diretrizes do PT, no período de 1979 a 1980.

2.1.1 A tese de Santo André

Ficou conhecido como *Tese de Santo André* o documento aprovado em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins (SP). Alguns trechos deste documento serão transcritos e comentados abaixo e o documento, na íntegra, encontra-se no Anexo 1. O documento começa estabelecendo alguns princípios básicos, como o de que enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. (PT, 2005)

E estabelece como meta do PT a conquista do poder político, pois "enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários e por condições dignas de vida e de trabalho, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político. (PT, 2005)

E justifica a criação do Partido dos Trabalhadores, uma vez que "a história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político." (PT, 2005)

A mudança das regras do jogo só será efetivada através da conscientização e mobilização dos próprios trabalhadores, para que eles, juntos, forcem essa modificação. Para isso seria necessário:

- 1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal;
- 2) democratização dos sindicatos;

3) que fosse lançado um manifesto chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;

4) que este partido fosse de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões;

5) que fosse eleita uma comissão que ampliasse os contatos e começasse a encaminhar essa luta nacionalmente e ficasse encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros, chamando à construção do Partido dos Trabalhadores." (PT, 2005)

2.1.2 Carta de Princípios

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira foi a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não

pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. É um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores; quer a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Quer ser, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, quer construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a

criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

A Carta de Princípios foi lançada pela Comissão Nacional Provisória, em 1º de maio de 1979, e os princípios nela contidos podem ser resumidos como se segue.(PT, 2005)

Reconhece-se a oportunidade da formação de um partido só dos trabalhadores, no qual o operariado e os setores proletarizados de nossa população possam desenvolver sua luta pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho, como resultado do amadurecimento político da população trabalhadora e do crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças, o que pode ser confirmado pelo aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores vinham lançando mão nos últimos anos.

Por reconhecer que o povo brasileiro é "pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país", e por não acreditar "que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do país", os signatários da Carta de Princípios declaram não acreditar que "partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo", e que "os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação", pelo único instrumento capaz de propiciar essa participação, qual seja, o Partido dos Trabalhadores.(PT, 2005)

A seguir, a Carta de Princípios enumera:

1. A esperança em melhores dias: a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida.

2. As limitações que o partido então na oposição, o MDB, impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente e defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimento das necessidades populares e seu desligamento do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores também entende:

- que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente

e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

- que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades.

- que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

- que o PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade.

- que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical é parte integrante da luta pela independência política destes mesmos trabalhadores.(PT, 2005)

A carta diz que deseja um partido que tenha por objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. Define-se como partido das massas populares, unindo, ao lado dos operários - vanguarda de toda a população explorada -, todos os outros trabalhadores: bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes etc., que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por efetiva participação política.

Afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo.

Promete que, como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas; que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

- lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;
- todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade, e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT.(PT, 2005)

A Carta termina manifestando a intensa solidariedade do PT com todas as massas oprimidas do mundo.

2.1.3 Declaração política

A Declaração Política foi o documento pelo qual a Comissão Coordenadora Provisória do Partido dos Trabalhadores julgou oportuno divulgar suas posições, diante da crescente repercussão que o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores atingira nos anos de 1979.

Após relatar as origens do PT e as lutas dos trabalhadores para garantir suas aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro, o documento enumerou as necessidades políticas do momento:

-criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo;

-construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais;

-conquistar a política como uma atividade própria das massas populares.(PT, 2005)

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores pretende constituir-se em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política, criando as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT lutaria para que todo poder econômico e político viesse a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão.(PT, 2005)

Adverte, no entanto, que o projeto de constituição do PT não se confunde com o movimento sindical, e sim defende de forma intransigente a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação Estado, como também em relação aos partidos políticos.(PT, 2005)

Declara que, de forma original e pioneira, a proposta do Partido dos Trabalhadores não nasceu do projeto de *reformulação partidária* dos dirigentes do governo; sua legitimidade advém das bases operárias e populares que se juntaram na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, às margens da soberania popular. (PT, 2005)

E reitera que alguns objetivos de sua luta são:

- Contra a extinção arbitrária dos partidos políticos então existentes e pela mais ampla liberdade de organização e manifestação político-partidária;
- Contra a política salarial do governo e pela contratação coletiva de trabalho;
- Por um salário mínimo real, nacional e unificado;
- Estabilidade no emprego;
- Liberdade e autonomia sindical;
- Pelo direito de greve;
- Por uma anistia que atinja todos os perseguidos do regime (o que foi obtido, posteriormente). (PT, 2005)

2.1.4 Plataforma política

A plataforma política do Partido dos Trabalhadores foi lançada em 1979 para expressar os compromissos reais desse partido com interesses dos trabalhadores, e também como instrumento fundamental para a organização desse partido, devendo dar respostas concretas às lutas dos trabalhadores. Os itens realçados expressam o programa do Partido dos Trabalhadores e apontam seus objetivos centrais, divididos em três grandes áreas, que estão intimamente interligadas:

A 1ª área, das liberdades democráticas, apresentava, entre outras reivindicações, sindicatos livres e independentes do Estado; efetiva liberdade de organização nos locais de trabalho; legalização das comissões e delegados de

fábrica, eleitos democraticamente pelos trabalhadores; plenos direitos sindicais aos funcionários públicos; a criação da Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente por todos os trabalhadores; direito irrestrito de greve, com abolição de toda legislação repressiva então vigente; anistia ampla, geral e irrestrita; desativação dos órgãos repressivos e dissolução dos grupos paramilitares. (PT, 2005)

A plataforma política também propunha diversas medidas que foram em parte atendidas nos anos seguintes, como o fim das torturas, investigação de todas as arbitrariedades policiais e punição dos responsáveis (o que nunca foi realizado, sob o pretexto da abrangência bilateral da Lei da Anistia); fim dos tribunais de exceção; fim imediato das eleições indiretas; eleições livres e diretas; direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados; fim do regime militar; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana; um governo dos trabalhadores. (PT, 2005). A Plataforma também pleiteava melhores condições de vida e de trabalho, com salário mínimo nacional único que atendesse às necessidades básicas dos trabalhadores; escala móvel de salários cada vez que o custo de vida aumente 5% ou através de reajustes trimestrais obrigatórios e acumulativos e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, entre outras reivindicações diretamente relacionadas ao trabalho. (PT, 2005) As questões nacionais mais importantes foram consideradas, tais como a erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem terra, com emissão de título de posse da terra aos posseiros; garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietários rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto e outras medidas de nacionalização e estatização de grandes empresas e bancos, principalmente. (PT, 2005)

A Plataforma Política terminava com uma nota contra a reforma partidária, conforme projeto apresentado pelas forças políticas dominantes naquela época, considerando que visavam impedir a organização de partidos representativos e democráticos, diminuir a importância política das grandes concentrações urbanas e, especialmente, impedir que os trabalhadores se organizassem politicamente. (PT, 2005). O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, cuja legitimidade seria assegurada pelo apoio dos trabalhadores e do povo, continuaria a lutar por sua organização legal. (PT, 2005)

As sugestões para as normas transitórias foram as seguintes: lutar pela legalização do Partido dos Trabalhadores; iniciar uma campanha de assinaturas visando divulgar sua proposta; estruturar o PT provisoriamente, sob a forma de núcleos básicos; convocar o 1º Encontro Nacional dos Militantes Pró-PT, tendo por pauta mínima a aprovação das formas de organização e de um documento político básico do Movimento pelo PT; formar uma Comissão Nacional Provisória.

2.2. Período de 1981 a 1982

2.2.1. Documentos da Fundação do PT (Estatuto, Manifesto de Lançamento e Programa)

2.2.1.1 Estatuto do PT

A redação final dos Estatutos do PT foi feita pela Comissão Diretora Nacional Provisória [CDNP], de acordo com as deliberações do Encontro Nacional dos dias 31 de maio e 1º de junho. Os Estatutos foram aprovados após terem sido discutidos demoradamente, em duas reuniões, todos os seus aspectos e implicações, quer as ligadas às decisões dos Encontros Estaduais e Nacional, quer os aspectos que dizem respeito à legalização do partido, sendo então encaminhado para registro junto ao TSE, após apreciação da Comissão de Registro, juntamente com o Manifesto de Lançamento e o Programa. (PT, 2005)

A pretensão dos responsáveis pelo lançamento dos Estatutos do PT, era que ele representasse um avanço em relação aos demais partidos, devido à sua construção de baixo para cima, como era o compromisso dos militantes do PT.

No Capítulo IV, entre os direitos e obrigações, além de participar das reuniões e votar, consta poder o filiado dirigir-se diretamente a qualquer órgão do partido para apresentar seu ponto de vista em relação a qualquer assunto, denunciar irregularidades, reclamar contra decisões, defender-se de acusações ou punições recebidas, defender-se publicamente nos processos de apuração de infração aos deveres partidários e utilizar-se dos serviços e de órgãos do Partido. (PT, 2005)

Entre outros deveres, o Art. 10º prescreve aperfeiçoar os conhecimentos sobre a realidade do país e, de modo especial, sobre os problemas dos trabalhadores, manter uma conduta pessoal, profissional e comunitária compatíveis com os princípios éticos do partido. A participação também inclui exercer controle sobre a atuação dos dirigentes e parlamentares do partido, assim como dos filiados destacados para o exercício de postos no Executivo, aprovando-a ou desaprovando-a, de acordo com seu juízo pessoal.

A ética é tratada no Capítulo VIII, com a instituição do Conselho de Ética Municipal, que deverá conduzir o processo de apuração das violações da disciplina e da ética partidárias, manifestar-se sobre a aplicação e recomendar, nos processos disciplinares, as penalidades cabíveis ao diretório municipal. (PT, 2005). No Título VIII é instituído que os recursos financeiros do partido serão originários de contribuições de seus filiados, doações de pessoas físicas, na forma da lei, dotações do fundo partidário, rendas eventuais e receitas de serviços decorrentes de atividades partidárias, na forma da lei e outros auxílios financeiros não vedados em lei. (PT, 2005). No Art. 82º fica determinado que as receitas obtidas pelo Partido serão contabilizadas, administradas e aplicadas com observância das prescrições legais e, no Art. 83º, que a abertura e movimentação de contas bancárias em nome do Partido dos Trabalhadores será feita, conjuntamente, pelo presidente e pelo tesoureiro da respectiva Comissão Executiva. (PT, 2005). O Capítulo II, em seu Art. 84º declara que o orçamento do partido será elaborado pelos órgãos de direção em todos os níveis, anualmente, até o dia 10 de fevereiro de cada ano. Pelo Art. 85º, o partido manterá sua escrituração contábil em dia, de conformidade com as exigências legais e o extrato da receita e da despesa do Partido será, semestralmente, apresentado às Comissões Executivas, que o enviarão aos Conselhos Fiscais, para apreciação (Art. 86º). (PT, 2005) De acordo com o Art. 87º, o balanço financeiro do exercício findo será elaborado até o dia 10 de março de cada ano e enviado à Justiça Eleitoral até o dia 31 de março do mesmo ano, após exame e aprovação, respectivamente, pelos Conselhos Fiscais e Diretórios do Partido. Toda essa parte financeira pode ser resumida. (PT, 2005) O Capítulo III trata de assunto que, futuramente, darão motivo a muitos problemas e constrangimentos: as campanhas eleitorais e suas despesas. Assim é que o Art. 88º reza que, instalado o processo eleitoral, as comissões executivas municipais,

regionais ou nacional, conforme o caso, organizarão comitês responsáveis pelo recebimento e aplicação de recursos da campanha de todos os candidatos a cargos eletivos de sua jurisdição, os quais deverão ser registrados na Justiça Eleitoral. (PT, 2005)

Depois da Convenção para escolha dos candidatos, os respectivos diretórios fixarão as quantias máximas a serem despendidas na propaganda partidária e na dos candidatos, organizando o orçamento da campanha. (Art. 89º)

Nos artigos 90º a 93º, consta que a escrituração contábil será feita, em livro próprio, pelo tesoureiro do respectivo diretório; o presidente e o tesoureiro do respectivo diretório ficarão encarregados da movimentação do fundo e recursos partidários; os diretórios estabelecerão os critérios para fixação das despesas com a propaganda partidária e de candidatos; o partido prestará contas à Justiça Eleitoral, na forma da lei, após o encerramento da campanha eleitoral. (PT, 2005)

2.2.1.2. Manifesto de lançamento

O Manifesto do Lançamento, depois de recordar a luta pela liberdade que deu origem ao Partido dos Trabalhadores, afirma que as grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias, e não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores. Reafirma a missão do PT como um partido nascido da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. (PT, 2005)

Surge aqui uma nova declaração: de que o Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações

de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

2.2.1.3. Programa

O Programa, após reafirmar todo o ideário que serve de base aos documentos do PT, reconhece que o partido não pode nascer pronto e acabado; tem que se desenvolver ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. Prega então uma participação política unificada e seu direcionamento contra o regime vigente visando criar uma força verdadeiramente expressiva na sociedade brasileira. (PT, 2005)

Para o PT, a luta democrática concreta é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente e não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do país com o seu trabalho, criando um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional.

Para atingir este objetivo, o partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da nação. Entre as prioridades que o Partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva estão os seguintes itens: total liberdade de organização partidária; liberdade e autonomia sindical; Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado; liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e no campo; direito irrestrito de greve. (PT, 2005)

No Capítulo II reivindicava-se o desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção, com a revogação da Lei de Segurança Nacional, anistia ampla, geral e irrestrita, restituição dos plenos direitos políticos e sindicais aos dirigentes e militantes sindicais cassados, apuração das torturas, perseguições políticas e todas as arbitrariedades policiais, com punição dos

responsáveis; eleições livres e diretas em todos os níveis, direito de votar e ser votado para os analfabetos, cabos, soldados e marinheiros. (PT, 2005)

O combate à política salarial era também pleiteado: negociações diretas entre trabalhadores e patrões, garantia no emprego, salário mínimo real e unificado que atendesse às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família, escala móvel de salários, redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, luta contra o desemprego. (PT, 2005)

Melhores condições de vida eram pedidas, através de luta contra a privatização da medicina, assistência médica e odontológica pública, gratuita e eficiente a toda a população; ampliação dos serviços básicos de saúde e saneamento para a promoção e proteção da saúde; política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e sob o controle dos trabalhadores; reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos ocupados por moradores de favelas e regularização imediata dos loteamentos clandestinos; urbanização e criação de serviços básicos nos bairros populares e nas favelas; ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores; transporte coletivo público, que atenda às necessidades da população; criação de creches públicas nos locais de moradia e trabalho. (PT, 2005)

A questão agrária foi motivo do Capítulo V, que defende uma reforma agrária ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores, luta pela terra a quem nela trabalha ou a quem dela foi expulso, apoio às lutas dos assalariados rurais, em especial dos trabalhadores temporários; igualdade de direitos a todos os trabalhadores rurais, sem distinção de sexo e idade; garantia de renda mínima justa para os pequenos produtores. (PT, 2005) Em seguida, no Capítulo VI, sobre a independência nacional, o Partido se manifesta contra a dominação imperialista, por uma política externa independente, com o combate à espoliação pelo capital internacional e o respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos.

No Capítulo VII fala-se do apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios, sendo o PT contra toda a discriminação racial, econômica, social e política, contra a discriminação da mulher, defensor do patrimônio cultural dos negros, índios e das minorias, da demarcação das terras

indígenas, reconhecimento de sua propriedade coletiva e autodeterminação com direito ao controle do processo produtivo. (PT, 2005)

2.2.2. 1º Encontro Nacional do PT - 1981

Deste encontro resultaram a Carta de Brasília, Declaração sobre Desemprego, Discurso de Lula na 1ª convenção, Eleições e Moção), que são discutidos sob os títulos a seguir:

2.2.2.1. Carta de Brasília (O PT e o Dia Nacional de Luta)

Reunido em sua Primeira Convenção Nacional, no dia 27 de setembro de 1981, em Brasília, o Partido dos Trabalhadores manifestou seu firme apoio à luta dos trabalhadores, em todo o país, contra o desemprego e a política econômica do governo. Foi anunciado o dia 1º de outubro como um de seus marcos significativos: o Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego – data deliberada por unanimidade pelos cinco mil trabalhadores reunidos na 1º CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, em Praia Grande, São Paulo, no final de agosto. (PT, 2005)

Este documento teve grande repercussão não só entre os integrantes do PT, mas atingindo a todos os trabalhadores reunidos sob outras agremiações, e entre a população em geral.

2.2.2.2. Desemprego

A Nota sobre o Desemprego reafirmava o apoio efetivo do PT às lutas dos movimentos populares contra a política recessiva do regime e sua manifestação mais sentida pelos trabalhadores: o desemprego e o subemprego, no campo e na cidade.

Na Nota, o PT denunciava as tentativas de o regime estabelecer um *pacto social* cujo verdadeiro objetivo era rebaixar os salários e desmobilizar os trabalhadores, afastando-os de seus interesses e suas lutas, e prometia combater tais tentativas, uma vez que o PT entendia que a resposta dos trabalhadores à

política recessiva, ao desemprego e às péssimas condições de trabalho seria a mobilização, a organização com base na seguinte plataforma: liberdade e autonomia sindicais; estabilidade no emprego; redução do custo de vida, congelamento dos aluguéis e prestações da casa própria; reajuste trimestral dos salários; jornada de 40 horas de trabalho, sem redução dos salários; reforma agrária radical; contra a política econômica; pela revogação da Lei de Segurança Nacional; pela Central Única de Trabalhadores, construída democraticamente a partir das bases. (PT, 2005)

Assumia assim o PT, como sua bandeira central, a luta contra o desemprego, conclamando os trabalhadores do campo e da cidade a empunhá-la.

2.2.2.3. Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, na 1ª Convenção do PT

Dirigindo-se a seus companheiros e companheiras do PT, Luiz Inácio Lula da Silva confessou a grande alegria com que via a realização da Primeira Convenção Nacional, apesar de todos os entraves impostos pela Lei de Reforma Partidária, com todos os seus formalismos e detalhes. Cumpridos todos estes, a Convenção Nacional obteve o registro definitivo do partido.

Lula relatou que, mesmo a legislação partidária sendo restritiva, o PT havia provado a toda a nação que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática democráticas da classe trabalhadora. Indo além do que a lei exigia, o partido havia criado mecanismos internos de participação democrática, sistemas de consulta, sistemas de pré-convenções, multiplicado os debates internos, permitido ao maior número possível de militantes e filiados ampla participação em todas as decisões. "O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira".

A seguir transcrevemos alguns trechos importantes do discurso de Lula: "O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão.

(...) o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao

nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.

O que esta Convenção Nacional prova a todos os descrentes, todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil.

Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical, e nele encontra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do Partido.

Defendemos, sempre, a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. O sindicato é uma ferramenta de luta de todos os trabalhadores, independente das preferências partidárias que tenham. Como partido, não devemos incorrer, jamais, no erro que denunciemos no governo: o paternalismo e a tutela do movimento sindical.

Acusam-nos de termos abandonado o sindicalismo para fazer política. Isso não nos preocuparia se companheiros da base não fossem, muitas vezes, sensíveis a essa argumentação. Por isso, é a esses companheiros que nos dirigimos, e não a carreiristas que roubam do trabalhador o direito de fazer política.

O Brasil é, certamente, um dos raros países deste continente que jamais conheceu uma reforma agrária. A terra passa, hereditariamente, para as mãos de cada vez menos proprietários, com maiores extensões de áreas improdutivas. As multinacionais aceleram a exploração capitalista no campo e reforçam o latifúndio, expulsando milhares de famílias, que já não têm para onde emigrar. Neste país tão grande, o lavrador sem terra já não tem para onde ir. Só lhe resta uma alternativa: lutar!

O PT apóia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito à terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores com a eliminação dos atravessadores ou intermediários.

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é, sem dúvida, o mais grave em nossa conjuntura. É ele que provoca os ciclos migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, os gastos com a importação de produtos, que, em princípio, são típicos do nosso solo.

Decorrente da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma reforma agrária, afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego.

Temos que lutar agressivamente por mais empregos, pela estabilidade no emprego, pelo salário-desemprego, pelo salário mínimo real unificado.

Não admitimos que as creches, os clubes de mães, as associações de moradores, os movimentos de favelas, os grupos de luta pela terra, as entidades feministas, os núcleos artísticos e demais formas de o nosso povo se organizar na base sejam manipulados como currais eleitorais ou tratados à base do clientelismo político.

A luta das mulheres deve ajudar a nós, homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. (...) Homens e mulheres, juntos, devemos lutar incessantemente pela emancipação das companheiras que são escravizadas nas roças e nas fábricas, que enfrentam a maternidade com insegurança e medo, que prostituem seus corpos por não terem outro meio de vida, e que jamais tiveram como exprimir sua palavra.

Há, em nosso País, uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele a sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha a descobrir, à luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. (...) defendemos o direito de os negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios.

Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade.

Acusamos a Funai de não respeitar os direitos das nações indígenas em nosso país. Denunciamos o Incra e o latifúndio como principais responsáveis pela invasão das reservas indígenas e dos parques que possuem por tradição e direito. Somos solidários à causa indígena, ao movimento União das Nações Indígenas, a que falem seus próprios idiomas e preservem sua própria cultura. Não aceitamos que o índio seja tratado como peça de folclore. Embora, erradamente, tenhamos aprendido a tratar as tribos como selvagens, na verdade, muito temos a aprender de humanidade, de socialização, de respeito à natureza e de amor à vida com os indígenas. (PT, 2005).

Prosseguindo, Lula ataca a Lei de Segurança Nacional, e prega o desmantelamento do aparelho repressivo e a volta ao Estado de Direito e defende o direito de todas as tendências políticas se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas, porém declara não aceitar que dentro do Partido dos Trabalhadores, estas tendências, quando acolhidas por uma minoria, tentem utilizar o Partido como massa de manobra de suas propostas: não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só

põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores. (PT, 2005).

Promete que o PT irá concorrer às próximas eleições e apresentar candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do País, embora manifeste não crer que as eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o partido: as ferramentas de luta vão além de eleições periódicas, pois "importa fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo."

Abordou a religião, afirmando repudiar a prática partidária que pretenda reduzir as comunidades de base a núcleos partidários, embora respeite, como questão de princípio, a fé de nosso povo e seu direito de liberdade religiosa, como atividade pública, mas não seremos, jamais, um partido de crentes ou de ateus. Para nós, a divisão é outra, é entre os que estão do lado da libertação e os que estão do lado da opressão.

Respondendo à pergunta sobre qual era a ideologia do PT e o que pensava o PT sobre a sociedade futura, declarou que essas questões só serviam para expressar a desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores brasileiros em definirem o seu próprio caminho.

São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito, que os trabalhadores deveriam comer. São dúvidas de quem está longe das tarefas concretas das lutas populares, de quem não aprendeu ainda a conviver com o povo, muito menos a sentir o que o povo sente. (PT, 2005)

Lula reconheceu que: "o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com

todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista? (PT, 2005)”

E completou: “caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra”. (PT, 2005).

O socialismo desejado, no entanto, é aquele que: “se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. (...) O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém. O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.” (PT, 2005)

2.2.2.4 Eleições

Quanto às eleições, o documento enfatiza que a ampliação da organização da base através da nucleação em massa deve ser tomada como tarefa fundamental, para que a atuação do PT no processo eleitoral possa significar uma efetiva organização dos trabalhadores. (PT, 2005)

O PT lutava na ocasião por eleições livres e diretas em 1982 e 1984 e combatia a fixação de regras que desvirtuassem o caráter democrático do voto, como o voto vinculado, o voto distrital, a sublegenda, as limitações à propaganda eleitoral e a proibição de coligações.

A resposta às medidas antidemocráticas que o regime tentava impor foi a mobilização dos trabalhadores na luta por eleições livres e diretas, e contra acordos de cúpula e a fusão com outros partidos; prosseguia em sua luta pela revogação da LSN e contra os dispositivos de inelegibilidade impostos pelo regime.

Prometia lançar, em 1982, candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política. O lançamento de candidatos do PT deveria, porém, ser precedido de um amplo debate no partido, sendo fundamental a elaboração de programas de governo em nível nacional, estadual e municipal. As indicações de candidatos deveriam ser posteriores à definição de uma tática eleitoral com amplo debate precedendo a indicação de candidatos pelo PT, que deveria ser estendido aos movimentos populares, de onde o partido pudesse extrair subsídios para a colaboração dos programas de governo, da tática eleitoral e para a própria escolha de candidatos.

O documento propunha ainda como eixos dos programas de governo a democratização da administração pública, o fim da repressão e o desmantelamento dos órgãos repressivos e a posse da terra para quem nela mora e trabalha. (PT, 2005,)

2.2.2.5. Moção (O PT e a crise da previdência social)

A Moção, lançada a público pela Assessoria de Saúde do PT em São Paulo, no dia 8 de agosto de 1981, considerava a crise da Previdência como o centro de uma crise política que exigia então um posicionamento do Partido dos Trabalhadores. Isto porque o governo pretendia, segundo os líderes do PT, cobrir o rombo do orçamento da Previdência com medidas entre as quais se destacava a elevação de 8 para 10% da contribuição das empresas e trabalhadores. Na prática, isto significava reduzir ainda mais o poder aquisitivo dos trabalhadores, que já não tinham como satisfazer suas necessidades com o salário de fome que recebiam.

Segundo o governo, a Previdência teria um déficit este ano de 200 a 300 bilhões de cruzeiros para uma receita de 1.065 bilhões. Para o ano seguinte, caso não fossem tomadas enérgicas medidas, este déficit aumentaria para 500 bilhões ou talvez até 1 trilhão.

Para o governo, os maiores responsáveis por essa crise eram os reajustes dos benefícios em 10% acima do INPC (para os beneficiários até 3

salários mínimos) e o custo dos serviços médicos. Estas duas despesas teriam aumentado muito além das arrecadações da Previdência.

Comentava o autor da moção que a crise financeira da Previdência não era fato novo, pois vinha sendo alardeada periodicamente há 40 anos e sempre com os mesmos desdobramentos: a imposição de medidas restritivas nos planos de benefícios e serviços e o aumento do ônus dos trabalhadores no custeio dos gastos da Previdência. (PT, 2005)

Nessa moção era afirmado que um dos principais responsáveis pelo déficit da Previdência era o próprio governo, que devia à Previdência mais de 100 bilhões de cruzeiros, cifras estas que, segundo alguns, chegavam a mais de 200 bilhões. E que o governo se recusava a pagar, alegando falta de verbas, combate a inflação etc. Entretanto, quando se tratava de beneficiar a burguesia, a quem ela serve, o gasto de mais de 1 trilhão de cruzeiros em subsídios e incentivos fiscais e creditícios era defendido pelo Governo com o argumento de estímulos a produção, à exportação, criação e manutenção de empregos etc., não importando que todo esse dinheiro no fim das contas estivesse beneficiando apenas os patrões... (PT, 2005)

As razões do déficit da Previdência, não interessa ao governo discutir. Elas têm origem na própria Política Econômica responsável pela selvagem exploração do trabalhador; pelos assustadores índices de acidentes no trabalho; pelas doenças provocadas por insalubridade, desnutrição, etc.; pelos altos índices de desemprego e subemprego; etc. E o desemprego provocado pela atual política econômica, ao reduzir o número de contribuintes à Previdência, diminui a receita e amplia seu déficit orçamentário. (PT, 2005)

No entanto, essas medidas iam sendo obstaculizadas pelo empresariado da saúde, através da pressão de suas entidades representativas e a colaboração de dirigentes do sistema previdenciário e de saúde, muitos dos quais, eles próprios empresários privados da área. Outros trechos importantes desta moção podem ser encontrados no anexo nº 12.

A questão dos benefícios oferecidos pela Previdência, enquanto perdurarem as péssimas condições de vida e trabalho dos trabalhadores, continuará a recolocar, de tempo em tempo, as “crises” da Previdência, que terão suas soluções definidas a partir da capacidade de luta da classe trabalhadora em não se

deixar espoliar em favor dos interesses das empresas, do lucro, pela ação do Estado, que se coloca francamente a favor dos empresários.

As conquistas dos trabalhadores proporcionam uma melhora nas suas condições de vida, mas têm que ser garantidas contra a contínua pressão dos empresários e do Estado. Por isso existe a necessidade de os trabalhadores exercerem o controle popular dos serviços públicos, a crítica aos programas de saúde, educação, transporte, habitação etc.; enfim, a mobilização de todos contra a exploração e a opressão.

2.2.2.6. Conjuntura

As circunstâncias em que foi idealizado o Partido dos Trabalhadores, como já citado na Introdução, se deram em meio ao processo de redemocratização e à devolução gradual do país aos civis. A idéia do PT, segundo Frei Betto, foi lançada em julho de 1978, quando Lula, ao participar do Congresso dos Petroleiros, em Salvador na Bahia, falou de lançar o partido dos Trabalhadores, momento bastante oportuno, pois naquele momento iniciava-se no Brasil o processo lento e gradual de devolução, iniciado pelo então presidente General Ernesto Geisel e concluído pelo que seria o próximo presidente, João Batista de Figueiredo, marcando assim o fim da ditadura militar (BETTO, 1989, p. 43).

Essa forma de devolução gradual, ou seja, de total controle e analisado por Sader: "(...) a falta de rupturas implica a falta de identidade. Falta de identidade nacional, das classes sociais, dos atores políticos – já que a identidade, de um indivíduo ou de uma nação, surge dos processos de ruptura, de contraposição ao outro. E a nossa história está coalhada de momentos em que as elites dirigentes se anteciparam à constituição de uma vontade popular surgida de baixo, alinhavando pactos por cima, que frustraram as aspirações populares e as substituíram por processos gattopardistas, em que “tudo muda para que tudo siga igual. (SADER, 1990, p. 1)

Algumas situações vieram também a contribuir para o processo de devolução do país: o fracasso na política econômica do governo, a ação dos movimentos sociais, a campanha pela anistia e outras formas de indignação

contribuíram no conjunto de ações negativas que por si só não permitia mais a continuidade do regime.

Um novo ordenamento político era esperado, mas nos moldes democráticos de participação popular, não sendo mais permitida aquela bipolaridade entre o partido da ditadura e a oposição consentida.

Raquel Meneguelo analisa também que o surgimento do PT se dá à luz do contexto socioeconômico.

Quando a idéia do Partido dos Trabalhadores foi lançada em fins de 1978, o cenário da transição democrática brasileira, então dimensionado pela “política de distensão” do governo do general Geisel, foi enriquecido por um fenômeno fundamental: o surgimento de um novo sujeito político de representação, organizado em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares urbanos, e que, através de uma pauta de reivindicações específicas, procurava sobretudo suprimir a marginalização política sob a qual se encontrava boa parte das classes trabalhadoras no país. (MENEGUELLO, 1989: p. 21).

Pela falta de imprevisibilidade da força governante e condutora do processo de abertura e não presente no leque de propostas de oposição, representado pelo MDB, o PT veio a se configurar como uma novidade no cenário da política brasileira diante da Reforma Partidária de 1979.

CAPÍTULO DE TRÊS

O PARTIDO DOS TRABALHADORES

3.1. Da luta sindical a construção do PT

Neste capítulo será analisado o surgimento do Partido dos Trabalhadores, em meio ao processo de devolução gradual do país aos civis e o novo sindicalismo brasileiro como forma de se pensar política.

O Partido dos Trabalhadores teve, entre as diversas forças que influenciaram sua origem, o novo sindicalismo brasileiro. Vamos fazer uma breve análise desse movimento contributivo, mais precisamente do sindicalismo de São Bernardo do Campo e São Paulo. Essa nova corrente sindical, se assim podemos chamá-la, foi o embrião de um projeto organizacional e político que se expressava como se segue:

- autonomia sindical como alternativa à legislação trabalhista e à política salarial;
- fixação de níveis salariais de acordo com os índices de produtividade, a ser obtido via negociação coletiva entre sindicatos e empresas;
- reconhecimento por parte das empresas dos comitês de fábrica e dos delegados sindicais.

A importância da organização, luta e participação das classes pode ser analisada à luz do que pensava Gramsci com os trabalhadores na Itália de seu tempo: as greves de 1920 – as de março-abril e, sobretudo, as de setembro – colocaram rudemente a descoberta a fraqueza da estratégia centrada nos Conselhos de Fábrica; estes eram fortes na cidade de Turim, mas não tinham quase consistência e presença no resto do território nacional. (STACCONE, 1990, p. 52)

E continua sua análise afirmando que a falta um movimento sindical consciente e determinado e a falta de capacidade de direção nos líderes do Partido Socialista são as causas internas da derrota da classe operária turinesa.

Desta forma, podemos dizer que, embora estejamos em outros tempos, a experiência do novo sindicalismo brasileiro resultou em combustível político, mesmo porque este é iniciado no auge do processo de “abertura política” que marcou o

governo Geisel (1974-1978), processo esse descrito como o da anistia, da construção ou devolução gradual para uma política mais liberal, envolvendo o fim da tortura e das prisões arbitrárias, marcado também pela devolução dos direitos políticos e da liberdade de imprensa, com eleições diretas e a volta da organização partidária, sinalizando o surgimento de uma nova forma de pensar do novo sindicalismo.

Analisando esse novo sindicalismo como uma forma independente de pensar e se mostrar, poderíamos até arriscar dizer que ele já existia a muito tempo, só que de uma forma não tão visível quanto após o momento da abertura. Isso pode ser reforçado com os escritos de Isabel Ribeiro de Oliveira (OLIVEIRA, Isabel Ribeiro, 1987).

O novo sindicalismo tinha em sua composição lideranças sindicais, associados e trabalhadores atuantes que se distinguiam no movimento operário por se posicionar publicamente frente às suas principais questões e à frente de seus grupos e subgrupos, que não eram poucos. Mas cabe destacar uma dessa lideranças; a de Luís Inácio da Silva, o Lula, que anos mais tarde se tornaria o destaque do novo sindicalismo, que emergiria na formação do PT e viria a se tornar presidente da República em 2002. Lula liderava o seu grupo sendo o principal porta-voz e tendo como principal diferencial a independência frente ao aparato estatal e a capacidade de mobilização da categoria enquanto principal recurso de poder, a capacidade de mobilização também era uma das molas de sustentação.

Um dos eventos sindicais que aqui podemos destacar como um dos marcos importantes para a vida sindical e posteriormente a criação do PT e que invadiu a cena pública do país, forçando um posicionamento dos atores políticos atuantes, foi a luta pela reposição salarial.

Ainda conforme Isabel Ribeiro de Oliveira: “desde 1966, com a alteração na legislação referente a salários, passou a ser atribuição do Ministério do Trabalho fixar o índice anual de reajuste salarial para as diversas categorias de trabalhadores, tomando por base uma fórmula que incluía um ajuste relativo ao índice anual de inflação. Acontece que houve erro no cálculo relativo ao ano de 1973, decorrendo daí mais uma perda salarial, que somente em agosto de 1977 foi reconhecida pelos técnicos do Ministério do Trabalho, após a admissão do equívoco pela Fundação Getulio Vargas (instituição à época responsável pelo cálculo final do

salário). O governo admitiu então que os salários estavam defasados em 3%, durante o período 1973-1974 (Veja, 10/10/77). A admissão governamental de algo que já era do conhecimento de DIEESE há muito tempo marcou o início da luta pela reposição salarial.” (OLIVEIRA, 1987, p. 47)

Com esse fato público inicia-se assim e simultaneamente um processo acelerado de um outro marco também importante e histórico, que seria a constituição do PT. A principal demanda desta luta seria para que o governo contemplasse as perdas, concedendo um acréscimo salarial como forma de compensação. Esta luta se dá pela aplicação correta da lei, o que acabaria por germinar o movimento, sendo esse aspecto legal negado pelas políticas governamentais que vai legitimar as greves até então ilegítimas. Daí Lula convoca uma Assembléia em São Bernardo onde propõe a efetivação de um dissídio coletivo, que contou com o apoio de vários representantes das categorias ali representadas.

Acerca deste tema escreve Oliveira (1987, p. 48): “Diversos sindicatos aderiram à idéia do dissídio, entre eles o sindicato dos metalúrgicos da Santo André, Niterói, Rio de Janeiro, Porto Alegre e o Sindicato de Artefatos de Borracha de Santo André, Mauá e Ribeirão Preto”. Essa não foi a única forma de ação, os metalúrgicos paulistas começaram a publicar, através de memoriais, críticas à política salarial e ao mesmo tempo pedindo a liberdade sindical, direcionando também para as práticas da política de demissão nas empresas. Essa prática, por parte dos empresários tinha como objetivo final pressionar o governo por medidas econômicas de seus interesses. Esse próprio documento a serviço dos metalúrgicos propunha também, como forma de frear a prática da demissão, a criação de um fundo custeado pelas próprias empresas, através de imposto extra equivalente a 10% da contribuição dos empregados ao FGTS.

Essas ações tomaram o país em forma de um movimento único que se refletiram dentro daqueles sindicatos que tinham a reposição salarial muito mais simbólica do que efetivamente um fato comprovada em ganhos salariais. Esse movimento surtiu efeitos, ajudando grupos de oposição a usarem essa ferramenta ao seu dispor para conquistarem os sindicatos.

O Governo também se manifestava ao tempo em que divergia entre seus ministros acerca do tema: Reis Veloso, Ministro do Planejamento à época, afirmava que o Governo não iria reparar o erro de Arnaldo Prieto, ministro do Trabalho, como

se não bastasse também dizer que o governo não temia uma ativação da vida sindical. Na contramão do pensamento sindical, o Ministro do Planejamento deixava clara sua posição contrária às negociações diretas como proposta por Lula, que até lograra êxito com dois empresários importantes que, chamados para negociar, atenderam-no, mas não conseguiu o mesmo êxito com a FIESP, que se posicionava contrária, assim como o governo também, que considerava que as negociações em uma economia inflacionária poderiam pressionar as empresas.

A essa altura, o cenário que inicialmente era em São Paulo tomava proporções nacionais no entorno da discussão pela reposição salarial, o que levava ao mesmo tempo a uma reflexão do novo modelo de sindicato. Até o Congresso Nacional já tomava parte no assunto.

Finalmente, em 1978, ou seja, no ano seguinte a toda essa discussão, mais precisamente no mês de abril, após o encontro de 43 dirigentes sindicais paulistas com os Ministros da Fazenda e do Trabalho e o presidente do DIEESE, o ministro reconhece algumas procedências nas reivindicações dos trabalhadores, sendo este um grande avanço, pois, como vimos, a posição do governo no ano anterior era totalmente diferente dessa tomada agora; tanto que, dois dias depois do encontro, o Governo decretou os novos níveis salariais.

As lutas sindicais e as greves não pararam por aí. Vários outros movimentos aconteceram e acontecem até os dias de ontem.

Mas ao fazer essa rápida passagem pelo movimento do novo sindicalismo brasileiro nos vem uma pergunta: não estariam esses movimentos, hoje, afetados pela institucionalização da prática convencional? Mas vamos deixar a resposta mais para o final deste trabalho, pois vamos a seguir analisar como foi constituído o Partido dos Trabalhadores.

3.2. A constituição do PT

A decisão de se criar o Partido dos Trabalhadores foi feita de forma gradativa, à medida que se intensificava a polarização do imaginário político da liderança do novo sindicalismo.

O surgimento do PT teve um caráter inédito na história da luta de classes no Brasil, uma vez que sua formação rompe com o padrão tradicional de formação dos partidos, normalmente formado de cima para baixo, como já comentado na introdução deste trabalho.

Um dos aspectos dessa novidade é a ruptura com a institucionalidade, verificada já no nascedouro do partido, ultrapassando os limites impostos pela reforma partidária da ditadura militar, contida no projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, isto é, uma tentativa de institucionalização da vida política sob controle do próprio regime militar. (SADER, 1990, p. 28). Essa posição do PT dá um salto em 1984, quando ele se põe na contramão, ao não ir ao Colégio Eleitoral, como escreve Emir Sader:

“A transição política seguiu inicialmente o roteiro proposto pelo general Golbery do Couto e Silva, tropeçou em várias circunstâncias concretas e mudou de rumo, sem necessariamente desviar-se do sentido proposto inicialmente, de um processo controlado pelas elites políticas que, mediante pactos na cúpula, impedissem a intervenção autônoma das forças populares. A eleição do presidente que deveria guiar a transição por meio do Colégio Eleitoral foi uma forma de estabelecer um pacto político de elite. As forças do regime anterior se comprometiam a aceitar a decisão tomada pelo Colégio Eleitoral e a oposição se comprometeria a governar o país conforme as normas de transição definidas pelo governo militar que concluíra seu mandato.

Assim, nem sequer a morte de Tancredo Neves suscitou a decisão de convocar eleições diretas para presidência da República. Todas as forças opositoras entendiam que o Colégio Eleitoral era um instrumento espúrio de eleição do presidente e que participariam dele – à exceção do PT – como meio de terminar com o regime anterior”. (SADER, 1990: p. 55)

Outro aspecto interessante é quando a ruptura se deu em relação à estrutura sindical, sobre a qual o posicionamento inicial do PT foi determinante para a fundação da Central Única dos Trabalhadores: a CUT é uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros, bem como do povo explorado. (RODRIGUES, Iram Jácome. 1997)

A Central surgiu questionando profundamente a estrutura sindical vigente, cumprindo importante papel como instrumento de mobilização e discussão. Entretanto, com o passar do tempo, o ímpeto inicial foi sendo abandonado e, em seu lugar, foi ganhando espaço uma lógica de adaptação à ordem convencional.

Com relação às eleições, o PT representa também uma ruptura, ao introduzir elementos de independência dos trabalhadores na campanha de 1982, distanciando-se da conciliação de classes, historicamente presente nas campanhas da esquerda tradicional.

Como afirma a estudiosa sobre o tema, “a existência do PT é uma completa irregularidade e anormalidade no âmbito do sistema partidário brasileiro”. (KECK, 1991: p. 3)

O PT nasceu com a posição de ruptura com o regime existente, sendo apontado por diversos autores como algo novo no cenário partidário brasileiro. Nesse sentido, Meneguello faz a seguinte observação:

“o alto nível de repressão e o não reconhecimento de direitos consolidaram um autoritarismo inabalável por transições ou períodos democráticos. Apesar desses constrangimentos sempre reproduzidos e ampliados durante toda a história, os trabalhadores – organizados em sindicatos ou através das várias formas de resistência -, em muitos momentos, ultrapassaram os limites impostos à construção de sua solidariedade. Mas no sistema político, a organização partidária dos trabalhadores jamais foi bem sucedida. Ainda que seja impossível deixar de levar em conta a experiência precursora dos diversos partidos operários socialistas durante a primeira República, ou todo acúmulo de resistência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, em razão da sua própria concepção e da imposição da ilegalidade, somente atuou como um partido de massas entre 1945 e 1947. Justamente por causa desses antecedentes na prática política operária, o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) impõe a reflexão sobre um novo sujeito de representação que supera a marginalização política das classes trabalhadoras” (MENEGUELLO, 1989, p. 9).

A ameaça que o PT, através de Lula, representava era visível pois romperia com os padrões até então existentes e controlados a ferro e fogo pelas políticas elitistas. Tanto assim que estas elites, com seu discurso, através dos meios

de comunicação, tentaram transformá-lo em um partido radical que, dentro de uma lógica razoável, proporia de políticas de radicalismo, não sendo difícil pintar este cenário, como bem lembra Wladimir Pomar nas eleições de 1989:

“os grandes empresários de São Paulo, por sua vez, já haviam avisado que o único candidato que não queriam no planalto era Lula. Mas com o empate detectado nas preferências eleitorais, tornava-se evidente que o candidato do Império não conseguiria vencer se a partida fosse jogada limpamente. Era preciso jogar duro e sujo. Tirar o time *light*, social-democrata ou de centro-esquerda, que estava no comando visível da candidatura Collor e colocar em seu lugar a turma da pesada, *dark*, direitista e completamente desprovida de escrúpulo”. (POMAR, 1990, p. 94)

Essa imagem ficou gravada durante muito tempo no pensamento popular, só sendo modificada através do processo gradual de acomodação no sentido da política convencional brasileira, tendo se esgotado de vez no pleito de 2002.

Dentro desta lógica de ruptura com os padrões existentes naquela época, o que surpreende é o nível de fragilidade das classes populares, diante da classe dominante, em se constituírem como sujeito de representação, embora constituindo a maioria da população. A falta de representação e o não reconhecimento de direitos abrem as portas aos regimes totalitários, regidos pelo autoritarismo; apesar desses constrangimentos terem se reproduzido na história dos trabalhadores brasileiros, o rompimento definitivo só se concretiza quando o PT é criado.

O redator deste trabalho valeu-se do pensamento de alguns dos líderes mais proeminentes do PT, expresso em diversas declarações da *Fundação Perseu Abramo (fundação ligada ao Partido dos Trabalhadores)*, para, em seguida, compará-las com as idéias de alguns analistas, expressas em obras publicadas sobre o tema.

Na Introdução do documento divulgado pela Fundação Perseu Abramo, José Genoíno, presidente do PT à época, declarou que: “a consistência da ação de um partido se mede pela capacidade que revelar na avaliação de sua trajetória. Dos seus erros e dos seus acertos. Da coerência entre seus princípios e objetivos. Da sua prática cotidiana. O Partido dos Trabalhadores constituiu-se rompendo paradigmas anteriores, sejam aqueles prevalecentes na cultura política das elites

brasileiras, sejam aqueles estabelecidos dentro do próprio movimento operário e socialista que lhe deu o berço e o impulso”. (PT, 2005)

Após esta valorização da auto-análise em que reconhece as origens do PT como fruto do rompimento com os processos empregados pelas elites brasileiras para se perpetuarem no poder, o líder político prossegue afirmando que: “a disputa pela hegemonia dos valores socialistas e democráticos na sociedade brasileira contra a moldura oligárquica e liberal-conservadora nos impõe severos desafios. A produção programática do PT ao longo desses 25 anos revela um esforço intelectual criativo e atento à complexa realidade do Brasil. Um esforço que, ao longo do tempo ganha em densidade, refina sua capacidade de dialogar com as diferentes regiões do país, com sua história e sua cultura política, na busca de elaborar novas sínteses capazes de organizar o pensamento e as tarefas dos movimentos dos trabalhadores e outros setores populares”. (PT, 2005).

De fato, trata-se de uma tarefa imensa a de enfrentar estes desafios, frente à diversidade cultural e a imensidão geográfica do país-continente que é o Brasil, com problemas que transcendem o traçado das linhas geográficas. Mas Genoíno vislumbra possibilidades de vencer este desafio, ao declarar que: “pouco mais de duas décadas de lutas conduziram o Partido dos Trabalhadores à Presidência da República. Essa inegável vitória dos trabalhadores brasileiros veio coroar um rico e contraditório processo de disputas políticas, sociais e institucionais que se materializaram em grandes mobilizações sociais e na ampliação das bancadas parlamentares, nos municípios, nos estados e na União Federal; em prefeituras e governos estaduais.

Conduzir a bom termo um governo sustentado por uma complexa frente de partidos e forças políticas, sem perder de vista o nosso projeto de transformação da sociedade brasileira, o nosso compromisso de combater as desigualdades sociais e fazer do Brasil uma nação democrática, soberana, socialmente justa e ambientalmente sustentável é o nosso grande desafio”. (PT, 2005)

Mais adiante, José Genoíno ressalta que “a característica principal do PT, nesses 25 anos de existência, é a de que ele se constituiu como um partido de luta política e social, visando representar os trabalhadores, os movimentos sociais e os setores explorados e excluídos da sociedade. Ao buscar essa representação dos setores mais necessitados, o PT afirmou-se como um partido de luta por direitos e

cidadania. Direitos no sentido amplo do termo, englobando: direitos políticos, reivindicando o restabelecimento pleno da democracia, mas também a instituição de uma democracia participativa, a extensão da liberdade e da cidadania a setores pobres e excluídos e a ampliação do direito de voto; direitos no sentido social, abrangendo os direitos trabalhistas, direitos dos grupos étnicos, etários, de gênero, de assistência, de educação e saúde; e direitos econômicos, ou seja, os direitos como o de acesso à renda e à riqueza, à sua maior distribuição e a um mais elevado nível de bem-estar". (PT, 2005).

O PT, tendo se fundamentado nessas definições, ficou caracterizado, primordialmente, como um movimento forjador da representação orgânica de determinados interesses da sociedade – principalmente os dos trabalhadores -, de organizar-se tendo por base os mais diversos grupos e movimentos sociais e de lutar por transformações sociais a partir da mobilização da sociedade civil.

Caracterizou-se ainda, embora secundariamente, como um partido de esquerda, tanto por ter-se colocado ao lado dos mais necessitados, lutando pelos direitos dos menos favorecidos econômica e socialmente, e gritando também por mais igualdade, que venha colocar na prática os princípios e valores que ao longo do tempo seus líderes continuaram professando e reafirmando. Em seu I Congresso, no início dos anos 1990, o PT formulou uma condenação explícita do autoritarismo e adotou uma concepção democrática de socialismo, que vem tentando com muita luta e enfrentando muitos desafios, inclusive internos, realizar.

Ao adotar uma estrutura profissional e participar das lutas e processos institucionais, visando implementar projetos, propostas e programas, o PT caracterizou-se, em terceiro lugar, como instituição política. Neste terreno, o PT vem adotando uma abordagem dos problemas da sociedade brasileira conforme uma ótica estatal. Seguindo estes passos é que o PT cresceu e tomou nome e corpo de partido da sociedade, como partido de esquerda e como instituição política.

O grande aprendizado que o PT precisou processar depois de ter governado (e estar governando) municípios, estados e o governo federal foi o de combinar, de forma equilibrada todas estas características e saber dosar uma ou outra inclinação, segundo as circunstâncias de cada momento.

Ao assumir a condição de partido de lutas sociais e de afirmação de direitos, o PT incorporou, na prática, uma concepção de democracia como afirmação e ampliação de direitos e de cidadania. Um passo decisivo nessa direção foi dado em seu I Congresso, quando o PT incorporou conceito de que a democracia se define também por regras formais, evitando assim dois equívocos: o primeiro natural dos liberais conservadores, que resumem a democracia a regras formais e o segundo normalmente creditado à esquerda tradicional, que via na democracia um movimento sem regras. Em seu conceito de democracia substantiva e participativa, o PT viu nela uma instituição formada e mantida por regras e normas e procurou redefinir então a democracia em uma nova síntese, que traz incorporado o que o liberalismo democrático tem de melhor, aliado ao o melhor que possa ter a esquerda democrática.

Por exemplo: o PT incorporou-se ao processo da Constituinte de forma efetiva como instituição política nacional, quando, apesar de dispor de uma reduzida bancada, conseguiu polarizar teses e propostas sobre a nova Constituição, em oposição às forças conservadoras do “Centrão”; já sua entrada no tabuleiro do poder político se dá quando de sua vitória nas eleições para as prefeituras de São Paulo e Porto Alegre, em 1988. Pode-se dizer que a política nacional passou a ser polarizada, a partir de 1994, entre as agremiações: PT e PSDB.

Aproveitando a oportunidade da realização de seu I Congresso, o PT fez um ajuste de contas com conteúdos que considerava originários do marxismo e do comunismo ortodoxos e começou a utilizar suas ferramentas conceituais, como fator capaz de levá-lo a definir um programa de governo realista e responsável para ser posto em prática em nosso país.

Também no II Congresso o PT aprofundou sua visão democrática e pluralista do jogo político, ao derrotar a proposição “Fora FHC” e ao aprovar uma resolução que ampliava a visão do partido sobre as alianças políticas. Depois da derrota nas eleições presidenciais de 1998 até a vitória de 2002, este programa e a participação política do PT no Congresso, nas prefeituras, nos governos de estado e em outras instituições políticas e sociais o partido viu desenvolverem-se e solidificarem-se cada vez mais suas bases na sociedade, sendo este o provável motivo mais forte para a vitória de Lula nestas eleições.

Em seu novo período, o principal desafio do PT consistiu em atualizar seu ideário político e programático, a partir da nova experiência de passar a *ser governo*. Apesar do fato de que o PT, desde 1989, vinha se preparando para ser governo, todos esses preparativos foram feitos segundo a ótica de um partido de oposição. A partir de então, com a experiência acumulada de ser governo, os líderes puderam perceber que alguns enfoques programáticos que o partido tinha assentado nos anos 1990 precisavam, obrigatoriamente passar por uma redefinição, que levasse em conta a nova experiência, de *estar no governo*. Como partido governante, o PT teria que ampliar seus horizontes, para abarcar e combinar tanto a perspectiva da sociedade quanto a perspectiva do Estado. O PT teria que proceder a esta síntese estabelecendo um cronograma de médio e longo prazo que tivesse como meta principal o desenvolvimento econômico e social do Brasil, conforme visto internamente, pelos governantes, e não mais como força da oposição.

Três estágios compõem o movimento de atualização do ideário político e programático do PT, sendo que o primeiro, detalhado acima, consistiu em um esforço de renovação; o segundo, na reafirmação de princípios e valores e o terceiro, na reformulação de algumas práticas e condutas e de certos conteúdos.

Quanto à reafirmação de princípios, cabia ao PT o papel de afirmar-se como partido de esquerda democrático e moderno, que postulasse transformações geradoras de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa, tendo por parâmetros os valores éticos de moralidade pública, republicanismo e socialismo democrático. O PT jamais poderia afastar-se desses princípios e valores, uma vez que eram eles justamente que o caracterizavam no quadro partidário e ideológico brasileiro e que definiam sua principal tarefa no contexto político atual: ser um dos atores da construção de um projeto de país em que a superação da pobreza e da exclusão social fosse o principal objetivo das forças políticas e sociais.

Apesar de ocupar um lugar como instituição política profissional e partido governista, o PT tinha que recuperar e reafirmar sua dimensão de partido representativo de um segmento da sociedade e formador de opinião pública, sendo para tanto necessário que valorizasse a militância social, restabelecesse e fortalecesse os vínculos do partido com os movimentos sociais, com a intelectualidade e com a juventude.

As características que tinham tornado o PT um partido enraizado na sociedade não deveriam ser relegadas a um segundo plano devido a sua institucionalização e profissionalização. Ademais, O PT só irá manter-se como um partido singular e contribuir para o fortalecimento do sistema partidário brasileiro se souber combinar as características que fizeram dele um fator de inovação na história dos partidos políticos no Brasil, com os fatores que tornaram sua existência viável dentro de um contexto capitalista e democrático.

Ao apresentar sua proposição para a construção de um país mais justo, Luiz Gushiken, presidente do PT de 1988 a 1990, destacou que o exercício diário da política se concretiza na luta contra a injustiça. “De certo modo, essa é a resposta mais definitiva que encontro quando sou indagado sobre as origens da minha escolha política, o que abrange minha trajetória no sindicalismo brasileiro e, posteriormente, na construção do Partido dos Trabalhadores”. (PT, 2005)

Lembra Gushiken que sua entrada efetiva na política ocorreu ao abraçar, nos idos de 1977, as causas da Oposição Sindical Bancária, em São Paulo. Foi um período difícil, de cerca de dois anos na “semiclandestinidad”, e naquela época as reuniões eram realizadas nas igrejas e nas faculdades, pois, além da repressão do regime militar existiam espiões do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) dentro dos sindicatos. No final de 1978 estes jovens venceram a eleição e em 1979 assumiram a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Este movimento colaborou na fase inicial da queda da ditadura, e esta ação corria paralela a muitas outras em todo o país, especialmente aquela no ABC, liderada por Lula, acompanhada com profundo interesse pelo grupo chefiado por Gushiken.

Em 1979, após alguns anos de militância, Gushiken optou por afastar-se do grupo trotskista Organização Comunista Internacionalista (OCI), mais conhecida pela sua corrente estudantil Liberdade e Luta (Libelu), por preferir lutar por um partido de massas, independente, organizado e liderado por trabalhadores, e também pelo fato de ter uma concepção distinta sobre o movimento sindical. Do marxismo trouxe ele instrumentos importantes de análise da sociedade, para a luta política e de inspiração humanista.

Entrando em contato com outras correntes de pensamento e ação, sendo apresentado a uma nova literatura, tão plural quanto o próprio partido, Gushiken viu abrirem-se novas perspectivas, e de maneira muito forte lhe foi revelado ser mais

importante e gratificante construir a partir de várias referências do que ficar imóvel, como a personagem da música de Raul Seixas, com aquela velha opinião formada sobre todas as coisas.

O movimento operário no ABC pode ser considerado como o propulsor de forças que buscaram superar todas as dificuldades impostas pela ditadura à organização sindical. Desde aquela época, fortaleceu-se cada vez mais o vínculo entre o Sindicato dos Bancários e os companheiros do ABC, uma vez que todos eram trabalhadores que tinham como meta comum construir uma entidade sindical representativa de todos os trabalhadores e independente do Estado, segundo novas concepções e bases para que os trabalhadores se organizassem de forma livre e democrática.

Uma vez que muitos eram os setores que atuavam visando manter a velha estrutura sindical, não se tratava de um processo tranqüilo, porém a força do movimento dos trabalhadores e a determinação das novas lideranças se sobrepuseram a todos os obstáculos, e o movimento que surgia começou a se unificar: primeiro no Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras (Enclat) e depois no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), em que foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Através da análise dessa etapa da história brasileira, pode-se melhor compreender o papel do PT e a capacidade das oposições sindicais de derrotar um arcabouço jurídico, burocrático e engessado, montando uma nova concepção de organização dos trabalhadores – radicalmente diversa das estruturas viciadas e dos mecanismos tradicionais de controle e de manipulação – , que transformou aquele período histórico em um divisor de águas. Embora seja forçoso reconhecer a influência de outras categorias e organizações de trabalhadores, o movimento dos metalúrgicos no ABC paulista desempenhou um papel de destaque como catalisador para a organização política da classe trabalhadora brasileira, culminando com a construção do PT em 1980 e a fundação da CUT, em seguida. Mas não bastaria apenas que essas duas organizações, PT e CUT, fossem constituídas: essa emancipação foi expressa quando elas incluíram entre os objetivos de conquista a democratização da sociedade, a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres, enfim, a possibilidade de se construir um novo país. A fundação do PT serviu para mostrar que os trabalhadores brasileiros estavam maduros, prontos para tomar em

suas mãos as rédeas do seu destino e a propor ao país um projeto político melhor, mais justo e mais moderno. Desde então os petistas começaram a se preparar para a missão de concretizar esses anseios da população.

Foi então que Gushiken apresentou um documento sobre a estrutura da CUT e sobre a linha sindical do PT, em que relatava existirem dentro do partido discussões sobre o apoio às oposições sindicais que proliferavam pelo Brasil. Na verdade, esse eixo sindical no PT era expresso em três dimensões: as lutas contra a estrutura pelega, a afirmação de um sindicalismo combativo e a formação de lideranças, locais e nacionais, que surgiram no Brasil.

O PT vem passando por muitas mudanças, geradas por seu próprio amadurecimento. A linha política do partido sempre foi discutida e disputada pelas diversas correntes que o compõem, de forma democrática. Durante alguns anos predominou a visão ampla, de um partido aberto às alianças, preocupado com o conjunto da nação e não apenas com interesses corporativos, período este que fez parte do processo de amadurecimento da luta democrática e da opção pela luta eleitoral e institucional, proposta esta posteriormente reformulada.

No período em que exerceu o mandato de deputado federal, iniciado em 1986, Gushiken foi apoiado fortemente pelos bancários de São Paulo. Nesta época consolidou-se no partido a liderança de uma ala sindical com visão ampliada do papel histórico do PT. O PT e os sindicatos, dentro de suas áreas de atuação diferentes, tendo o partido um caráter mais amplo e o sindicato portando bandeiras mais específicas, construíram forte identidade e o que se viu em seguida foi uma expansão de novas lideranças sindicais que, apoiadas pela base, assumiam candidaturas eleitorais. Entraram em cena milhares de trabalhadores que ansiavam por fazer uma política com autonomia, o que era demonstrado com grande disposição e por um número de aderentes que constituía um acontecimento inédito em nosso país. Foi um movimento dinâmico, em que estruturas autônomas, partido e sindicato giravam no mesmo eixo, tendo praticamente a mesma visão de mundo.

Depois das históricas lutas pelas eleições diretas, quando o partido decidiu lançar seu candidato para presidente da República, Gushiken foi escolhido por Lula, pela ala sindical e pela maioria da direção do partido, para substituí-lo na presidência do PT, o que de fato veio a ocorrer em 1989; ele exerceu o cargo até 1991. Foi muito acirrada a discussão dentro do PT, em que Lula insistia para que

Gushiken assumisse a presidência. Além dos laços de amizade e da confiança mútua, Lula fazia questão que uma liderança sindical autêntica e confiável assumisse a direção do partido, o que, em seu entendimento, impunha o nome de Gushiken.

Na qualidade de presidente do PT, de 1989 a 91, Gushiken considerou que o diálogo, bem como a premissa de que todos têm voz e vez foram e continuam sendo o maior patrimônio da história do partido. Acresce que o PT sempre teve e pretende continuar tendo um forte compromisso com os mais pobres, pois o partido não teria mais razão de ser, se fosse cancelado este comprometimento. A identificação com os grupos sociais mais pobres e vítimas da injustiça social sempre foi e continuará sendo uma bandeira permanente da cultura partidária, o que confere ao PT uma radicalidade e uma força que ainda não bem assimiladas, e talvez mesmo nunca sejam, pelo conservadorismo que, em sua vertente sempre retrógrada, nasce, vive e se alimenta exatamente das desigualdades sociais ainda vigentes no país.

Gradativamente o PT foi se alçando até atingir o nível de competitividade eleitoral pujante, acumulando maior experiência no Executivo com a eleição do presidente Lula. O partido manteve e mantém, concomitantemente, seus vínculos com o movimento social, não apenas se relacionando com aqueles que fazem parte de sua origem - os sindicatos, as bases da Igreja -, mas também com as formas mais modernas de organização da juventude, com as ONGs, com os movimentos ambientalistas e culturais, que foram surgindo por todos os cantos do país. Foi esse relacionamento com outros movimentos que deu ao PT uma visão e uma prática universalistas, cosmopolitas, solidárias e de profunda sensibilidade social.

Gushiken ressaltou sempre em suas declarações que a experiência do PT, no nível mais alto do Executivo, estava sendo extremamente importante para a democracia brasileira pois o partido não devia temer responsabilidades, por mais tempo que levasse para equacionar as dificuldades da realidade brasileira, assimilá-las e colocar na prática as soluções encontradas mediante consenso entre as bases.

Quanto à política internacional no programa do PT, Gushiken em diversas ocasiões manifestou sua opinião de que os políticos do PT sempre expressaram sua frontal discordância e oposição aos modelos autoritários, simbolizados em nível mundial pelo Muro de Berlim e pela experiência totalitária do Estado Soviético. O

insucesso da experiência do chamado socialismo real deixou um vácuo no campo dos idealistas insatisfeitos com a supremacia das forças do mercado. A esperança no socialismo era algo que mantinha a coesão destes grupos; de certa forma, os projetos ansiados restaram enfraquecidos pelas mudanças havidas no contexto internacional, sobretudo com a queda do bloco soviético.

Encerrando sua linha de pensamento, Gushiken expressou que o governo Lula veio acompanhado de certa expectativa por parte dos setores que, no mundo inteiro, estão identificados com a luta pela democracia e pela construção de uma sociedade justa. (PT, 2005)

José Dirceu de Oliveira e Silva ocupou a presidência do PT de 1995 a 2002, deixando, segundo suas declarações, um partido forte e preparado para seus sucessores. São dele os pensamentos reproduzidos a seguir.

José Dirceu confessou sentir saudades do período em que ocupou a presidência do PT, entre 1995 e 2002, dos debates e da luta para construir um partido democrático e pluralista, com raízes na sociedade brasileira. Nesses 25 anos os petistas trabalharam duro para derrubar a ditadura e consolidar a democracia no nosso país. “Deve-se muito disso à liderança do companheiro Lula”, diz Dirceu.

Nasceu o PT quando José Dirceu ainda vivia na clandestinidade, em Cruzeiro do Oeste, no Paraná. Naquela época, pela primeira vez, corriam notícias sobre um operário do ABC que, com outros sindicalistas, falava uma linguagem sincera, simples e direta, de liberdade, de rebeldia, de ir para a ação e conquistar seus direitos. Tempos depois, quando voltou para São Paulo, após a Lei da Anistia, teve os primeiros contatos com os núcleos, com as reuniões e com Lula.

Em 1995 Dirceu assumiu a presidência do PT, com a difícil tarefa de suceder ao Lula, e foi reeleito em 1997 e em 1999. Nesse período, ao mesmo tempo em que voltava para a Câmara dos Deputados, enfrentou (em 1998), com outros companheiros, o desafio de transformar o PT numa instituição, em fazer com que a sociedade visse o partido como uma alternativa de governo, não apenas como um movimento de reivindicação, de luta e de protesto, mas como um conjunto de valores políticos, programáticos e éticos. Para isso era necessário, de um lado, organizar o partido de forma equilibrada e democrática, respeitando o pluralismo, e, de outro, abrir o PT para a participação da sociedade – porque o Partido dos

Trabalhadores sempre soube da importância da militância e da mobilização social diz ele.

Além disso, foi nesse período que se consolidou o “modo petista de governar” nos municípios e nos estados administrados pelo PT. Essas experiências de êxito fortaleceram a confiança da sociedade no PT e deram aos petistas maturidade para executar seu programa no governo federal, para ampliar as alianças eleitorais e para, agora, implementar no governo federal as mudanças que todos querem, sem jamais esquecer a história do PT.

Em 2001, com a eleição direta dos seus dirigentes, o PT reelegeu José Dirceu. Nesse período ficou claro que a realidade do país exigia mais do PT e da esquerda em geral do que se havia imaginado. Em 1989, o partido foi derrotado e, naquele momento, iniciou-se um processo de hegemonia conservadora, primeiro com Collor e, depois, mais intensamente, com FHC. Isso tornou mais difícil a tarefa de construir uma alternativa de poder que retomasse um projeto de desenvolvimento nacional, com o combate à exclusão social. Foi necessário dialogar com a sociedade, buscar alianças e definir um programa de governo que permitisse democratizar o poder.

Em 2002, enfim, o PT venceu, com a eleição de Lula para presidente do Brasil, algo importantíssimo pelo significado histórico da conquista, pelo fato de um trabalhador, de um político de esquerda, assumir o comando do país. A partir de então seria necessário construir a governabilidade, porque o PT não conseguiu a maioria no Congresso.

No dia 7 de dezembro de 2002, durante reunião do diretório nacional, em São Paulo, José Dirceu licenciou-se da presidência do PT para participar do governo do presidente Lula e foi substituído pelo companheiro e amigo José Genoíno, então deputado federal e vice-presidente nacional do PT. Em 1º de janeiro de 2003, foi nomeado pelo presidente Lula ministro de Estado chefe da Casa Civil da Presidência da República, quando então licenciou-se do cargo de deputado federal.

A partir de então, as mudanças começaram, com a retomada do projeto de desenvolvimento nacional, o planejamento e o papel do Estado. Isso não é pouco, porque não se trata de colocar o Estado apenas como agente de desenvolvimento social ou como agente de ampliação da democracia, mas como um

ator fundamental da retomada do crescimento econômico. Neste sentido, é preciso lembrar que controle da inflação, ajuste fiscal e redução do risco-país apareciam como coisas importantes e necessárias. Mas também reorganizaram os bancos públicos, ampliaram o crédito e criaram as condições para que mais de dois milhões de empregos com carteira assinada fossem criados em dois anos. O Brasil assumiu um outro papel no mundo, uma posição soberana o que não é pouca coisa. Mas, evidentemente, é preciso fazer mais, passar da rede de proteção e da transferência de renda para o desenvolvimento social, com mais educação e saúde, com mais inovação científica e tecnológica. (PT, 2005)

A partir de então o governo do PT deu ao país a esperança de crescimento econômico e da melhoria da renda e do emprego. A agenda de prioridades do PT inclui investimentos na infra-estrutura de transportes, mas também em saneamento básico, em educação, em ciência e tecnologia. Isso porque, se o governo faz um ajuste fiscal para estabilizar a economia, isso se dá no bojo de uma política mais ampla, não está separado da política industrial, do comércio exterior ou da política social, da reforma agrária, da agricultura familiar. Para cada ação do governo, no cenário externo ou interno, há uma outra ação na direção do desenvolvimento nacional. E, segundo Dirceu, isso deve ficar bem claro para o PT, para a sua militância, para os seus prefeitos e as suas prefeitas, para os seus governadores, para as suas bancadas nos três níveis de governo.

Todos os membros do PT deveriam ter a consciência de fazer parte de um projeto político construído pelo PT, de serem herdeiros de uma tradição política democrática, socialista e de esquerda, que tem um compromisso com um projeto de desenvolvimento nacional.

Ao ser eleito, Lula assumiu, na “Carta ao Povo Brasileiro” (já comentado neste trabalho) e no seu programa de governo, uma missão clara para este mandato, incluindo governar democraticamente, combater a corrupção, retomar o crescimento econômico e combater a pobreza e a desigualdade no nosso país. Este, segundo José Dirceu, é o desafio do PT neste momento: “colocar em prática tudo o que sonhamos e construímos nos 25 anos do PT, para o bem do Brasil.” (PT, 2005)

Em sua colaboração para o trabalho divulgado pela Fundação Perseu Abramo, Luiz Inácio Lula da Silva considera que “os fatos caminham à frente das idéias” (PT, 2005), e não há nisso qualquer menosprezo pelo poder das idéias,

tampouco pelo papel dos intelectuais nas lutas do país ou na trajetória de um partido político como o PT.

Na verdade, o que ocorre é que as idéias ajudam os fatos com a força dos argumentos e contribuem assim para decifrá-los, adicionando-lhes um sentido e uma extensão muitas vezes ignorados até pelos seus protagonistas. Não raro esse processo exerce uma influência decisiva no passo seguinte da história, quando o frescor de novos acontecimentos vai gerar, sucessivamente, outras reflexões que ajudarão a empurrar a aventura humana um pouco mais adiante. (PT, 2005)

Mudanças sociais profundas não derivam do voluntarismo estatal, mas decorrem da capacidade de luta de cada povo para transformar o Estado, e suas políticas, no agente efetivo dos interesses majoritários, disse Lula. “O aprendizado que começou no chão da fábrica foi o grande fiador dos sonhos e inquietações que, felizmente, continuam a povoar o interior do nosso partido. Eles são indispensáveis para dar conta da grande tarefa republicana do nosso tempo, que é colocar a máquina produtiva do século XXI a serviço da igualdade social negada no século XX. Trata-se em última instância de continuar consolidando uma agenda histórica desbravada intuitivamente pelos movimentos e lutas que marcaram a política brasileira nas últimas décadas e convergiram para a criação do PT. O anseio por democracia, então, encontrou o clamor de justiça social nas ruas, nas fábricas e nos campos para formar uma daquelas correntezas humanas que não deixam à história nenhuma outra opção senão apressar o passo em direção à mudança”.

José Dirceu, prosseguindo com seu discurso, utiliza um eufemismo interessante para acentuar as grandes modificações havidas no Brasil, em termos de reivindicações populares, ao declarar que “o mundo rangeu algumas vezes nestes últimos 25 anos”. Esta sua expressão, através de deslocamentos políticos e econômicos decisivos veio reforçar a certeza de que no geral os petistas fizeram as escolhas corretas desde o início. A queda do Muro de Berlim (1989), por exemplo, nove anos após a criação do PT, deixou ainda mais evidente que um capítulo da história havia se esgotado, deixando em aberto o grande desafio progressista do futuro: restaurar o elo perdido entre o ideal da liberdade e os valores da tradição igualitária e humanista na era da globalização. (PT, 2005)

No mundo de globalização em que passamos a viver, a justiça social é a nova fronteira da soberania. No entanto, para que ela se imponha diante das forças

avassaladoras do espaço mundial, urge que ocorra um avanço da democracia participativa na vida dos povos, na arquitetura dos Estados nacionais e nas instâncias decisórias do poder internacional.

O PT, ao dedicar-se à procura dessa síntese, expressa sua permanente vocação para a pluralidade e o destemor diante dos desafios da vida contemporânea que fazem com os membros do PT, em sua maioria, entre outras coisas, vejam-se se como partícipes do processo em curso, e reconhecendo-se como causa e efeito das inquietações, das lutas, dos sonhos e das idéias que irão lapidar as formas de viver e de produzir nos novos tempos que se prenunciam na entrada deste século.

Esta visão ratifica o surgimento de um novo tipo de organização partidária no universo da esquerda brasileira e mesmo mundial. Não há nada no PT que possa ser confundido com a organização monolítica espelhada na polaridade dos modelos partidários egressos da Guerra Fria. Pelo contrário, sua singularidade reside exatamente em estimular aquilo que o raciocínio de apenas duas unidades rejeita e a ortodoxia desvaloriza: a ação democrática das bases, a reflexão plural do sujeito coletivo, a síntese cosmopolita e a aversão a tudo o que calcifique e impeça a livre criatividade da existência humana.

Mesmo sendo impossível prever todos os passos e riscos inerentes a essa trajetória, não se pode negar que eles existem, sendo, portanto, melhor que sejam enfrentados, do que se escolha trilhar o caminho inverso e trocar a rica diversidade que define a formação do PT por dogmas mais afeitos à claustrofobia das seitas e dos interesses que engessam a sociedade. Os atritos inerentes ao caminho percorrida desta forma não são maquinações de mentes diabólicas, nem ciladas de um enredo previamente arquitetado, mas sim refletem embates estratégicos – práticos e teóricos – que sempre acontecem nas entreveros da história, num quadro mundial desafiadoramente arredo às decisões soberanas tomadas nos circuitos de poder herdados de um passado semeado de guerras, conquistas e dominações. (PT, 2005)

Tem agora os participantes do PT, sejam eles membros do governo ou do partido, trabalhadores, intelectuais, artistas, juventude, aliados a todas as demais forças políticas progressistas da sociedade – a oportunidade de contribuir para uma nova síntese histórica. Desse esforço coletivo surgirá um PT renovado e mais forte,

que levará fatalmente à estruturação de um Brasil verdadeiramente republicano, mais justo e melhor para todos. (PT, 2005)

A seguir o documento analisa o pensamento de Olívio Dutra, presidente do PT entre 1987 e 1988. Segundo ele, o Partido dos Trabalhadores tem sua origem na diversidade de correntes de pensamento da esquerda e de todo o espectro da militância nos movimentos sociais. De certa forma, em determinado momento da história, o PT representou o sonho acalentado de unidade dos socialistas, dos progressistas, dos que buscam na militância política a justiça social.

Olívio Dutra participou ativamente da construção do PT, desde a origem do movimento sindical. Embora não atuasse nessa ocasião no centro geográfico e político das decisões, o ABC paulista, estava ele em local importante, com os bancários do Rio Grande do Sul, categoria na qual fez aprendizado na política.

Recorda ele que, no princípio, a luta política era por democracia, liberdade e autonomia sindical. Para tanto, eram realizadas reuniões sistemáticas em diferentes pontos do país, visando burlar as forças da repressão. Nesse processo surgiu a discussão sobre os partidos, a consciência que a classe operária tinha sobre eles e a construção de um novo partido. Em 1978 foi formada a Comissão pró-PT e no dia 10 de maio de 1979 foi lançado o Manifesto Pró-PT.

As correntes de esquerda, contidas pelo PMDB dividiam-se em duas posições: a primeira dos que incentivavam o prosseguimento na empreitada da fundação de um novo partido, ao passo que os da segunda desdenhavam o desafio e faziam proselitismo para reforçar suas posições dentro do PMDB.

Finalmente os pioneiros conseguiram registrar o PT em 1980, apesar das restrições e dificuldades impostas pelas regras da ditadura, naquela época no poder. Em 1982, por exemplo, conseguiram vencer as fortes barreiras na primeira eleição de que o partido participou, com a exigência do número mínimo de estados onde deveriam ter candidatos majoritários.

O Rio Grande do Sul elegeu, em 1986, dois deputados federais, Olívio Dutra e Paulo Paim, e quatro deputados estaduais. Nessa ocasião os petistas desejavam que fosse convocada uma Constituinte livre, democrática e soberana: a idéia não vingou e o povo elegeu um Congresso bicameral com poderes constituintes. Entretanto, o PT foi o único partido que levou uma proposta com início,

meio e fim, gerada por meio de um debate diferenciado, fruto de outro princípio caro ao partido: a sua democracia interna. Os petistas debatiam entre si, na época, se assinariam ou não a nova Constituição, o que serviu para dividir o partido em duas correntes defensoras destas opiniões, mas terminaram votando contra a assinatura da Carta.

A vitória em vários pleitos municipais deu ao PT a oportunidade de sair da luta política aberta e passar a ser tensionado pela institucionalidade. Assim foi governada a cidade de Porto Alegre, por quatro anos, de 1989 a 1992, e o estado do Rio Grande do Sul, de 1999 a 2002, com uma tensão permanente entre partidos, movimentos sociais e governo.

Os petistas afirmaram-se no governo reconhecendo as peculiaridades e a autonomia de cada um, em um processo que valorizou a discussão, por exemplo, se os “conselhos populares” teriam poder deliberativo e se o movimento popular iria decidir sobre o aumento da tarifa dos ônibus. Essas questões, que hoje podem parecer estranhas, ajudaram a forjar o Orçamento Participativo e um modelo de gestão que tem ajudado a esquerda de diversos países a avançar na construção de governos democráticos e com caráter popular e liberal.

Com o PT emergiram no cenário político muitas lideranças populares, deflagrando um processo de ampliação do diálogo com a sociedade e quebrando muitos preconceitos, o que levou-o a consolidar-se como um dos maiores partidos do Brasil, e, após ter eleito governadores em diversos estados, a conquistar a presidência da República.

O Partido dos Trabalhadores conheceu então uma crise do crescimento desde quando, por exemplo, no Rio Grande do Sul, desde 1994 perfilaram, com seus aliados do campo da esquerda, praticamente a metade do eleitorado. O problema não era representado pela crise em si, mas como seriam capazes, os petistas, de superá-la. Para tanto, deviam desatrelar-se da armadilha das disputas por cargos, feita independentemente do conteúdo das propostas em jogo, e da transformação destes em instância partidária, em substituição aos mecanismos democráticos.

Via-se assim o PT permanentemente tensionado pela hegemonia conservadora, por dentro e por fora, uma vez que a liderança, tanto central quanto

periférica, era representada por políticos que, longe de terem idéias políticas monolíticas, apresentavam uma imensa diversidade que tinha que ser aceita, até onde fosse possível, dentro das propostas do partido. Para um partido grande, a dose de frieza e pragmatismo exigida pela política corresponde ao seu tamanho e que trazia em seu bojo o risco de afastar a militância e aproximá-la das concepções tradicionais do PT.

Neste momento os petistas tiveram que responder a certos questionamentos que podem ser traduzidos nas seguintes perguntas: O que é crescer? Ampliar o número de filiados? A quantidade de cargos em poder do partido? Qual o seu objetivo partidário? O poder pelo poder ou formular e disputar propostas na sociedade? O que estava em questão era: seria o PT um partido de fôlego reduzido ou um partido estratégico para o futuro do país e para as transformações esperadas pelo povo brasileiro?

Olívio Dutra neste momento entendeu que o desafio do PT era o de colocar o Brasil no bloco de nações que construiriam num mundo globalizado uma cultura de paz, que não fosse o da força, nem a dos túmulos, mas forjada na justiça, na equidade, na solidariedade e no respeito à soberania das nações. Nesse sentido é que declarou: “O PT tem pela frente o maior de todos os desafios encarados pelos que forjaram sua proposta: mudar o Brasil com o protagonismo do povo brasileiro sintetizado no governo do companheiro Lula.” (PT, 2005)

Durante o mandato de Rui Falcão na direção do PT e o coletivo da campanha, a euforia das pesquisas, que apontavam um favoritismo folgado para o candidato Lula, ocultava o “ovo da serpente” (PT, 2005), enterrado no correr de 1993 com a ida de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco, segundo afirmou Rui. Na opinião de Falcão, a ascensão do PT, impulsionada pela sua vinculação com os movimentos sociais, pelo respeito conquistado no *impeachment* de Collor (de quem Itamar fora vice) e por seu compromisso ético, atemorizava as elites. As classes dominantes, então, desfecharam sua estratégia, desdobrada em variados níveis: primeiramente, manobraram com a emenda do parlamentarismo - que dividiu o PT -, fragorosamente derrotada no país inteiro; em seguida, antevendo a vitória de Lula, encurtaram o mandato presidencial em um ano. Por fim, alteraram as regras eleitorais, proibindo a veiculação de imagens externas na propaganda eleitoral na

televisão – um golpe de morte nas Caravanas, um retrato vivo dos encontros de Lula com o povo.

Tendo se aliado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Popular Socialista (PPS), Partido Verde (PV) e ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), que novamente indicara o vice, José Paulo Bisol, depois substituído por Aloizio Mercadante), o PT não dispunha de uma hegemonia clara, em virtude das composições internas resultantes do encontro nacional anterior e do amálgama de posições políticas contraditórias, unificadas pelo desejo comum de viabilizar a chegada ao governo central, aparentemente ao alcance.

Lado a lado perfilavam-se os defensores e os opositores da participação no governo Itamar, e adversários e partidários do processo de revisão constitucional em andamento, para ficar em apenas dois exemplos. Havia até a crença, embora limitada a poucos setores, de que uma parcela do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) poderia ser conquistada (antes, naturalmente, do lançamento de FHC em dobradinha com o PFL - o que, naquela ocasião, constituiu uma heresia -, consumando uma parceria cuja materialização até hoje ainda seduz a muitos de seus membros.

No decorrer dos anos de 1993 e 1994 nada parecia configurar, dentro do PT, um cenário de derrota. Talvez por isso também as profundas alterações que se processavam na economia foram encaradas com naturalidade. A aprovação, no Congresso, das novas URVs (Unidades de Referência de Valor), fundamentais, depois, para estabelecer a paridade entre o real e o dólar, não sofreu maior resistência das bancadas oposicionistas. Quando, meses depois, foi lançado o Plano Real, verificou-se ser tarde demais para qualquer alteração nos planos.

As classes dominantes uniram-se incondicionalmente sob a direção de FHC. A desqualificação de Lula corria solta na mídia, ficando gravada a imagem da conhecida artista de novelas Regina Duarte dizendo incessantemente na telinha que "não confiava naquele candidato". O propalado radicalismo do PT instilava o medo da mudança. E o Plano Real, com as benesses do curto prazo (fim da inflação, estímulo ao consumo, distribuição de renda), trazia o necessário apelo popular para reverter as intenções de voto e garantir a vitória no primeiro turno.

Ficou até hoje, para alguns, a impressão de que o PT nunca se dera à preocupação com a estabilidade, uma aspiração popular que alguns petistas nunca foram capazes de captar nos discursos e programas.

Da experiência e aprendizado daqueles tempos o que restou foi a convicção de que só com a radicalização da democracia será possível promover transformações estruturais no Brasil. E que, para alcançá-la, o bloco histórico liderado pelo Partido dos Trabalhadores terá de distinguir – a cada momento e sempre – quem são os verdadeiros amigos do povo. (PT, 2005)

3.3. Objetivos políticos

Muito tem sido comentada, e até mesmo ironizada, a chamada "novidade" que o PT representaria no quadro político brasileiro, que consistiria, genericamente, do fato do PT ter sido formado a partir de um setor de trabalhadores, sob o forte impulso de lideranças que se forjaram na luta contra todos os aspectos antitrabalhistas do regime autoritário, formalmente eliminado com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral; seria, assim, o primeiro partido na história brasileira feito por e para trabalhadores. (OLIVEIRA, in: SADER s/d)

Para os petistas mais ortodoxos, a novidade vai mais além: ser um partido que se pretende de uma classe, para uma classe e por uma classe, que tem por objetivo colocar a classe trabalhadora brasileira, e mais especificamente operária, no poder. (OLIVEIRA, in: SADER s/d)

A primeira e mais importante função proposta pelo PT era também, a mais espinhosa, desafiadora e problemática, qual seja: forjar uma nova identidade da classe trabalhadora, função a que anteriormente se propunha o PCB.

Revalidando os termos de Marx, uma classe social só ganha real existência quando se organiza para lutar por seus interesses. Uma proposta socialista atual deve reconhecer, de um lado, suas bases classistas, fator indispensável para a própria democratização e para obter uma representação eficaz. Por outro lado, precisa formular, desde o princípio, uma proposta societária global, que não seja um simples ajuntamento de reivindicações e nem a subordinação de outras classes ao operariado. Em segundo lugar, tem-se que reconhecer a necessidade da

democracia, conforme a proposta socialista contemporânea que estamos vislumbrando, como um procedimento estratégico e não apenas tático: não apenas como "espaço de expansão, com liberação temporária do sufoco de regimes repressivos, para preparar-se "o assalto ao poder". Sobretudo como cultura política é que a democracia se faz necessária para o movimento operário e o movimento socialista. E não menos importante, como *via para a intervenção das classes dominadas do Estado*. Pois do que se trata fundamentalmente é dessa intervenção; todas as tentativas anteriores, que faziam da destruição seu *leit-motiv*, deram no que deram: a construção de outro Estado, que pode vir a ser mais repressivo que o propriamente burguês. O Estado permanecerá numa sociedade socialista apenas — e isto é muito — porque ele é, como já se frisou anteriormente, a exterioridade da sociedade civil; que não deixa de existir numa sociedade socialista. E a imediata redutibilidade do Estado à sociedade civil não apenas é um equívoco teórico, mas de conseqüências práticas funestas, pois conduz ao imobilismo; o contrário, isto é, a redução da sociedade civil ao Estado, conduz às experiências do Leste. (OLIVEIRA, in SADER, s/d., p. 28-9)

Mais adiante, na mesma obra, José Dirceu explica quais seriam, a seu ver, os objetivos políticos do PT: não é só preciso que seja este um partido de massa, um partido independente e um partido socialista: quer-se um partido de luta de classes, um partido que organiza, e que conta com uma retaguarda política, ideológica e de forma real na sociedade. (DIRCEU in SADER s/d)

O PT propunha-se a ser um partido que procurasse construir sindicatos autônomos e independentes do Estado, sindicatos unitários, que congregassem a maioria dos trabalhadores na luta por suas reivindicações específicas e contra o capitalismo; construir entidades de massa para lutar pela reivindicação de melhores condições de vida para os trabalhadores, como também pela constituição de um poder que controle, fiscalize o Estado e faça germinar o poder popular.

José Dirceu resume os propósitos do PT da seguinte forma: “e, fundamentalmente, o que o PT pretende é construir um partido que seja alternativa social, política e ideológica. Por isso está colocado hoje para o PT o desafio de discutir, fraternalmente, com companheiros de organizações políticas que o compõem, legitimamente, com as tendências e articulações do Partido, com setores da Igreja que se articulam, a construção do PT como partido político dos

trabalhadores. E não como uma frente política institucional para lutar contra a Nova República, funcionando como alternativa operária e popular. Nem como uma frente para que a esquerda se organize, polarize, sem diluir-se diante do avanço da burguesia ou da repressão”. (PT, 2005)

Meneguello (1989) em muitos pontos reforça o pensamento de José Dirceu, expresso nas linhas acima. Para ela, a proposta de participação política da classe trabalhadora no discurso petista ultrapassa a simples organização de interesses, em direção à idéia de governar e administrar. O discurso petista, na verdade, incorpora no conjunto de valores político-culturais da nação uma nova concepção de "fazer política" institucional, compreendida tradicionalmente como fenômeno de elite — a idéia do acesso à arena administrativa pelas classes populares, da qual, segundo o PT, independe o preparo intelectual.

Por outro lado, a proposta petista de organização da representação de interesses se fundamenta numa idéia original da representação política, pela qual a experiência de democratização do movimento sindical realizada pelo novo sindicalismo definiu um traço essencial do modelo partidário petista, que pode ser identificado com a idéia de maximização da participação dos indivíduos, viabilizada na proposta de funcionamento interno partidário democrático. (PT, 2005)

Essa idéia, ao nível da proposta petista de representação de interesses, já havia sido apresentada sob uma noção específica de representação política, entendida esta como uma resposta peculiar elaborada pelo partido para solucionar tensões entre as formas de democracia direta e de democracia representativa, inerente às dificuldades da democracia participativa: o PT propunha-se valorizar a forma de representação orgânica.

Segundo este pensamento, para que os interesses próprios de uma categoria sejam traduzidos fielmente, os representantes devem pertencer à mesma categoria profissional do representado. Desta forma, a representação orgânica, qualificada tanto pela semelhança sociológica entre representes e representados quanto pela expressão dos interesses específicos, tem o viés de conduzir a um vínculo de mandato bastante forte, o mandato imperativo. (PT, 2005)

Desta forma, no âmbito da representação político-partidária, a maximização da participação política das bases petistas deve ser dada pela fidelidade na representação de seus interesses.

Por outro lado, no âmbito da participação nas instâncias decisórias da administração pública, a maximização da participação das bases petistas ocorre mediante uma proposta de governo popular. Neste contexto, o PT mais uma vez transformava a simpatia pela forma de democracia de base na estruturação de mecanismos de ampliação da participação dos indivíduos nas decisões políticas, traduzida no discurso petista como forma de democratização do serviço público.

Do discurso petista do qual se apreende a idéia de governo popular, baseada na criação de mecanismos de participação das bases, se apreende também a idéia de sociedade democrática, apresentada como a supressão da distância entre sociedade e Estado: democratizar realmente a sociedade e o Estado significa criar novas formas de organização e mecanismos de representação para que as grandes majorias da população possam de fato mandar no país. O PT é ele próprio um passo para a concretização da democracia como obra dos próprios trabalhadores na medida em que:

1. Ele será a possibilidade de participação na política das massas populares até hoje marginalizadas do sistema partidário (...);

2. Ele começa a construir, aqui e agora, as formas democráticas de organização e representação dos trabalhadores (diretórios e núcleos) (...). (PONTOS, apud MENEGUELLO, 1989, p. 111).

Ou, como se pode ler em outra declaração de princípios:

(...) Na medida em que o PT consagra uma democracia interna na estrutura de seu funcionamento, ele está preparando os trabalhadores para gerirem uma sociedade democrática (...). A existência de um Estado democrático pressupõe a existência de mecanismos democráticos nas bases (comissões de bairros, de fábricas etc.) (DOCUMENTO CNP, apud MENEGUELLO, 1989, p. 111)

Meneguello considerou importante observar que o discurso petista sobre um projeto de sociedade democrática e socialista é bastante impreciso e simplificado. Em linhas gerais, para a sua proposta de uma nova sociedade o PT

empregaria uma equação simplificada, sem explorados nem exploradores, tendo como requisito básico a socialização da propriedade privada.

A idéia de democracia que se deduz do discurso petista é de solução das distinções sociais, marcadas por uma ordem social e política autoritária, da seguinte forma: "Para a classe trabalhadora, democracia significa barriga cheia, significa casa para morar, significa escola para estudar, significa liberdade e autonomia sindical, significa direito de greve (...)". (LULA, apud MENEGUELLO, 1989, p. 111)

Da mesma forma, o fato de o PT privilegiar o espírito participativo de sua formação e não possuir qualquer modelo elaborado de sociedade socialista, tornava o socialismo democrático petista muito impreciso, confundindo-se com a idéia de igualdade e justiça social: "(...) o partido aponta para um horizonte socialista. Que tipo de socialismo, honestamente não sei." (LULA, apud MENEGUELLO, 1989, p. 112). E, em outra oportunidade: queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações. (PLATAFORMA, 1982)

Pode-se captar melhor a tônica da proposta socialista do PT em alguns pontos básicos da sua plataforma eleitoral de 1982: reforma agrária radical, desconcentração da propriedade privada e ascensão das classes trabalhadoras ao governo. De fato, a lógica da disputa eleitoral levou o PT a definir com maior nitidez seus traços característicos, visando assim diferenciar-se de seus concorrentes, principalmente do PMDB.

Candido Mendes, também destacou a inexistência de um projeto definido e abrangente para o PT, ao considerar como grave o fato de que:

"(...) não obstante todas as concessões do melhor realismo político, ao anticlímax da partida, não se contrapõe um projeto coerente e amplo de desenvolvimento social que se constitua exatamente como a emblemática do novo caminho. Nele se concentra a decantação objetiva do sonho de três décadas, a se transformar num centro de gravidade para polarizar o diferente do governo entrante, o aliciamento de suas forças, mesmo que para uma longa espera. Mas, disciplinada, cobradora, atenta a qualquer inflexão de rumos, vencida a paralisia inicial pedida pela literal investidura na inércia do regime herdado do governo anterior".(MENDES, 2004, p. 34)

E critica o fato de, após a sua ascensão ao poder, o carro-chefe do PT parecer improvisado, como se a organização do país para as tarefas a que se propõe não exigisse uma instrumentação prévia. Acreditava-se que bastava o combate à fome. Assim, após a consagração pelo Planalto, a realização desta imensa empolgaria corações e mentes de toda a Nação, mobilizando em mutirão os políticos de todos os níveis, após a campanha. A iniciativa básica enfrentaria enorme ambigüidade no aparelho de poder, que lhe deveria dar apoio, da mesma forma que, no primeiro ministério Lula, a noção do social se confundiu no somatório de competências que se atropelaram no trato dessa demanda básica. (MENDES, 2004, p. 35)

CONCLUSÃO

Faz parte da própria conceituação dos partidos políticos, dentro do regime democrático, ter como objetivo final de sua organização, após serem oficializados como instituição, se empenharem na luta para atingirem o poder, ou seja, para assumirem o comando, tornando-se fatores da situação, para conseguirem então colocar em prática suas plataformas políticas, realizando - ou não - as propostas, conforme as promessas feitas ao eleitorado durante a campanha.

Seria interessante, nesta conclusão, fazermos uma alusão a uma situação sempre presente na política brasileira, desde os idos do Segundo Reinado, quando dizia-se que não havia nada mais parecido com um *saquarema* (conservador) do que um *luzia* (liberal). Explica-se: com a morte de D Pedro I, em 1834, o Partido Monárquico extinguiu-se. Ficam apenas as facções dos moderados e exaltados. Os velhos monarquistas e alguns moderados dissidentes formam o Partido Conservador, chamado de Saquarema; outra parte da facção dos moderados, juntamente com a facção dos exaltados formam o Partido Liberal, também chamado de Luzia, ambos em 1837.

Joaquim Nabuco considera a legislatura de 1838 como sendo o berço dos dois primeiros partidos políticos brasileiros, e José Antônio Soares de Sousa concorda com ele. Diverge desse pensamento Américo Brasiliense, que defende que o Partido Liberal teve seu surgimento desde 1831, com a abdicação do rei.

Os dois partidos não se respeitavam e nem se impunham à opinião pública, cada um possuía seu órgão de imprensa do qual utilizava para atacar o adversário.

A política desse período, não se fazia em função de programas e objetivos ideológicos definidos ao termo moderno de organização partidária. A grande preocupação daqueles políticos era chegar ao poder, pois significava obter prestígio e benefícios para si próprio e para sua gente. Dizia-se, naquela época, que entre os grandes fazendeiros e os comerciantes, pertencentes a estes dois partidos, havia um entendimento tácito, nunca admitido, mas sempre cumprido: os conservadores realizavam as reformas liberais exigidas pela situação histórica, e os liberais se encarregavam dos atos impopulares.

Na situação atual podemos questionar se houve mudanças em tudo isso, diante do desmoronamento da estrutura partidária. Como vimos, os eleitores, na hora de votar, não levam em consideração siglas, programas ou partidos, mas sim os políticos que são de sua preferência, os quais são eleitos, em todos os estados e em todos os níveis: municipal, estadual e federal.

Pelo visto, muita coisa continua como no tempo do Império. A transferência de quadros dos movimentos sociais e sindicais para os espaços políticos institucionais ocupados pelo Partido dos Trabalhadores já vinha se verificando e aumentando gradativamente, desde 1988, com a chegada do PT às prefeituras de muitas cidades do interior do País, culminando mesmo com a vitória dos petistas em algumas grandes capitais, como São Paulo e Rio Grande do Sul.

A evolução dos partidos políticos no Brasil foi marcada por mudanças de regime ou revoluções que interromperam a trajetória de alguns, e fizeram surgir outros. Podem-se caracterizar rompimentos como os ocorridos pela implantação da República, 1889, que extinguiu os partidos monarquistas; a revolução de 30, que extirpou os partidos republicanos; a proibição da existência de partidos ocorrida no período do Estado Novo (1937-1945), e a Revolução Militar de 64, que implantou o bipartidarismo.

O Partido dos Trabalhadores vem a confundir-se com os movimentos sociais, em busca de expressão na cena política, durante a ditadura. As Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica tiveram grande importância no período e ganharam influência junto ao povo. O novo sindicalismo que surgiu no período era composto de militantes esparsos vindos de grupos de esquerda revolucionários derrotados pelo regime militar à procura de uma atuação política mais próxima do cotidiano dos trabalhadores. Todos esses elementos contribuíram para a organização da população em movimentos que expressavam a insatisfação social: conquistas por creches, moradia, melhores salários, condições de saúde etc.

O PT foi fundado por políticos e movimentos de esquerda e sindical que surgiram depois das greves de 1978 e 1979; surgiu de militantes vindos do interior desses movimentos, de setores da esquerda católica, de intelectuais, de ex-militares ou simpatizantes de organizações clandestinas de combate à ditadura, da ala mais à esquerda do MDB, do movimento estudantil e do novo sindicalismo, cujo centro era São Bernardo do Campo, em São Paulo.

O Partido dos Trabalhadores, ao ser criado, dizia-se com o objetivo de defender a existência de uma organização independente do Estado, de fazer surgir uma sociedade justa, humana, fraterna, contra a discriminação, contra a desigualdade social; fazer incluir os excluídos, derrotar a política neoliberal, dar fim ao capitalismo, reconstruir os valores morais, políticos e culturais visando sempre o socialismo, enfim, lutar pelos direitos dos trabalhadores para melhores condições de vida.

Dentro das vicissitudes da história do PT, o que se percebe na atualidade é que esse partido está longe de realizar os objetivos expostos em seu programa da época de sua criação. Luís Inácio da Silva sempre se gabou, quando foi líder sindical dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, que por inúmeras vezes enfrentou situações de adversidade e diante delas sempre agiu com o senso do dever e transparência. Entretanto, para muitos, o seu comportamento, hoje, perante os problemas do governo e do país, é outro. Indaga-se, por exemplo se é possível que um presidente preocupado com os seus interlocutores e estando à frente de um desafio histórico que é governar um país com tantas diferenças sociais e contradições, dizer não saber das corrupções e clientelismos que assolam o partido, como no caso do “*mensalão*”.

Outros fatos também ligados ao PT demonstram o quanto o partido parece ter se afastado das suas premissas iniciais, perdendo sua identidade. O reflexo disso foi noticiado no *Jornal do Brasil* em 19/12/07, quando o PT foi acusado de perder a identidade: ao contrário da antiga proposta de comprometimento com o povo, o Partido teria perdido a sua identidade política e passado a viver de negociação política, transformando as administrações públicas em troca de benefícios.

Essa situação, cada vez mais presente, parece dar razão àqueles que colocam que quando um partido passa a fazer parte da administração, seja ela municipal, estadual ou federal, tende a tornar-se um partido clientelista, muitas vezes se afastando de suas propostas iniciais.

A essência da democracia reside em dois princípios fundamentais: o voto e os Partidos Políticos.

À classe trabalhadora deve-se colocar a tarefa de organizar-se e criar seu partido para estabelecer relações políticas com o Estado e com a sociedade burguesa.

Este trabalho, baseado entre outros documentos na *Tese de Santo André*, aprovada em 24 de janeiro de 1979, reconhece como meta do PT a conquista do poder político, pois "enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários e por condições dignas de vida e de trabalho, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político.

Neste documento está registrado que, após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira foi a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

O PT pretende ser um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em conseqüência, quer construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

A carta diz que deseja um partido que tenha por objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. Define-se como partido das massas populares, unindo, ao lado dos operários - vanguarda de toda a população explorada -, todos os outros trabalhadores: bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes etc., que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por efetiva participação política.

Como expresso por alguns de seus líderes, a característica principal do PT, é a de que ele se constituiu como um partido de luta política e social, visando representar os trabalhadores, os movimentos sociais e os setores explorados e excluídos da sociedade. Ao buscar essa representação dos setores mais necessitados, o PT se transformou em um partido de luta por direitos e cidadania.

O retrocesso de algumas conquistas dos trabalhadores vem também engrossar os motivos de insatisfação dentro das próprias hostes partidárias, com inúmeros casos de desligamentos e rebeldia, como foi o caso da Heloísa Helena, senadora de Alagoas, Ciro Garcia no Rio de Janeiro, Paulo Eduardo Niterói e tantos outros.

Outro fator a ser levado em conta em uma análise extensiva do fenômeno do Partido dos Trabalhadores e sua ascensão ao poder é a corrupção denunciada, com escândalos que tiveram seu clímax com o Mensalão.

Tudo isto demonstra um rompimento, uma defasagem entre os princípios e diretrizes traçados e preconizados pelo PT na fase anterior à ascensão do partido ao poder, e o que foi e vem sendo colocado em prática, em todos os escalões do governo e na própria movimentação do partido.

Tudo isto gera uma reflexão, que obviamente não se pretende esgotar ou extinguir aqui, sobre o nível de concessão e exercícios de conciliação a que um partido pode e deve chegar, concessões essas consideradas como naturais e indispensáveis para que "o Príncipe possa ser mantido no poder". Esta seria a necessidade natural de que sejam feitas tais concessões, em contraditório com a fidelidade que o PT deveria manter às suas bases e programas originais, pelos quais continuaria a lutar em defesa do trabalhador e de seus direitos.

Alçado à presidência do país, fica o PT colocado, através de seu representante máximo, em posição de árbitro entre o PMDB - situacionista - e o pensamento mais conservador do próprio PT, que teríamos que, paradoxalmente, considerar como a própria oposição, apesar de estar no poder.

É preciso notar também que, ao assumir a condição de partido de lutas sociais e de afirmação de direitos, o PT incorporou, na prática, uma concepção de democracia como afirmação e ampliação de direitos e de cidadania.

O PT passou a contar de forma efetiva como instituição política nacional no processo da Constituinte, quando, com uma pequena bancada, conseguiu polarizar, contra as forças conservadoras do "Centrão", teses e propostas sobre a nova Constituição. Entrou para o mapa do poder político ao vencer as eleições para as prefeituras de São Paulo e Porto Alegre, em 1988. Desde 1994, PT e PSDB passaram a polarizar a política nacional.

Quanto à reafirmação de princípios, cabia ao PT o papel de afirmar-se como partido de esquerda democrático e moderno, que postulasse transformações geradoras de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa, tendo por parâmetros os valores éticos de moralidade pública, republicanismo e socialismo democrático. O PT jamais poderia afastar-se desses princípios e valores, uma vez que eram eles justamente que o caracterizavam no quadro partidário e ideológico brasileiro e que definiam sua principal tarefa no contexto político atual: ser um dos atores da construção de um projeto de país em que a superação da pobreza e da exclusão social fosse o principal objetivo das forças políticas e sociais.

Apesar de ocupar um lugar como instituição política profissional e partido governista, o PT tinha que recuperar e reafirmar sua dimensão de partido representativo de um segmento da sociedade e formador de opinião pública

Através da análise dessa etapa da história brasileira, pode-se melhor compreender o papel do PT e a capacidade das oposições sindicais de derrotar um arcabouço jurídico, burocrático e engessado, montando uma nova concepção de organização dos trabalhadores – radicalmente diversa das estruturas viciadas e dos mecanismos tradicionais de controle e de manipulação – , que transformou aquele período histórico em um divisor de águas. Embora seja forçoso reconhecer a influência de outras categorias e organizações de trabalhadores, o movimento dos

metalúrgicos no ABC paulista desempenhou um papel de destaque como catalisador para a organização política da classe trabalhadora brasileira, culminando com a construção do PT em 1980 e a fundação da CUT, em seguida. Mas não bastaria apenas que essas duas organizações, PT e CUT, fossem constituídas: essa emancipação foi expressa quando elas incluíram entre os objetivos de conquista a democratização da sociedade, a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres, enfim, a possibilidade de se construir um novo país.

Diferentemente da recusa em participar do pacto de transição das classes dominantes, boicotando o Colégio Eleitoral que deu posse a Tancredino/Sarney, vimos o PT dando sustentação à posse de Itamar Franco e se recusando a lutar por eleições diretas, contribuindo, desta forma, para a estabilidade das instituições da democracia representativa.

Os eixos classistas nas campanhas eleitorais como "trabalhador vota em trabalhador" deram lugar a eixos como a "ética na política" e o "modo petista de governar", contraditoriamente num momento em que o partido mais se envolve com as práticas aéticas dos partidos burgueses, tais como o escândalo das filiações no Rio de Janeiro ou as denúncias de envolvimento do governador do Mato Grosso, Zeca do PT, com empreiteiras e o próprio Mensalão.

Ao contrário do que ocorria no passado, em que tínhamos um partido que era um instrumento de apoio às lutas, hoje temos um partido que se enfrenta com elas, como se deu no episódio da greve dos professores gaúchos, categoria fundamental formação do PT. Vale registrar que o governo do Rio Grande do Sul era encabeçado por Olívio Dutra, dirigente histórico do partido, como já citado, que hoje pertence à chamada "esquerda petista". Ainda que seu governo seja formado por integrantes de todas as correntes do partido, a maioria deles é ligada à esquerda petista, o que mostra que as diferenças são secundarizadas, em face da prioridade do exercício do governo.

Cada vez mais, o espaço institucional passa a ser privilegiado em detrimento das lutas sociais. O conceito marxista de "luta de classes" deu lugar a um conceito difuso de "direito à cidadania", segundo o qual, os trabalhadores são vistos como cidadãos sem nenhuma clivagem de classe, diluindo-se o papel da exploração capitalista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo 1953. **A Rebelião do Trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80)**, 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

AZEVEDO, Clovis Bueno de, 1958. **A estrela partida ao meio**, apresentação Maria Tereza A.Sadek, São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BETTO, Frei. **Lula: biografia política de um operário**. São Paulo. Ed. Clube do Livro, 1989.

BRASIL. Revista *In Line* Época. Carta-testamento de Getúlio Vargas: O famoso documento deixado pelo presidente que reforçou a comoção causada pelo suicídio. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com>>. Acesso em: 12 de março de 2008.

CERRONI, Umberto. **Teoria Marxista do partido político**. Argentina: Córdoba, 1969.

CHAUÍ, Marilena. **Voto útil?**. PT Campinas. Núcleo de Barrão Geraldo, 1982.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

DANTAS, José; TEIXEIRA, Francisco M. P. **História do Brasil: da colônia à República**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1979.

DIAS, Márcia Ribeiro et al. **Antes do vendaval: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005**. Porto Alegre. Ed. EDIPUCRS, 2006.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 13

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Florestan, **1920-1995. Pensamento e Ação: o PT e os rumos do Socialismo**. 2, ed. São Paulo. Globo, 2006.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FREIRE, Maria Célia P. V. F; ORDONEZ, Marlene. **História do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1971.

GADOTTI, Moacir. **PRA QUE PT. Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez. 1989.

GENRO FILHO, Adelmo. **Contra o Socialismo Legalista**. Porto Alegre. Ed. Tchê!, 1987.

GOMES, Ângela Maria de, *et al.* **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1986.

GURGEL, Cláudio. **Estrelas e Borboletas; origens e questão de um partido a caminho do poder**. Rio de Janeiro. Papagaio. 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KECK, Margaret E. **PT A lógica da diferença (o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira)**. São Paulo: Ática, 1991.

KELSEN, Hans. **La Démocratie. Sa nature. Sa valeur**. Paris: Sirey, 1932.

MARX, Karl e Friedrich Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Alfa-Omega. [s./d.]

MENDES, Candido. **Lula: entre a impaciência e a esperança**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um Partido 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos Partidários no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

OLIVEIRA, Isabel de. **Trabalho e Política. As origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Carlos Alberto et al. **O mundo do Trabalho: crise e mudanças no final do século**. São Paulo: Scritta/Cesit, 1994.

PENNA, Lincoln de Abreu. **A presidência Lula: passos e tropeços**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2006.

POMAR, Wladimir. Quase lá. Lula, o susto das elites. São Paulo. Ed. Brasil Urgente, 1990.

PT. Documento da Comissão Nacional Provisória sobre a elaboração do programa partidário do PT, [s.d.] Apud MENEGUELLO, 1989, p. 111.

_____. Plataforma Estadual do PT-SP, 1982.

_____. Pontos para Elaboração do Programa, Comissão Nacional Provisória. São Paulo: 10-02-80. Apud: Meneguello, 1989.

PT. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, 2005.

RIDENTI, Marcelo. **Política pra quê? Atuação partidária no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atual, 1992.

RODRIGUES, Leoncio Martins. 1934. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Leoncio Martins. **Partidos e Sindicatos. Escritos de Sociologia Política**. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

STACCONE, Guiseppa. **GRAMSCI - 100 anos, revolução e política**. Petrópolis: Vozes, 1990.

SADER, Emir. O PODER, CADÊ O PODER? Ensaio para uma nova esquerda. São Paulo: Jinkings, 1997.

SADER, Emir (org). **E agora PT (Caráter e identidade)**. São Paulo: Brasiliense, [s.d.].

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990.

SOARES, Carlos Dalmiro da Silva. **Evolução Histórico-Sociológica dos Partidos Políticos no Brasil Imperial**. Disponível em: <<http://www.professorsoares.adv.br>>. Acesso em: 05 de out. 2007.

SOUZA, Soriano, *apud*. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Algumas notas sobre Partidos Políticos no Brasil. Nota de aula, 2006.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega.1976.

TROTSKI, Leon. *A Revolução Traída*, São Paulo: Inst. José Luis e Rosa Sunderman, 2005.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Algumas notas sobre Partidos Políticos no Brasil. Nota de aula, 2006.

_____. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 1. ed. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2007.

WITTER, José Sebastião. **República, Política e Partido**. São Paulo: EDUSC, 1999.

ANEXOS

ANEXO A

A TESE DE SANTO ANDRÉ

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político.

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, com o peso de sua importância, se faz sentir.

O regime militar, instalado no País há 15 anos, começa a se mostrar, para os seus próprios mentores, como uma forma inviável e insuficiente de os patrões continuarem a explorar a imensa maioria da população brasileira. As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação. Fazer isso é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores, que se expressa na construção de seu partido. O MDB, hoje o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea, não pode cumprir este papel. Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando estas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido.

Crentes que já é hora de o trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira, como a anistia ampla,

geral e irrestrita, a Assembléia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária e a liberdade partidária.

Crentes que toda a modificação nas regras do jogo que venham a favorecer os trabalhadores só serão possíveis com a conscientização e mobilização dos próprios trabalhadores, para que eles, juntos, forcem essa modificação, propomos o seguinte:

1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal, ponto fundamental para o desenvolvimento da vida sindical;

2) democratização dos sindicatos; que os órgãos sindicais se pautem, em seu funcionamento, pela democracia operária que a todos assegura o direito de, em igualdade, participar das lutas e das decisões;

3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;

4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores;

5) que seja eleita neste congresso uma comissão e junto com todos os outros setores que, embora ausentes, também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já; que essa comissão fique encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros, chamando à construção do Partido dos Trabalhadores, proposto no terceiro ponto.

ANEXO B

CARTA DE PRINCÍPIOS

A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manterem organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe aos seus esforços.

Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado (greve da Scania), à sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada, em toda a linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das assembléias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é por

isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.

Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem os nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir.

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior conseqüência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política. Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria burguesia.

Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais conseqüente todo o seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido.

É por isso que a idéia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre, em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão

cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora, chegou a vez do trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.

Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do País. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do País.

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda parte os núcleos elementares desse partido.

1. A sociedade brasileira vive, hoje, uma conjuntura política altamente contraditória e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazos. Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas, material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos, que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de *abertura política* está sendo promovido pelo mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise. Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no País e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime, mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico, que só a eles interessa e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial.

Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

O que significa estado de direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e da Lei de Greve, urdidas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e a preservação do espírito que informa essa mesma Lei?

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os *de cima*, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos *de baixo*, as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

2. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB – partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly, da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração

privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a *frente das oposições* se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas. O PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do País e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades.

O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades

parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT tornar-se-á, inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência política destes mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do País.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradas. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de *setores do empresariado nacional*. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém, denunciaremos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos, e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóiafrias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressalvando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas; que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

- lideranças populares, mesmo que não pertençam ao Partido;
- todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade, e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT.

O PT declara-se comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.

ANEXO 3

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Diante da crescente repercussão que o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores vem alcançando em diferentes setores da sociedade brasileira, suscitando, pela primeira vez após várias décadas da história brasileira, um debate político amplo e inovador entre as bases dos movimentos populares, a sua Comissão Coordenadora Provisória julgou conveniente dar a público alguns pontos preliminares de sua posição política.

Esta declaração quer, portanto, contribuir para a ampliação desse debate e, especialmente, para a organização política de todos aqueles que estão interessados em participar, democraticamente, da construção desse novo instrumento e em lutar pelo fim do atual regime de exceção.

1. Sobre as origens do PT

Após vários anos de resistência democrática, o fato mais novo vivido pela sociedade brasileira é a grande luta das massas trabalhadoras, em anos recentes, pela conquista de melhores condições de vida para amplos setores da população brasileira das cidades e dos campos. A prática dessas lutas – que a Ditadura não conseguiu impedir – criou as condições para os primeiros passos na ruptura de alguns dos principais mecanismos repressivos em que se apoiou o regime de 1964: arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Foi com o desenvolvimento dessas lutas que surgiu o PT, pois tendo de enfrentar o peso brutal da concentração de poder do Estado, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, tornou-se claro para os trabalhadores que só a sua luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro.

Provocando uma série de confrontos com os legítimos instrumentos de luta dos trabalhadores, como no caso das intervenções sindicais, a ação repressiva do Estado provocou o impasse e levou grandes massas de trabalhadores a

perceberem a necessidade de intervir organizadamente na sociedade, em condições próprias e com um projeto político próprio.

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros; dos sindicatos às comunidades eclesiais de base; dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

Surgiu, portanto, como uma necessidade de:

- criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo;
- construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais, que são freqüentemente fragmentados pelas suas próprias diferenças internas e por luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão de política de que são capazes;
- finalmente, se conquistar a política como unia atividade própria das massas populares, que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais. mas também e principalmente nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia-a-dia a construção de uma nova concepção de democracia com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias.

Assim, o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores pretende se constituir em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política. Cabe citar, ademais dos setores que atualmente o apóiam, alguns parlamentares do MDB mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação e os setores da Igreja mais comprometida com a libertação social.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas antes criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que

todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão.

Em conseqüência, construirá uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas, que garantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases.

2. O movimento pelo PT e os sindicatos

Tendo nascido das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o movimento sindical.

Defendemos, intransigentemente, a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação Estado, como também em relação aos partidos políticos.

Dessa forma, o Movimento pelo PT considera também que a luta por uma Central Única dos Trabalhadores é uma reivindicação fundamental de todos os que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado, a CUT não pode ser o resultado de articulações de cúpula; ela se fará pela vontade de todos os trabalhadores.

3. O PT e a reformulação partidária

A proposta do Partido dos Trabalhadores não nasceu do projeto de *reformulação partidária* dos dirigentes do governo. Sua legitimidade advém, portanto, das bases operárias e populares que se juntaram na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, às margens da soberania popular.

O Movimento pelo PT reivindica, no entanto, o direito democrático de se constituir como partido legal e considera, por isso mesmo, indispensável que esta legalidade seja estendida a todas as correntes de pensamento existentes na

sociedade. Não há democracia sem liberdade de organização política e a organização política é um direito de todos.

4. O movimento pelo PT e a questão da Frente

Repudiamos, portanto, a extinção dos atuais partidos políticos ou a criação de novos por ato de força do regime, que não consegue enfrentar politicamente os seus adversários. e defendemos a mais ampla liberdade de organização e expressão política. Com esse objetivo, chamamos todas as forças democráticas para que se organizem numa ampla frente de massa contra o regime ditatorial.

Julgamos, entretanto, ser indispensável preservar-se o direito de cada corrente política se organizar independentemente e de acordo com os seus princípios próprios. Esse direito é, em realidade, uma condição do fortalecimento dessa frente que, hoje, mais do que necessário, é urgente, para que se possa romper o isolamento político que o regime quer impor às diferentes forças sociais e políticas de oposição. Às iniciativas divisionistas do regime, opomos o aprofundamento da organização das forças democráticas e populares. Será nesse terreno que a sua unidade poderá se redefinir de modo a se retirar das mãos do dirigentes do Estado as iniciativas que lhes permitem, no momento, o controle do atual período da transição.

- Contra a extinção arbitrária dos atuais partidos políticos e pela mais ampla liberdade de organização e manifestação político-partidária;
- Contra a política salarial do governo e pela contratação coletiva de trabalho;
- Por um salário mínimo real, nacional e unificado;
- Estabilidade no emprego;
- Liberdade e autonomia sindical;
- Pelo direito de greve;
- Por uma anistia que atinja todos os perseguidos do regime.

ANEXO D

PLATAFORMA POLÍTICA

A plataforma política do Partido dos Trabalhadores deve expressar os compromissos reais desse partido com interesses dos trabalhadores que ele representa, mas, ao mesmo tempo em que a plataforma é um instrumento fundamental para a organização desse partido, devendo dar respostas concretas às lutas dos trabalhadores, ela é também fruto dessas lutas, pois a cada momento novos problemas surgem e novas soluções devem ser encontradas. Nesta perspectiva, a plataforma aqui proposta não é mais que um ponto de partida para o debate político que visa a organização do Partido. Seus itens – tradução do programa do Partido nos diferentes momentos da luta – devem ser detalhados o suficiente para que cada bandeira represente, de fato, os interesses que ela pretende expressar. Devem ainda indicar os caminhos – ou formas de luta – para a realização de cada uma dessas bandeiras que, hierarquizadas, apontarão para os objetivos centrais do Partido dos Trabalhadores.

Os pontos desta plataforma podem ser agrupados em três grandes áreas, que estão intimamente interligadas.

1. Liberdades democráticas

- Sindicatos livres e independentes do Estados: extinção do imposto sindical, fim do estatuto patrão, liberdade de formulação dos estatutos, enfim, extinção da estrutura sindical vigente;
- Efetiva liberdade de organização nos locais de trabalho;
- Legalização das comissões e delegados de fábrica, eleitos democraticamente pelos trabalhadores;
- Plenos direitos sindicais aos funcionários públicos;
- Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente por todos os trabalhadores;
- Direito irrestrito de greve (abolição de toda legislação repressiva);

- Anistia ampla, geral e irrestrita. Reintegração em seus cargos de todas aqueles que foram demitidos ou aposentados por força de atos excepcionais;
- Desativação dos órgãos repressivos e dissolução dos grupos paramilitares;
- Fim das torturas, investigação de todas as arbitrariedades policiais e punição dos responsáveis;
- Fim dos tribunais de exceção;
- Fim imediato das eleições indiretas;
- Eleições livres e diretas;
- Direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados;
- Pelo fim do regime militar;
- Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana;
- Por um governo dos trabalhadores.

2. Melhores condições de vida e de trabalho

- Fim da política salarial e recuperação das perdas salariais provocadas pelo arrocho salarial do regime autoritário , também levando em conta o aumento de produtividade do trabalho;
- Salário mínimo nacional único que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores;
- Escala móvel de salários cada vez que o custo de vida aumente 5% ou através de reajustes trimestrais obrigatórios e acumulativos;
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem prejuízo dos salários mensais;
- Eliminação total das horas extras;
- Contrato coletivo de trabalho;

- Contra o desemprego. Pelo salário desemprego;
- Estabilidade no emprego a partir da admissão;
- Férias pagas em dobro;
- Aposentadoria integral;
- Segurança no trabalho, sob supervisão de órgão próprio dos trabalhadores;
- Extensão ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos;
- Congelamento de preços ao consumidor de todos os gêneros de primeira necessidade;
- Socialização da Medicina e desenvolvimento da Medicina Preventiva;
- Democratização do ensino, com ensino público gratuito para todos, garantia de acesso à escola em todos os níveis para a população;
- Política habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores;
- Pelo fim da mão das empreiteiras locadoras de mão de obra.

3. questão nacional

- Erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem terra;
- Título de posse da terra aos posseiros;
- Garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietários rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto;
- Estímulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietários;
- Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.);
- Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;
- Estatização das grandes empresas e bancos;

- Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infraestrutura;
- Controle popular dos fundos públicos;
- Respeito absoluto às peculiaridades culturais de cada região que compõe o País. Respeito aos direitos das minorias raciais;
- Política econômica e social que impeça desníveis regionais;
- Política externa independente.

Nota contra a reforma partidária

Mais uma vez, o governo procura barrar as aspirações de real democratização do país, através de um arremedo de lei. O projeto de reformulação partidária mostra, de novo, que, nesse regime, a lei não é igual para todos. Seus artigos, parágrafos e incisos têm endereço certo: procuram colocar tropeços à sobrevivência do MDB, procuram impedir a organização de partidos representativos e democráticos, procuram diminuir a importância política das grandes concentrações urbanas e, especialmente, impedir que os trabalhadores se organizem politicamente, procuram descaracterizar o conteúdo social das correntes políticas.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não se surpreende com mais esta jogada golpista. Em nenhum momento tivemos a ilusão de que a liberdade fosse dada de mão beijada pelo regime. Continuaremos a lutar pela plena liberdade de organização partidária para todas as correntes políticas. Colocamo-nos ao lado de todas as forças democráticas, que se unem no repúdio ao projeto partidário do governo.

Grande responsabilidade cabe a todos aqueles que tenham compromissos com a democracia e, em especial, aos parlamentares, que poderão derrotar, pelo voto no Congresso Nacional, mais este crime contra o povo.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, cuja legitimidade é assegurada pelo apoio dos trabalhadores e do povo, continuará a lutar por sua organização legal.

Normas transitórias

A presente proposta tenciona apresentar algumas normas de funcionamento de carácter preliminar, com vistas a superar a inorganicidade prevalecente no atual estágio do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, é importante frisar que as normas orgânicas aqui sugeridas não são apenas transitórias, como substituíveis por outras segundo as características locais e regionais defrontadas pelo Movimento.

Por outro lado, é sempre bom enfatizar que as normas definitivas de organização do PT, que assegurem a plena democracia interna, deverão ser discutidas num primeiro Encontro Nacional, abaixo mencionado, e, em carácter definitivo, no Congresso Nacional a ser realizado oportunamente. Seguem-se as sugestões:

1. O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, desde já democrático e aberto à participação dos trabalhadores da cidade e do campo, dos camponeses, dos posseiros, dos profissionais liberais, dos professores e bancários, parlamentares, estudantes, trabalhadores autônomos da cidade e do campo etc. proclama sua decisão de lutar pela sua legalização.

2. Com este objetivo, o Movimento pelo PT pretende, agora, iniciar a criação de sedes, a confecção de fichas de seus militantes e promover campanhas de finanças. 3. O PT deverá iniciar, oportunamente, uma campanha de assinaturas, através de uma ampla imobilização de massas, visando divulgar sua proposta. As listas de assinaturas deverão ser nacionalmente uniformes.

4. O militante do Movimento pelo PT se define por sua inscrição num dos núcleos da organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo e pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de Princípios de 1º/5/79 e da Declaração Política de 13/10/79.

5. Os militantes deverão contribuir financeiramente mediante critérios a serem definidos pela Comissão Nacional Provisória.

6. No presente estágio organizativo, o Movimento pelo PT se estruturará sob a forma de núcleos básicos – que serão reconhecidos como tais, para efeito de representatividade partidária proporcional, quando contarem com um mínimo de 21 membros organizados a partir dos locais de trabalho, moradia ou categoria

profissional, comissões de nucleação em nível municipal e regional. Será reconhecido o direito de expressão aos núcleos em formação.

7. Ainda transitoriamente, cada núcleo deverá eleger um secretário e um suplente de secretário, cuja função será a de estabelecer os enlaces com os organismos superiores do Movimento.

8. É recomendável que cada núcleo fixe endereço para correspondência e, na medida do possível, até mesmo adquira uma caixa postal.

9. Fica convocado o 1º Encontro Nacional dos Militantes Pró-PT num prazo máximo de 120 dias, com a realização prévia de Encontros Regionais. O Encontro Nacional terá por pauta mínima a aprovação das formas de organização e de um documento político básico do Movimento pelo PT.

10. Fica formada uma Comissão Nacional Provisória, composta da atual coordenação mais até dois representantes, eleitos pelos militantes de cada estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória composta da atual coordenação mais até dois representantes, eleitos pelos militantes de cada estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória poderá também convocar outros companheiros, para efeito de agilização dos trabalhos referidos aos itens anteriores.

ANEXO E

ESTATUTO DO PT

A Comissão Diretora Nacional Provisória [CDNP] do PT, de acordo com as deliberações do Encontro Nacional dos dias 31 de maio e 1o de junho, recebeu da Comissão de Advogados, escolhida por aquele Encontro, a conclusão do trabalho de redação final do Estatuto do PT.

Após discutir, demoradamente, em duas de suas reuniões, todos os aspectos e implicações, quer as ligadas às decisões dos Encontros Estaduais e Nacional, quer os aspectos que dizem respeito à legalização do Partido, a CDNP aprovou o Estatuto em anexo, o qual será encaminhado para registro junto ao TSE, após apreciação da Comissão de Registro, juntamente com o Manifesto de Lançamento e o Programa.

Entendemos que todos os mecanismos que asseguram a democracia interna do Partido, a prática de sua construção e suas experiências concretas nesse sentido, somadas desde sua proposta inicial, estão absorvidas pelo Estatuto.

Foram encontradas as formas necessárias para esse fim, dentro das brechas da lei, de suas omissões, sem ferir nenhuma das exigências da legislação.

Nesse sentido, a existência (art. 11 e 35) e a participação (art. 37) dos Núcleos de Base, apreciando as filiações (art. 5º), participando de todas as convenções, inclusive nas que decidem sobre a linha política (artigos 13,14 e 15), intervindo junto aos representantes eleitos pelo Partido (art. 40), decidindo sobre as questões de interesse do Partido (artigos 72 e seguintes até 79), manifestando-se sobre a disciplina interna do Partido (art. 96, III) etc.

O Estatuto vincula, porque a lei assim exige, a participação política ao domicílio eleitoral do militante, ou seja, ao local onde o militante tem o seu título de eleitor. Mas nem por esse motivo os Núcleos Setoriais (por categoria profissional, por movimento social ou local de trabalho) deixam de existir. Estarão regulamentados no Regimento Interno do PT.

Todo o detalhamento e formas de execução dos mecanismos citados, bem como das Secretarias do Partido, constarão do Regimento Interno, pois assim poderão refletir com maior precisão a prática do PT, na sua dinâmica.

Optamos por remeter os detalhes para o Regimento Interno também porque a Lei dos Partidos exige formalidades demoradas e complexas para que o Estatuto venha a ser alterado. Isso traria dificuldades para que a dinâmica do PT pudesse ser retratada em suas disposições internas, para serem aplicadas com rapidez.

Acreditamos que, com o trabalho da Comissão de Advogados, conseguiu-se resguardar as preocupações com o Estatuto do PT, avançando em relação a todos os demais partidos, permitindo, efetivamente, a sua construção de baixo para cima, como é o compromisso dos militantes do PT.

Estatuto

TÍTULO I DO PARTIDO, SEDE, OBJETIVO E FILIAÇÃO

CAPÍTULO I DA DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º - O Partido dos Trabalhadores - PT, pessoa jurídica de direito público interno, é organizado nos termos da legislação em vigor e tem duração por prazo indeterminado.

Art. 2º - O Partido dos Trabalhadores - PT tem sede central, foro e domicílio em Brasília - Distrito Federal.

§ 1º - O Partido dos Trabalhadores - PT é representado em Juízo e fora dele pelo presidente da Comissão Executiva Nacional.

§ 2º - Nos estados e territórios federais, em questões de interesse regional, a representação do Partido dos Trabalhadores - PT é exercida pelo presidente da Comissão Executiva Regional.

§ 3º - Nos municípios, em questões de interesse local, a representação do Partido dos Trabalhadores - PT é exercida pelo presidente da Comissão Executiva Municipal.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E ATUAÇÃO

Art. 3º - O Partido dos Trabalhadores - PT atuará permanentemente em âmbito nacional, com estrita observância deste Estatuto, do Programa Partidário e da legislação em vigor.

CAPÍTULO III DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 4º - Filiado do Partido dos Trabalhadores - PT é todo brasileiro, eleitor em pleno gozo de seus direitos políticos, que seja admitido como tal pelo Diretório Municipal do seu domicílio eleitoral ou, na falta deste, pelo respectivo Diretório Regional ou, ainda, pelo Diretório Nacional, e que se comprometa com o seu Programa e Estatuto, observadas as condições e formas estabelecidas em lei.

Parágrafo único - Os jovens, acima de 16 e abaixo de 18 anos, que concordem com o Programa e Estatuto do Partido dos Trabalhadores - PT poderão filiar-se aos Diretórios e participar de suas atividades, salvo nas deliberações que exijam a condição de eleitor.

Art. 5º - Em qualquer das hipóteses do artigo anterior, a filiação, no prazo de 15 dias, será encaminhada ao Diretório pelo Núcleo de Base onde o candidato atuará como filiado do Partido dos Trabalhadores - PT.

Parágrafo único - Se o candidato à filiação se dirigir diretamente ao Diretório Municipal, este solicitará a manifestação do Núcleo de Base do seu domicílio eleitoral.

Art. 6º - A manifestação do Núcleo de Base, devidamente justificada, será comunicada ao Diretório Municipal respectivo, para que este aprove ou rejeite a filiação dentro dos prazos estabelecidos em lei.

Art. 7º - O Diretório Distrital ou Municipal poderá aceitar a manifestação do Núcleo de Base e rejeitar a filiação, ou recusá-la e admitir o filiado diretamente no Diretório Municipal.

Art. 8º A impugnação da filiação, a transferência de filiado de um município para outro e seu desligamento do Partido dar-se-ão de acordo com as disposições legais em vigor.

CAPÍTULO IV

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS FILIADOS

Art. 9º - São direitos dos filiados:

- I. participar e votar nas reuniões dos órgãos partidários aos quais pertença;
- II. votar e ser votado para composição dos órgãos de deliberação, de direção e de cooperação do Partido;
- III. dirigir-se diretamente, e por escrito, a qualquer órgão do Partido para:
 - a) apresentar seu ponto de vista em relação a qualquer assunto;
 - b) denunciar irregularidades;
 - c) reclamar contra decisões;
 - d) defender-se de acusações ou punições recebidas;
- IV. defender-se publicamente nos processos de apuração de infração aos deveres partidários;
- V. utilizar-se dos serviços e de órgãos do Partido.

Art. 10º - São deveres dos filiados:

- I. participar assiduamente das reuniões dos órgãos a que pertença;
- II. divulgar o Programa e o Estatuto do Partido e realizar as tarefas de doutrinação e ação política decididas pelos órgãos do Partido;
- III. aperfeiçoar seus conhecimentos sobre a realidade do País e, de modo especial, sobre os problemas dos trabalhadores;
- IV. manter uma conduta pessoal, profissional e comunitária compatíveis com os princípios éticos do Partido;
- V. contribuir, nos termos do art. 79 deste Estatuto, para os gastos do Partido;
- VI. emitir voto sobre as questões submetidas a consulta pelos órgãos de direção;
- VII. exercer controle, pelos meios estabelecidos no Estatuto, sobre a atuação dos dirigentes e parlamentares do Partido, assim como dos filiados destacados para o exercício de postos no Executivo, aprovando-a ou desaprovando-a, de acordo com seu juízo pessoal; e
- VIII. votar nos candidatos indicados pelas convenções partidárias e participar das campanhas aprovadas pelos órgãos partidários.

§ 1º - O filiado, segundo seu Juízo político, poderá deixar de executar tarefas ou atividades políticas, determinadas pelo Partido, que entrem em conflito com deliberação do órgão de classe ao qual pertence.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, para não incorrer em sanções disciplinares, o filiado deve apenas declarar, explicitamente, em seu Núcleo de Base ou no órgão para o qual estiver destacado, as razões de sua conduta, sendo vedado aos demais julgá-la.

§ 3º - As hipóteses dos parágrafos anteriores não configuram violação dos deveres partidários, nos termos da legislação em vigor, exceto nos casos de violação de deveres de Direção Partidária e de fidelidade partidária.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO

Art. 11º - São órgãos do Partido:

- I. de deliberação: as Convenções Municipais, Regionais e Nacionais;
- II. de direção e ação: os Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacional;
- III. de ação parlamentar: as bancadas municipais, estaduais e federais;
- IV. de execução: as Comissões Executivas Distritais, Municipais, Regionais e Nacional;
- V. de cooperação: o Conselho de Ética, o Conselho Fiscal e as Secretarias Municipais, Regionais e Nacional e os Núcleos de Base.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO EM NÍVEL MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA SEÇÃO MUNICIPAL

Art. 12º - A Seção Municipal, unidade orgânica e fundamental do Partido, compõe-se

dos seguintes órgãos:

- I. Convenção Municipal;
- II. Diretório Municipal;
- III. Comissão Executiva Municipal;
- IV. Diretórios Distritais;
- V. Bancada de Vereadores;

- VI. Conselho de Ética;
- VII. Conselho Fiscal;
- VIII. Secretarias Municipais; e
- IX. Núcleos de Base.

CAPÍTULO II DA CONVENÇÃO MUNICIPAL

Art. 13º - A Convenção Municipal, para eleição do Diretório Municipal e dos delegados e suplentes da seção à Convenção Regional, compõe-se de todos os filiados do Partido no âmbito do município, obedecidas as prescrições legais.

Art. 14º - À Convenção Municipal, composta dos membros do Diretório Municipal, dos parlamentares com domicílio eleitoral no município, dos delegados à Convenção Regional e dos representantes de Diretórios Distritais, compete:

- a) de acordo com as instruções da Justiça Eleitoral, escolher os candidatos a cargos eletivos na esfera municipal;
- b) examinar e decidir sobre a relatório da gestão do Diretório Municipal;
- c) eleger a Comissão de Ética do Município;
- d) decidir, em grau de recurso, sobre as deliberações tomadas no Diretório;
- e) propor ao Diretório Regional a dissolução do Diretório Municipal ou a destituição de Comissão Executiva Municipal, nos casos previstos em lei e neste Estatuto;
- f) destituir a Comissão de Ética do município, nos casos em que esta haja atuado de maneira parcial ou em desacordo com os princípios partidários;
- g) aprovar os planos e metas de ação do Partido no âmbito municipal, inclusive diretrizes políticas para prefeito e vereadores, com estrita observância do Programa, deste Estatuto e das diretrizes emanadas dos órgãos superiores.

§ 1º - Poderão comparecer às Convenções Municipais a que se refere este artigo, além dos convencionais, membros dos Núcleos de Base para cooperar nas discussões pertinentes, sendo as decisões tomadas na forma da lei.

§ 2º - Nos municípios de mais de 1 milhão de habitantes compõem a Convenção Municipal, para escolha de candidatos. os parlamentares com domicílio eleitoral do município e os delegados à Convenção Regional dos Diretórios Distritais ou Zonais;

Art. 15º - Em caráter extraordinário, a Convenção Municipal reunir-se-á por convocação da Comissão Executiva Municipal nas hipóteses previstas em lei.

Art. 16º - A Convenção Municipal reunir-se-á nos prazos e para os fins previstos em lei e neste Estatuto, por convocação da maioria dos membros da Comissão Executiva Municipal ou do Diretório Municipal ou ainda por um terço dos filiados no município.

Parágrafo único - A convocação da Convenção Municipal a que se refere o artigo anterior será sempre formalizada pela Comissão Executiva Municipal nos termos da lei.

Art. 17º - Aplicam-se as disposições deste capítulo às Convenções Zonais ou Distritais dos municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

CAPÍTULO III

DO DIRETÓRIO MUNICIPAL

Art. 18º - Os Diretórios Municipais terão, no máximo, 45 membros efetivos, incluindo-se nesse número o líder do Partido na Câmara Municipal.

Parágrafo único - Os Diretórios Municipais terão suplentes em número equivalente a um terço de seus membros efetivos.

Art. 19º - O mandato dos membros efetivos e suplentes do Diretório Municipal é de dois anos.

§ 1º - A posse dos membros dos Diretórios Municipais coincidirá com a proclamação do resultado da eleição na Convenção Municipal.

§ 2º - Em caso de vacância ou impedimento, o presidente do Diretório convocará o suplente na ordem de colocação na respectiva chapa.

§ 3º - O mandato dos membros do Diretório Municipal; eleitos em Convenção Extraordinária, termina com o dos eleitos em Convenção Ordinária.

Art. 20º - São as seguintes as atribuições do Diretório Municipal:

I. escolher, até cinco dias após sua posse, a Comissão Executiva Municipal;

II. aplicar aos filiados à seção municipal as sanções disciplinares previstas no art. 96, ouvido, nos termos do art. 43 inciso II, o Conselho de Ética Municipal;

III. convocar a Convenção Municipal, nos termos do art. 16, e convocar a Convenção Regional, nos termos do art. 50 deste Estatuto;

IV. estabelecer diretrizes para a atuação dos vereadores do Partido na Câmara Municipal;

V. estabelecer a posição do Partido em relação às questões políticas de âmbito municipal e o plano de ação em estrita observância às orientações emanadas dos órgãos superiores;

VI. aprovar a constituição do Núcleo de Base;

VII. aprovar o orçamento e o balanço anual do Diretório;

VIII. submeter, previamente, à apreciação dos Núcleos de Base, nos termos do art. 72, as questões relativas aos itens IV e V acima;

IX. convocar a Bancada de Vereadores para expedir instruções ou obter explicações sobre sua conduta na Câmara;

X. cumprir e fazer cumprir as deliberações da Convenção Municipal e, no que couber, as deliberações das Convenções Regionais respectivas e da Convenção Nacional, supervisionando a vida do Partido no âmbito municipal;

XI. julgar os recursos contra atos e decisões da Comissão Executiva Municipal;

XII. manter em dia, devidamente rubricados pelo Juiz Eleitoral, os livros de contabilidade (diário e caixa);

XIII. expedir resoluções sobre matéria de sua competência;

XIV. credenciar delegados junto ao Juízo Eleitoral; e

XV. ajuizar representação perante a Justiça Eleitoral para decretação de perda de mandato de vereador, mediante prévia aquiescência da Comissão Executiva Regional.

Art. 21º - O Diretório Municipal reunir-se-á, ordinariamente, sem necessidade de convocação, a cada dois meses, em dia, hora e local estabelecidos no dia de sua posse.

Art. 22º - Extraordinariamente, o Diretório Municipal reunir-se-á sempre que necessário, por convocação da Comissão Executiva Municipal ou por 1/3 de seus membros ou ainda por 1/3 dos Núcleos de Base, formalizada a convocação pela Comissão Executiva Municipal, na forma da lei.

Art. 23º - Os membros eleitos para o Diretório Municipal não poderão acumular cargo no Conselho de Ética.

Art. 24º - Aplicam-se as disposições deste Capítulo aos Diretórios Zonais ou Distritais dos municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL

Art. 25º - A Comissão Executiva Municipal será composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e o líder da Bancada Municipal.

Art. 26º - As atribuições da Comissão Executiva Municipal são as seguintes:

- I. propor ao Diretório Municipal a criação de Núcleos de Base;
- II. executar as deliberações do Diretório Municipal, da Convenção Municipal e demais órgãos superiores;
- III. convocar, em caráter extraordinário, o Diretório Municipal;
- IV. convocar a Convenção Municipal, ou formalizar sua convocação, nos termos do art. 16 e seu parágrafo único, no prazo máximo de 15 dias a contar do recebimento do pedido;
- V. convocar a Bancada de Vereadores, para expedir instruções ou obter explicações sobre sua conduta na Câmara.

Art. 27º - A Comissão Executiva Municipal reúne-se ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada por 2/3 de seus membros.

Art. 28º - Aplicam-se as disposições deste Capítulo à Comissão Executiva dos Diretórios Zonais ou Distritais dos municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

CAPÍTULO V

DOS DIRETÓRIOS DISTRITAIS

Art. 29º - Nos distritos de município com menos de 1 milhão de habitantes, é facultado aos Diretórios Municipais organizarem Diretórios Distritais.

§ 1º - O mandato dos membros dos Diretórios Distritais termina com o dos Diretórios Municipais respectivos.

§ 2º - Os membros dos Diretórios Distritais serão eleitos em Convenções Distritais, que se realizarão dentro de 45 dias, no mínimo, antes da data de realização das Convenções Municipais.

§ 3º - Nos distritos onde não houver sido realizada, no devido tempo, a Convenção Distrital, a Comissão Executiva Municipal designará uma Comissão Provisória Distrital dentro de 30 dias antes da realização da Convenção Municipal.

§ 4º - As Convenções Distritais compõem-se de todos os filiados do Partido residentes no distrito.

Art. 30º - Os Diretórios Distritais terão, no máximo, 15 membros efetivos e cinco suplentes.

Art. 31º - Compete aos Diretórios Distritais:

- I. eleger sua Comissão Executiva;
- II. cumprir e fazer cumprir o Programa Partidário, este Estatuto e as metas programáticas de ação partidária;
- III. manter em dia o cadastramento dos eleitores do distrito;
- IV. participar das campanhas políticas de acordo com a orientação dos órgãos superiores;
- V. participar dos movimentos de comunidades locais;
- VI. eleger dois representantes às Convenções Municipais; e
- VII. definir as questões específicas no âmbito do distrito.

Art. 32º - As Comissões Executivas Distritais serão eleitas pelos Diretórios Distritais, dentro de cinco dias a contar de sua posse.

Art. 33º - A Comissão Executiva Distrital compõe-se de um presidente, um secretário e um tesoureiro.

Art. 34º - Compete à Comissão Executiva Distrital:

- I. convocar a Convenção Distrital;
- II. executar atividades específicas definidas pelo Diretório Distrital;
- III. registrar o Diretório Distrital junto ao Diretório Municipal;
- IV. promover campanhas de filiação partidária e de alistamento eleitoral;
- V. participar das campanhas políticas, apoiando a ação do Diretório Municipal respectivo;
- VI. integrar-se nos movimentos de base locais.

CAPÍTULO VI

DOS NÚCLEOS DE BASE

Art. 35º - Os filiados de um mesmo domicílio eleitoral organizar-se-ão em Núcleos de Base, por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho ou por movimentos sociais.

Art. 36º - Os Núcleos de Base serão constituídos com um número mínimo de filiados, uniforme em todo o território nacional, conforme Regimento Interno.

Art. 37º - As funções dos Núcleos de Base são as seguintes:

I. organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação dos órgãos de deliberação e direção partidária, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais;

II. emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária;

III. aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores; IV. promover a educação política dos militantes e filiados;

V. sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais Núcleos de Base sobre questões locais, regionais ou nacionais de interesse do Partido; e VI. convocar o Diretório Municipal, nos termos do art. 22 deste Estatuto.

CAPÍTULO VII

DA BANCADA DE VEREADORES

Art. 38º - A Bancada de Vereadores constitui o órgão de ação parlamentar do Partido no âmbito municipal, Art. 39º - A Bancada de Vereadores indicará, por maioria de votos, o seu líder e este, enquanto permanecer no posto, participará do Diretório e da Comissão Executiva Municipal.

Art. 40º - Os projetos de autoria dos vereadores e prefeito, antes de serem apresentados à Câmara Municipal, deverão ser examinados pela Comissão Executiva Municipal e, a critério dela, submetidos aos Núcleos de Base do Partido nos respectivos municípios, pelo procedimento previsto nos art. 72 a 77 deste Estatuto.

Parágrafo único - Caso haja necessidade de apresentar projeto em regime de urgência, o vereador ou prefeito poderá fazê-lo, devendo, contudo, apresentar justificativa à Comissão Executiva Municipal, que decidirá sobre a apresentação aos Núcleos de Base.

Art. 41º - A Bancada de Vereadores poderá convocar a Comissão Executiva Municipal para obter instruções e dar explicações sobre sua conduta na Câmara.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO DE ÉTICA MUNICIPAL

Art. 42º - Junto a cada Diretório Municipal funcionará um Conselho de Ética Municipal, integrado por cinco membros, eleitos pela Convenção Municipal pelo prazo de dois anos.

Art. 43º - São atribuições do Conselho de Ética Municipal:

I. conduzir o processo de apuração das violações da disciplina e da ética partidárias, praticadas por filiados com domicílio eleitoral e destacados para atuar no âmbito do município;

II. manifestar-se sobre a aplicação e recomendar, nos processos disciplinares, as penalidades cabíveis ao Diretório Municipal.

Art. 44º - Na apuração de violações da disciplina e da ética, o Conselho atuará mediante provocação do Diretório Municipal ou da Comissão Executiva ou dos Núcleos de Base.

CAPÍTULO IX

DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Art. 45º - Em cada Diretório Municipal organizar-se-ão Secretarias, cujas atribuições e composição serão definidas no Regimento Interno.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO NÍVEL REGIONAL

CAPÍTULO I

DO NÍVEL REGIONAL

Art. 46º - O nível regional do Partido está constituído pelos seguintes órgãos:

- I. Convenção Regional;
- II. Diretório Regional;
- III. Comissão Executiva Regional;
- IV. Bancada de Deputados Estaduais;

- V. Conselho de Ética Estadual;
- VI. Conselho Fiscal; e
- VII. Secretarias Regionais.

CAPÍTULO II

DA CONVENÇÃO REGIONAL

Art. 47º - Constituem a Convenção Regional:

- I. os membros do Diretório Regional;
- II. os delegados eleitos pelas Convenções Municipais ou designados nos termos da lei; e
- III. os representantes do Partido na Assembléia Legislativa, no Senado e na Câmara dos Deputados, que tenham domicílio eleitoral no estado ou território.

Art. 48º - A Convenção Regional reunir-se-á ordinariamente:

- a. nas datas estabelecidas pelo Diretório Regional para sua renovação e para a eleição dos delegados e suplentes à Convenção Nacional;
- b. mediante convocação da Comissão Executiva Regional para, de acordo com as instruções da Justiça Eleitoral, escolher os candidatos a cargos eletivos na esfera estadual;
- c. para examinar e decidir sobre o relatório da gestão do Diretório Regional;
- d. para eleger a Comissão de Ética do Diretório Regional;
- e. para propor ao Diretório Nacional a dissolução do Diretório Regional ou a destituição da Comissão Executiva Regional, nos termos da lei e deste Estatuto;
- f. para destituir a Comissão de Ética Regional nos casos em que esteja atuando com parcialidade ou em desacordo com os princípios partidários; e
- g. para aprovar os planos e metas de ação do Partido em âmbito regional, inclusive diretrizes políticas para atuação dos deputados e governador, com estrita observância do Programa, deste Estatuto e das diretrizes emanadas dos órgãos superiores.

Art. 49º - Em caráter extraordinário, a Convenção Regional reunir-se-á na forma da lei.

Art. 50º - A Convenção Regional poderá reunir-se mediante convocação da maioria do Diretório Regional, de 1/3 dos delegados a esta Convenção ou de 1/3 dos Diretórios Municipais.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos deste artigo a convocação deverá ser formalizada pela Comissão Executiva Regional.

CAPÍTULO III

DO DIRETÓRIO REGIONAL E DEMAIS ÓRGÃOS DO NÍVEL REGIONAL

Art. 51º - Os Diretórios Regionais fixarão, até 45 dias antes das Convenções Regionais, o número de seus futuros membros, obedecidas as disposições legais.

Art. 52º - As atribuições dos Diretórios Regionais correspondem, na esfera estadual, às atribuições dos Diretórios Municipais na esfera dos municípios, tal como se estabelece no artigo 20, com exceção do inciso VI.

Art. 53º - Compete aos Diretórios Regionais, além das atribuições do item anterior:

- I. aplicar sanções disciplinares aos militantes destacados para atuarem no âmbito estadual, ouvido, nos termos do artigo 56, o Conselho de Ética Regional;
- II. intervir nos Diretórios Municipais, por iniciativa própria ou por proposta das Convenções Municipais, obedecidas sempre as condições do artigo 71;
- III. reconhecer os Diretórios Municipais;
- IV. convocar a Convenção Nacional, nos termos do art. 62 deste Estatuto.

Art. 54º - A Comissão Executiva Regional será composta de um presidente, um primeiro e um segundo vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, o líder da Bancada na Assembléia Legislativa e dois vogais.

Art. 55º - As atribuições da Comissão Executiva Regional são as seguintes:

- I. executar as deliberações do Diretório Regional;
- II. convocar reuniões do Diretório Regional;
- III. convocar a Convenção Regional.

Art. 56º - As disposições estabelecidas nos Capítulos VII, VIII e IX do Título III deste Estatuto aplicam-se aos órgãos correspondentes na esfera regional.

Art. 57º - As disposições dos art. 21 e 22, relativas à convocação do Diretório Municipal, e art. 23, referente à eleição para o Conselho de Ética, aplicam-se ao Diretório Regional.

TÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO NÍVEL NACIONAL

CAPÍTULO I

DO NÍVEL NACIONAL

Art. 58º - São órgãos de nível nacional:

- I. A Convenção Nacional;
- II. O Diretório Nacional;
- III. A Comissão Executiva Nacional;
- IV. As Bancadas de Parlamentares;
- V. As Secretarias Nacionais;
- VI. Conselho Fiscal; e
- VII. As Comissões Especiais de Ética.

CAPÍTULO II

DA CONVENÇÃO NACIONAL

Art. 59º- Constituem a Convenção Nacional:

- I. os membros do Diretório Nacional;
- II. os delegados dos estados e territórios;
- III. os representantes do Partido no Congresso Nacional.

Art. 60º - A Convenção Nacional reunir-se-á ordinariamente:

- a. nas datas estabelecidas pelo Diretório Nacional e por convocação deste, para eleição do novo Diretório Nacional;
- b. mediante convocação da Comissão Executiva Nacional para, de acordo com instruções da Justiça Eleitoral, escolher os candidatos a presidente e vice-presidente da República;
- c. examinar e decidir sobre o relatório da gestão do Diretório Nacional;
- d. dissolver o Diretório Nacional, nos casos previstos em lei e neste Estatuto;
- e. decidir, em grau de recurso, [sobre] ato do Diretório Nacional que destitui a Comissão Executiva Nacional ou dissolve Diretório Regional; e

f. aprovar os planos e metas de ação do Partido, inclusive diretrizes políticas para atuação dos representantes eleitos sob a legenda do Partido.

Art. 61º - Em caráter extraordinário, a Convenção Nacional reunir-se-á na forma da lei.

Art. 62º - A Convenção Nacional poderá reunir-se mediante convocação da maioria do Diretório Nacional, de 1/3 dos delegados desta Convenção ou de 1/3 dos Diretórios Regionais.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos deste artigo a convocação deverá ser formalizada pela Comissão Executiva Nacional.

CAPÍTULO III

DO DIRETÓRIO NACIONAL E DEMAIS ÓRGÃOS DO NÍVEL NACIONAL

Art. 63º - O Diretório Nacional fixará, até 45 dias antes da Convenção, o número dos seus futuros membros, obedecidas as disposições da lei, incluindo-se sempre,

nesse número, os líderes do Partido no Senado e na Câmara dos Deputados e um membro eleito de cada seção partidária regional.

Parágrafo único - Sempre que possível, no Diretório Nacional será incluída representação por categorias profissionais.

Art. 64º - As atribuições do Diretório Nacional correspondem, na esfera federal, às atribuições dos Diretórios Municipais, tal como se estabelece no art. 20, com exceção dos números II e VI.

Art. 65º - Além das atribuições do artigo anterior, compete ao Diretório Nacional:

I. aplicar sanções disciplinares aos filiados destacados para atuarem no âmbito nacional, ouvida a Comissão Especial de Ética de que trata o art. 68 e seus parágrafos;

II. intervir nos Diretórios Regionais, por iniciativa própria ou por proposta da Convenção Nacional, obedecidas sempre as condições da lei e deste Estatuto;

III. destituir os Diretórios Regionais, por iniciativa própria ou por proposta da Convenção Nacional, obedecidas sempre as condições da lei e deste Estatuto;

IV. decidir, em grau de recurso, [sobre] decisão dos Diretórios Regionais que dissolvem Diretórios Municipais;

V. aprovar o Regimento Interno do Partido;

VI. fixar a data das Convenções Municipais, Regionais e Nacional;

VII. nomear Comissão Especial de Ética para proceder à investigação dos casos de violação da disciplina ou da ética partidária por parte de militantes destacados para a esfera nacional.

Art. 66º - A Comissão Executiva Nacional será composta de um presidente, um primeiro, um segundo e um terceiro vice-presidente, um secretário geral, um primeiro e um segundo secretário, um tesoureiro geral, um primeiro e um segundo tesoureiro, os líderes da Bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e quatro vogais.

Art. 67º - As atribuições da Comissão Executiva Nacional são as seguintes:

I. executar as deliberações do Diretório Nacional;

II. convocar reuniões do Diretório Nacional;

III. convocar a Convenção Nacional.

Art. 68º - As disposições estabelecidas nos Capítulos VII e IX do Título III deste Estatuto, que estabelecem a organização da Bancada de parlamentares na esfera municipal, aplicam-se aos órgãos correspondentes na esfera nacional, com as modificações estabelecidas nos parágrafos deste artigo.

§ 1º - As Comissões Especiais de Ética ad hoc, nomeadas para julgar a conduta dos filiados destacados para atuar na esfera federal, compor-se-ão de cinco membros, sendo:

- um membro do Conselho de Ética do município de residência do filiado;

- um membro do Conselho de Ética Regional do estado que o filiado representa na esfera federal; e

- três membros de Conselhos de Ética Regionais.

§ 2º - Todos os membros dos Conselhos de Ética a que se refere o parágrafo anterior serão escolhidos mediante sorteio, realizado e presidido pela Comissão

Executiva Nacional, dentre todos os integrantes desses órgãos.

Art. 69º - As disposições dos art. 21 e 22, relativas à convocação do Diretório Municipal, aplicam-se aos casos de convocação do Diretório Nacional.

TÍTULO VI

DA DISSOLUÇÃO E DA INTERVENÇÃO EM ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS E DA DESTITUIÇÃO DE CARGOS NA DIREÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 70º - A dissolução de órgãos e a destituição das Comissões Executivas são realizadas pelos órgãos superiores em relação aos imediatamente inferiores, por iniciativa própria ou recomendação da Convenção que elegeu o órgão inferior, nos casos e com as formalidades previstas na lei.

Art. 71º - A intervenção de órgão hierarquicamente superior em órgão inferior dar-se-á nos casos e em obediência às formalidades estabelecidas em lei.

TÍTULO VII

DAS DECISÕES DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E DAS BANCADAS

Art. 72º - As decisões importantes dos Diretórios e das Bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 73º - Nas reuniões ordinárias de cada Comissão Executiva, o seu presidente, ou substituto, apresentará previsão das questões políticas de importância que o Partido deverá levantar ou em relação às quais deverá tomar posição em um futuro próximo.

Art. 74º - Nessas mesmas reuniões, a que se refere o artigo anterior, o líder da Bancada correspondente, ou seu substituto, apresentará previsão dos projetos de maior significação que os parlamentares pretendem apresentar ou serão chamados a votar em um futuro próximo.

Art. 75º - Ainda nas reuniões citadas no artigo anterior, será apresentada lista das questões mais importantes que os Núcleos de Base sugerem à consideração das Bancadas e órgãos de Direção.

Art. 76º - Com base nos resultados da consulta, cada Diretório fixará as diretrizes políticas correspondentes às questões de sua competência.

Parágrafo único - Essas diretrizes valerão para orientar a conduta de filiados, parlamentares, titulares de postos no Executivo eleitos ou indicados pelo Partido e dirigentes partidários, podendo, a juízo do Diretório ou da Convenção respectiva, serem encaminhadas à Justiça Eleitoral, para os fins da lei em vigor.

Art. 77º - A atribuição de importância às questões, para efeito de encaminhamento das consultas dos Núcleos de Base, é matéria de decisão da Comissão Executiva respectiva, pelo sistema de maioria de votos.

Parágrafo único - A Comissão Executiva Municipal deverá, contudo, incluir na consulta questões solicitadas por 2/3 dos Núcleos de Base; as Comissões Executivas Regionais deverão fazer o mesmo em relação às questões solicitadas por 50% dos presidentes de Diretórios Municipais; e a Comissão Executiva Nacional deverá proceder da mesma forma em relação a questões solicitadas por 50% dos presidentes dos Diretórios Regionais.

TÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO DAS FINANÇAS E CONTABILIDADE

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PARTIDO

Art. 78º - Os recursos financeiros do Partido serão originários de:

- I. contribuições de seus filiados;
- II. doações de pessoas físicas, na forma da lei;
- III. dotações do Fundo Partidário;
- IV. rendas eventuais e receitas de serviços decorrentes de atividades partidárias, na forma da lei;
- V. outros auxílios financeiros não vedados em lei.

Art. 79º - A Comissão Executiva Nacional, ouvidos os Núcleos de Base, fixará, anualmente, os limites das contribuições dos Núcleos e de seus filiados.

§ 1º - Os Diretórios Municipais, Distritais e Zonais poderão propor à Comissão Executiva Nacional uma redução da contribuição, à vista das condições locais.

§ 2º - O filiado que não tiver condição de contribuir poderá pedir a dispensa da contribuição obrigatória junto à Comissão Executiva do Diretório Distrital ou Municipal ao qual esteja filiado.

Art. 80º - Os militantes destacados para exercerem funções no âmbito distrital, estadual e nacional, inclusive os parlamentares de cada um desses níveis, fixarão suas contribuições em discussão com os Diretórios respectivos.

Art. 81º - As contribuições dos filiados serão distribuídas entre os Diretórios de diferentes níveis.

Art. 82º - As receitas obtidas pelo Partido serão contabilizadas, administradas e aplicadas com observância das prescrições legais.

Art. 83º - A abertura e movimentação de contas bancárias em nome do Partido dos Trabalhadores far-se-á, conjuntamente, pelo presidente e pelo tesoureiro da respectiva Comissão Executiva.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE DO PARTIDO

Art. 84º - O orçamento do Partido será elaborado pelos órgãos de direção em todos os níveis, anualmente, até o dia 10 de fevereiro de cada ano.

Art. 85º - O Partido manterá sua escrituração contábil em dia, de conformidade com as exigências legais.

Art. 86º - O extrato da receita e da despesa do Partido será, semestralmente, apresentado às Comissões Executivas, que o enviará aos Conselhos Fiscais, para apreciação.

Art. 87º - O balanço financeiro do exercício findo será elaborado até o dia 10 de março de cada ano e enviado à Justiça Eleitoral até o dia 31 de março do mesmo ano, após exame e aprovação, respectivamente, pelos Conselhos Fiscais e Diretórios do Partido.

CAPÍTULO III

DAS CAMPANHAS ELEITORAIS E DE SUAS DESPESAS

Art. 88º - Instalado o processo eleitoral, as Comissões Executivas Municipais, Regionais ou Nacional, conforme o caso, organizarão comitês responsáveis pelo recebimento e aplicação de recursos da campanha de todos os candidatos a cargos eletivos de sua jurisdição, os quais deverão ser registrados na Justiça Eleitoral.

Art. 89º - Após a Convenção para escolha dos candidatos, os respectivos Diretórios fixarão as quantias máximas a serem despendidas na propaganda partidária e na dos candidatos, organizando o orçamento da campanha.

Art. 90º - A escrituração contábil será feita, em livro próprio, pelo tesoureiro do respectivo Diretório.

Art. 91º - O presidente e o tesoureiro do respectivo Diretório ficarão encarregados da movimentação do fundo e recursos partidários.

Art. 92º - Os Diretórios estabelecerão os critérios para fixação das despesas com a propaganda partidária e de candidatos.

Art. 93º - O Partido prestará contas à Justiça Eleitoral, na forma da lei, após o encerramento da campanha eleitoral.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

Art. 94º - O patrimônio do Partido será constituído de bens móveis e imóveis que venha a adquirir.

Art. 95º - No caso de dissolução do Partido, seu patrimônio será destinado a entidades ligadas aos trabalhadores, conforme deliberação da Convenção Nacional que apreciar a extinção do Partido.

TÍTULO IX DA DISCIPLINA INTERNA DO PARTIDO

Art. 96º - A disciplina interna do Partido será assegurada por meio das seguintes medidas:

- I. a intervenção de órgão superior em órgão inferior;
- II. sanções disciplinares; e
- III. por manifestações dos órgãos do Partido.

§ 1º - A intervenção e as sanções disciplinares são aquelas previstas em lei.

§ 2º - A manifestação dos órgãos do Partido, para fins disciplinares, dar-se-á conforme disposições deste Estatuto e do Regimento Interno.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 97º - Os Diretórios de qualquer nível e os Núcleos de Base deliberam com a presença da maioria absoluta dos seus membros, pelo voto da maioria dos presentes, exceto nos casos previstos em lei.

Parágrafo único - As disposições deste artigo aplicam-se às reuniões dos Conselhos de Ética e Fiscal e de quaisquer comissões ou unidades especiais de trabalho que se formem no interior do Partido.

Art. 98º - Nas reuniões de Diretório e dos Núcleos de Base, a votação poderá ser simbólica ou nominal, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 99º - As convenções elegerão, dentre os filiados do Partido, um Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e três suplentes, e a ele compete examinar e emitir parecer sobre a contabilidade e as finanças do Partido.

Art. 100º - Todos os assuntos referentes à organização e ao funcionamento da estrutura partidária, que não foram objeto da regulação específica neste Estatuto, serão disciplinados pelas disposições da lei.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 101º - A Comissão Diretora Nacional Provisória será constituída de 11 membros.

Art. 102º - As Comissões Provisórias elegerão, dentre seus membros, um presidente, um secretário geral e um tesoureiro.

Parágrafo único - De acordo com as necessidades do Partido, poderão ser criados outros cargos não previstos neste Estatuto.

Art. 103º - As Comissões Diretoras Regionais Provisórias, Comissões Diretoras Municipais Provisórias e as Zonais Provisórias terão tantos membros quantos fixar a Comissão Diretora Nacional Provisória, respeitados os limites previstos em lei.

Art. 104º - As disposições deste Estatuto aplicar-se-ão de imediato, em tudo que for cabível, em relação aos Núcleos de Base constituídos junto às Comissões Diretoras Provisórias em todos os seus níveis.

Art. 105º - Nos termos da lei, o mandato dos primeiros Diretórios eleitos será de um ano.

Art. 106º - A filiação partidária para as primeiras Convenções Municipais será feita perante as Comissões Diretoras Municipais Provisórias.

ANEXO F

MANIFESTO DE LANÇAMENTO

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão imposto aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela participação política dos trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as

condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

ANEXO G

PROGRAMA

Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político – o Partido dos Trabalhadores (PT) – para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele, quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.

Por todas essas razões, nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. Lutas que não começam hoje nem começaram ontem, mas que deram importantes passos nos últimos anos, impondo a necessidade de unificar os movimentos que ocorrem em diferentes fábricas ou bairros populares, em diferentes categorias profissionais e em diferentes regiões do País. A experiência adquirida no curso das lutas recentes mostrou, além disso, aos trabalhadores que suas lutas específicas, por mais amplas que sejam, não asseguram a realização de suas conquistas devido à centralização do poder de decisão política. Os trabalhadores compreenderam, então, que isto só pode ser conseguido através de sua própria participação política no processo de decisão.

Somente esta participação política unificada e seu direcionamento contra o atual regime permitirão transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma força verdadeiramente expressiva em

nossa sociedade. É para isto que os trabalhadores precisam de um partido nacional e que, portanto, não se limite a tal categoria ou a tal região.

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT, a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do País com o seu trabalho. A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, dismantando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do País. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional.

Para atingir este objetivo, o Partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. No entanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindical e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social. Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na resistência e no combate à consolidação do atual regime. Agora, com seu partido, avançam para superar este regime. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira.

Entre as prioridades que o Partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva está o combate a todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. Por isso, devemos lutar contra a atual Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de arbítrio do sistema de poder centrado no Executivo. Não haverá democracia enquanto não forem desativados os órgãos policiais que violentam as organizações e os movimentos populares. Além disso, consideramos que a maior e

a mais ampla liberdade de organização partidária é condição elementar para a garantia de eleições democráticas.

Temos sentido, no dia-a-dia, o peso da legislação e da polícia jogado contra nossas reivindicações justas e legítimas. Na área sindical, à qual o PT deve sua proposta de fundação, o Partido já conta com ampla experiência de muitos militantes que participam da luta pela organização dos trabalhadores. Juntamente com outros setores que integram e integrarão o PT, a experiência já acumulada pelo Partido deverá servir para orientar sua atuação na luta por uma nova legislação, condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo. O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Essa estrutura é pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantêm as terras improdutivas que servem à especulação imobiliária. Combaterá também o fim da expropriação das terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no subsolo segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda a terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado – as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras de faixa de fronteira –, que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas, para o PT, não basta a simples distribuição da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária, postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação de todos os benefícios conquistados pelo trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isto, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora.

É a experiência acumulada que estabelece, desde já, as linhas do PT na luta por liberdade e justiça. O PT afirma o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo. O PT reafirma que os combates contra a miséria, a doença, a ignorância e os preconceitos não são independentes da luta por liberdade e justiça. Pelo contrário, são inseparáveis desta luta.

A alimentação e a saúde, a educação e a cultura são direitos do povo que, contudo, vêm sendo transformados em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. A deterioração e a privatização crescentes do ensino e da saúde pública prejudicam, a um só tempo, professores e estudantes, médicos e pacientes. Serviços de educação e saúde públicos gratuitos são direitos básicos de uma nação verdadeiramente democrática. O PT lutará por estes direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com sua base social. O detalhamento do seu programa surgirá da prática política das suas bases sociais.

O PT tomará posição sobre os grandes temas nacionais a partir da perspectiva daqueles que constroem a riqueza do País, defendendo uma linha de ação na qual o desenvolvimento nacional reflita os interesses dos trabalhadores e não os interesses do grande capital nacional e internacional. O PT combate a crescente internacionalização da economia brasileira, que resulta num acréscimo brutal da dívida externa, ao mesmo tempo que submete a classe trabalhadora a uma exploração ainda mais desenfreada. Os trabalhadores brasileiros são os grandes prejudicados pela crescente dependência externa, econômico-financeira, tecnológica e cultural.

O PT entende, também, que as condições culturais e ecológicas locais devem ser respeitadas nos programas nacionais de desenvolvimento regional.

Combatendo as desastrosas propostas tecnocráticas vigentes, o PT desenvolverá as suas críticas e as suas alternativas a partir da atuação popular ampla, lado a

lado com os setores profissionais organizados e engajados em suas fileiras. Neste sentido, o PT desenvolverá propostas políticas de energia e de

matérias-primas, de política agrária e fundiária, industrial e urbana, sempre voltadas para as necessidades do povo.

A experiência que o PT herdou dos trabalhadores que o criaram se reflete na perspectiva programática de buscar o enraizamento do Partido e de suas plataformas de ação junto às massas trabalhadoras, evitando as soluções de cúpula. O PT intervirá sempre em todas as questões políticas, sociais e econômicas com o propósito de constituir soluções a partir das bases sociais. Por esta razão o PT é democrático, caráter que se reflete também na democracia interna do Partido. Nas lutas democráticas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deverá expressar o programa e a vontade do conjunto partidário, que estaria dotado de instrumentos necessários para que tal ocorra. No âmbito parlamentar, o PT prevê uma política de alianças sobre questões específicas que sirva à causa dos trabalhadores.

O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar e acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico.

Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas, bem como a questão do negro, assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e, não raro, também no lar.

O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto, a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.

Quanto à relação entre as nações, o PT defende uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações, que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza a sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional e a todos os movimentos de âmbito internacional que visem criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade.

Este programa deve ser aprofundado de modo permanente pelos membros do PT e detalhado pela prática política dos trabalhadores; é o

compromisso de permanente participação junto aos movimentos sociais e de defesa dos interesses populares.

No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa.

Plano de ação do partido dos trabalhadores

I. LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SINDICAL

- Total liberdade de organização partidária
- Liberdade e autonomia sindical
- Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado
- Liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e no campo
- Direito irrestrito de greve

II. DESMANTELAMENTO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO POLÍTICA E FIM DA LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO

- Revogação da Lei de Segurança Nacional
- Anistia ampla, geral e irrestrita
- Restituição dos plenos direitos políticos e sindicais aos dirigentes e militantes sindicais cassados
- Apuração das torturas, perseguições políticas e todas as arbitrariedades policiais, com punição dos responsáveis
- Eleições livres e diretas em todos os níveis

- Direito de votar e ser votado para os analfabetos, cabos, soldados e marinheiros

III. COMBATE À POLÍTICA SALARIAL

- Negociações diretas entre trabalhadores e patrões
- Garantia no emprego
- Salário mínimo real e unificado que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família

- Escala móvel de salários

- Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial

- Contra o desemprego

IV. POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

- Contra a privatização da Medicina
- Assistência médica e odontológica pública, gratuita e eficiente a toda a população

- Ampliação dos serviços básicos de saúde e saneamento para a promoção e proteção da saúde

- Política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e sob o controle dos trabalhadores

- Reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos ocupados por moradores de favelas e regularização imediata dos loteamentos clandestinos

- Urbanização e criação de serviços básicos nos bairros populares e nas favelas

- Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores

- Transporte coletivo público, que atenda às necessidades da população

- Criação de creches públicas nos locais de moradia e trabalho

V. SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

- Reforma agrária ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores

- Luta pela terra a quem nela trabalha ou a quem dela foi expulso
- Apoio às lutas dos assalariados rurais, em especial dos trabalhadores temporários
- Igualdade de direitos a todos os trabalhadores rurais, sem distinção de sexo e idade
- Garantia de renda mínima justa para os pequenos produtores

VI. INDEPENDÊNCIA NACIONAL

- Contra a dominação imperialista
- Política externa independente
- Combate à espoliação pelo capital internacional
- Respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos

VII. APOIO AOS MOVIMENTOS DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES, NEGROS E ÍNDIOS

- Contra toda a discriminação racial, econômica, social e política
- Contra a discriminação da mulher
- Defesa do patrimônio cultural dos negros, índios e das minorias
- Demarcação das terras indígenas, reconhecimento de sua propriedade coletiva e autodeterminação com direito ao controle do processo produtivo.

ANEXO H

CARTA DE BRASÍLIA (O PT E O DIA NACIONAL DE LUTA)

O Partido dos Trabalhadores, reunido em sua Primeira Convenção Nacional, no dia 27 de setembro [de 1981]*, em Brasília, manifesta seu mais firme apoio à luta dos trabalhadores, em todo o País, contra o desemprego e a política econômica do governo. Essa luta, que vem se ampliando progressivamente, terá no próximo dia 1º de outubro um de seus marcos significativos: o Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego – data deliberada por unanimidade pelos cinco mil trabalhadores reunidos na 1º CONCLAT [Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras], em Praia Grande, São Paulo, no final de agosto.

Em 1º de outubro, dirigentes sindicais de todo o país entregarão ao presidente da República o conjunto das reivindicações formuladas unitariamente pelos trabalhadores brasileiros: contra o desemprego, pela estabilidade no emprego, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pela reforma agrária, contra a carestia, contra o pacote da Previdência Social e contra a Lei de Segurança Nacional. Esse ato deflagra uma campanha de pressão sindical e popular para que as reivindicações sejam atendidas até o dia 16 de novembro. Até lá, os trabalhadores de todo o Brasil estarão se mobilizando e preparando para dar, ao governo, uma demonstração vigorosa de que estão realmente dispostos a conquistar essas reivindicações.

O Partido dos Trabalhadores – pelas suas origens e por seus compromissos fundamentais – está, desde o começo, engajado na preparação dessa jornada nacional de lutas. Hoje, nesta Primeira Convenção Nacional, o PT reitera não apenas o seu apoio, mas fundamentalmente sua disposição de contribuir para o sucesso político dessa campanha.

Os militantes do PT estão convocados para participar ativamente das manifestações que, em todo o País, estarão sendo realizadas no dia 1º de outubro.

Cada um dos militantes do PT tem a responsabilidade de convocar seus companheiros, na fábrica, no campo, no bairro, na escola – em todo lugar em que haja um trabalhador – para marcar essa data nacional com o peso da insatisfação e da disposição de luta do povo.

Os parlamentares do PT estarão nas ruas, nas portas das fábricas, nas praças, ao lado de todos os trabalhadores. E, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas, no Congresso Nacional, todos se pronunciarão contra a política econômica do governo e em defesa das reivindicações dos trabalhadores.

O PT – como a expressão mais legítima dos anseios das grandes massas populares – reafirma o seu compromisso de fortalecer a mobilização e a organização dos trabalhadores para, em jornadas como essa, irem construindo no Brasil uma sociedade justa, em que não haja explorados nem exploradores.

Brasília, 27 de setembro de 1981.

ANEXO I DESEMPREGO

1 – O PT apóia efetivamente, e seus militantes farão com que este apoio se manifeste no dia-a-dia dos trabalhadores, as lutas dos movimentos populares contra a política recessiva do regime e sua manifestação mais sentida pelos trabalhadores: o desemprego e o subemprego, no campo e na cidade.

2 – Nesse sentido, o PT denuncia e combate as tentativas de o regime estabelecer um *pacto social* cujo verdadeiro objetivo é rebaixar os salários e desmobilizar os trabalhadores, afastando-os de seus interesses e suas lutas.

3 – O PT entende que a resposta dos trabalhadores à política recessiva, ao desemprego e às péssimas condições de trabalho é a mobilização e a organização com base na seguinte plataforma:

- a) liberdade e autonomia sindicais;
- b) estabilidade no emprego;
- c) redução do custo de vida, congelamento dos aluguéis e prestações da casa própria;
- d) reajuste trimestral dos salários;
- e) jornada de 40 horas de trabalho, sem redução dos salários;
- f) reforma agrária radical;
- g) contra a política econômica;
- h) pela revogação da Lei de Segurança Nacional;
- i) pela Central Única de Trabalhadores, construída democraticamente a partir das bases.

Os trabalhadores brasileiros não aceitam ser responsabilizados pela crise econômica e muito menos aceitam administrar a crise em conjunto com os que os exploram no dia-a-dia.

4 – O PT assume hoje, como sua bandeira central, a luta contra o desemprego, conclamando os trabalhadores do campo e da cidade a empunhá-la.

5 – Efetivando essa bandeira, o PT realizará, na segunda quinzena de setembro, um Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego, apoiando todas as iniciativas do movimento popular no mesmo sentido e fazendo dessa ocasião a oportunidade para difundir amplamente as bandeiras de luta dos trabalhadores e, em especial, dois aspectos prioritários: as lutas pela estabilidade no emprego e pelo salário-desemprego.

6 – Visando ao debate e à unificação da atuação dos militantes do PT no movimento sindical, o PT realizará um encontro nacional de seus militantes que atuam no movimento sindical, precedido de encontros municipais e regionais, competindo ao Diretório Nacional encaminhar sua realização.

7 – Com o mesmo objetivo, o PT realizará um encontro nacional de seus militantes que são trabalhadores rurais, visando também discutir suas formas específicas de luta contra o desemprego e traçar uma política agrária que atenda aos interesses dos trabalhadores.

8 – O PT conclama seus militantes, delegados eleitos à CONCLAT, a participarem da reunião que dirigentes sindicais combativos, não necessariamente vinculados ao Partido, estão convocando para os dias 19 e 20, em São Bernardo do Campo. Esses sindicalistas, identificados com as posições que defendemos, articularão uma participação na CONCLAT que garanta a realização de um encontro democrático e responda realmente aos anseios dos trabalhadores brasileiros.

ANEXO J

DISCURSO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA 1ª CONVENÇÃO DO PT

Companheiros e companheiras:

Em nome da Comissão Nacional do Partido dos Trabalhadores, e em meu próprio nome, quero expressar às companheiras e aos companheiros a grande alegria com que vemos a realização desta nossa Primeira Convenção Nacional. A Lei de Reforma Partidária, com todos os seus formalismos, com todos os seus detalhes, não conseguiu esfriar nosso entusiasmo. Embora divergindo do autoritarismo que inspira a lei dos partidos, ela foi cumprida nesta convenção, como tem sido cumprida em todas as atividades do Partido dos Trabalhadores desde o seu início. E chegamos, hoje, cumpridas todas as exigências legais, à Convenção Nacional, que nos permite obter o registro definitivo do nosso Partido.

Superando obstáculos

Aprovamos aqui, como manda a lei, os nossos estatutos e o nosso programa, e elegemos o nosso primeiro Diretório Nacional. Todos os que vêm acompanhando a formação de nosso partido sabem que nem os nossos estatutos, nem o nosso programa, nem os nomes que integram o Diretório Nacional surgiram para o debate apenas no momento desta convenção. Eles vêm sendo discutidos pelas bases do Partido há bastante tempo, nas nossas convenções e pré-convenções municipais e regionais, assim como na Pré-convenção Nacional, que realizamos em São Paulo, em agosto passado.

Porém, companheiros, mesmo a legislação partidária sendo restritiva, como é, provamos a toda a nação que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática democráticas da classe trabalhadora. Fomos além do que a lei exigia: criamos mecanismos internos de participação democrática, sistemas de consulta, sistemas de pré-convenções, multiplicando os debates internos, permitindo ao maior número possível de nossos militantes e filiados ampla participação em todas as decisões. O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira.

Para nós, a realização desta Primeira Convenção Nacional do PT significa mais que mero cumprimento de exigências legais. Por isto, esta Convenção se realiza num clima de festa e de luta. É festa porque o Partido dos Trabalhadores é, como já disse, “uma criança inesperada”. E o clima de luta tem razão de ser porque, como toda criança inesperada, o Partido dos Trabalhadores tem que continuar lutando para continuar vivendo, sobretudo tem que continuar lutando para continuar crescendo.

A verdade é esta, companheiros: nosso partido está aí, um menino que ninguém, além de nós, queria; um menino que nasceu contra a descrença, a desesperança e o medo. Dizemos que é um menino porque ele não tem mais de dois anos e meio.

Essa criança provou que seria forte no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em dezembro de 1978, em Lins. Começou a engatinhar no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas [Minas Gerais], em junho de 1979. E só conseguiu dar seus primeiros passos quando saiu às ruas para participar das lutas de nosso povo contra a opressão e a fome.

Muitos duvidaram de nós, e ainda hoje há aqueles que ousam duvidar da capacidade de organização política dos trabalhadores. No início, diziam que éramos um partido dos trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade. Se o Partido estava apenas nascendo, como é que esses eternos descrentes na capacidade política dos trabalhadores brasileiros poderiam saber tanto a nosso respeito? O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão.

Tínhamos consciência de que, independente do setor social a que pertencessem, os que acreditavam na classe trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, estariam ao nosso lado. Foi com imensa alegria que recebemos, como primeiro intelectual a aderir ao Partido, este trabalhador das artes chamado Mário Pedrosa, há mais de 50 anos dedicando sua vida à luta dos trabalhadores brasileiros. Depois do Mário, que homenageamos hoje, outros vieram; o que há de melhor na cultura e na intelectualidade brasileira. Bastou que isso acontecesse para que surgissem os eternos descrentes, dizendo que o PT, embora nascido dos trabalhadores, se converteria em partido de intelectuais, inviável como todos os outros. Aqui, é preciso que se diga com toda a clareza: o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de

ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.

O que esta Convenção Nacional prova a todos os descrentes, todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável. Vale a pena lembrar algumas coisas, companheiros. Quando partimos, em junho deste ano, para a formação das nossas comissões municipais, os descrentes diziam: “O PT não conseguirá”. Nós conseguimos, e formamos 627 em todo o País. Quando partimos, no início deste ano, para a campanha de filiação, os descrentes diziam: “O PT é inviável”. Conseguimos, e somos, hoje, perto de 300 mil em todo o País.

Hoje, ao realizarmos a nossa Convenção Nacional, há quem duvide do próximo passo. Há quem pense que o PT não conseguirá os 5% dos votos, exigidos em lei, nas eleições de 1982; que o PT não conseguirá os 3% dos votos em nove estados.

Nós, petistas, temos certeza de que voto não será nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorrer nos mesmos erros daqueles que pretenderam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.

Sem confundir sindicalismo e a política partidária

Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical, e nele encontra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do Partido.

Defendemos, sempre, a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. O sindicato é uma ferramenta de luta de todos os trabalhadores, independente das preferências partidárias que tenham. Como partido, não devemos incorrer, jamais, no erro que denunciemos no governo: o paternalismo e a tutela do movimento sindical.

Se lutamos por autonomia e liberdade sindicais, é não somente frente ao Estado, mas também frente aos partidos.

Acusam-nos de termos abandonado o sindicalismo para fazer política. Isso não nos preocuparia se companheiros da base não fossem, muitas vezes, sensíveis a essa argumentação. Por isso, é a esses companheiros que nos dirigimos, e não a carreiristas que roubam do trabalhador o direito de fazer política.

Companheiros: em nosso país, o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista.

Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra.

Em todos esses anos, desde que surgiu o Partido, jamais nos afastamos do sindicalismo – e não há cassação, prisão ou condenação que nos afaste da luta sindical. Alguns companheiros dizem que, como dirigentes do PT, já não devemos “perder tanto tempo indo à porta de fábricas”. Queremos deixar bem clara uma coisa: no dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na

porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção de nosso projeto político, que reafirmamos a nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro.

Pela construção da CUT

Hoje, o movimento sindical passa por um momento muito importante: o da criação da Central Única dos Trabalhadores, de cuja comissão executiva preparatória fazemos parte.

Enquanto lutamos pela construção da Central Única, alguns nos acusam de defender o pluralismo sindical. O que defendemos, companheiros, é antes de tudo a liberdade de as várias tendências existentes entre os trabalhadores se fazerem representar no movimento sindical. Mas isso não significa e nem pode significar sindicato paralelo ou uma central de trabalhadores pela cabeça.

A liberdade e a representatividade que queremos no sindicalismo brasileiro não admite que uma tendência se arvore em padroeira da unidade, da qual devemos ser todos fiéis devotos, sob pena de heresia ou excomunhão política. Não é em aliança com pelegos que faremos a unidade do movimento sindical, mas sim na luta, nas campanhas, nas greves. Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do governo, que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro. E quem pode nos acusar de não lutar junto com a classe trabalhadora?

O Brasil é, certamente, um dos raros países deste continente que jamais conheceu uma reforma agrária. Temos tanta terra e tão poucos proprietários, embora o governo se diga defensor da propriedade... A única *reforma agrária* que nosso país conheceu foi quando a metrópole portuguesa o dividiu em capitanias hereditárias. E essa divisão prossegue. A terra passa, hereditariamente, para as mãos de cada vez menos proprietários, com maiores extensões de áreas improdutivas. As multinacionais aceleram a exploração capitalista no campo e reforçam o latifúndio, expulsando milhares de famílias, que já não têm para onde emigrar. Neste país tão grande, o lavrador sem terra já não tem para onde ir. Só lhe resta uma alternativa: lutar!

Todo o apoio à luta pela reforma agrária

O PT apóia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito à terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores com a eliminação dos atravessadores ou intermediários. É por isso que estamos sendo processados na Amazônia; mas os processos não nos assustam. Assustam-nos as milhares de famílias sem o pequeno pedaço de chão de onde extrair os frutos necessários à vida. Assustam-nos os grileiros, os jagunços e os capangas, que são o braço armado, acima da lei, dos que juntam terras como mero capital a ser valorizado pelo tempo e pela economia inflacionária que pesa sobre nós.

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é, sem dúvida, o mais grave em nossa conjuntura. É ele que provoca os ciclos migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, os gastos com a importação de produtos, que, em princípio, são típicos do nosso solo. Como os lavradores, estamos cansados de esperar uma solução, e já não acreditamos em estatutos que não saem do papel. Só nos resta apoiar a luta de quem vive da terra, fortalecer o sindicalismo rural, criar condições para maior entrosamento entre cidade e campo. O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um partido dos trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária.

Decorrente da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma reforma agrária, afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego – fruto amargo da falida política econômica adotada pelo regime vigente. A economia atual rege-se pelas flutuações do mercado e não pelas necessidades da nação. Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado. Mas não podemos esperar a mudança do sistema enquanto os desempregados engrossam o contingente de marginais, de prostitutas, de parias sociais. Temos que lutar agressivamente por mais empregos, pela estabilidade no emprego, pelo salário-desemprego, pelo salário mínimo real unificado. E um

pequeno, mas importante, passo nessa luta será dado no próximo 1º de outubro, Dia Nacional de Luta, quando iremos às ruas manifestar o nosso descontentamento e as nossas reivindicações mais urgentes.

Com os negros, as mulheres, os índios

Mudou muito o cenário político de nosso povo nestes últimos anos. Outrora se acreditava que só os partidos e os grupos políticos eram capazes de centralizar a organização do movimento popular. Hoje, porém, reconhecemos que os melhores frutos são aqueles que, como o nosso partido, têm suas raízes firmadas nas múltiplas formas de organização existentes no campo, nos bairros, nas periferias, nos centros de trabalho e de estudos, nos setores que têm interesse específico a defender, como as mulheres e os negros. Graças ao movimento popular, o movimento sindical teve maior expressão nos últimos anos. Enganam-se os que ainda pensam que só nas fábricas se apóia o sindicalismo brasileiro.

No bairro da cidade ou no local de moradia da roça, os trabalhadores têm mais liberdade para se encontrar, para se reunir, para se organizar e levar adiante suas lutas sindicais, com a participação de suas esposas, de seus filhos e de seus vizinhos. Graças a essa extensa rede de movimentos populares é que o PT se afirma como expressão política que nasce de baixo para cima.

Não admitimos que as creches, os clubes de mães, as associações de moradores, os movimentos de favelas, os grupos de luta pela terra, as entidades feministas, os núcleos artísticos e demais formas de o nosso povo se organizar na base sejam manipulados como currais eleitorais ou tratados à base do clientelismo político. Reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos. É fundamental para a libertação deste país que os moradores de um bairro ou os posseiros de uma região – independente de suas preferências partidárias – possam se encontrar na base, em torno de suas lutas específicas. Se temos, como militantes políticos, um papel junto aos movimentos populares é o de ajudá-los em sua educação política, sem, porém, induzi-los à nossa opção partidária.

Fazer política não é só militar no Partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto do bairro e pelo melhor preço da safra no campo. É

modificando, em cada lugar deste país, as relações sociais e as relações de produção que o nosso povo chegará, um dia, a modificar em todo o País as relações de propriedade, suprimindo a contradição entre o capital e o trabalho. Por isso, não admitimos que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária; não queremos tutelá-lo. Ao contrário, é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente.

É importante dizer uma palavra sobre o movimento de mulheres, forma de organização específica que se multiplica por este país. Frente à cultura machista que respiramos, às estruturas de uma sociedade tida como exclusiva obra masculina, reconhecemos o direito e o dever de as mulheres lutarem por seus direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, de escravas do lar, de trabalhadoras super exploradas.

A luta das mulheres deve ajudar a nós, homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminina não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses. Homens e mulheres, juntos, devemos lutar incessantemente pela emancipação das companheiras que são escravizadas nas roças e nas fábricas, que enfrentam a maternidade com insegurança e medo, que prostituem seus corpos por não terem outro meio de vida, e que jamais tiveram como exprimir sua palavra.

Há, em nosso País, uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele a sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha a descobrir, à luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. Desde os escravos, os negros lutam, no Brasil, por sua libertação. Os quilombos foram conquistas mais decisivas para se acabar com a escravidão que o pretenso liberalismo da coroa portuguesa ou dos republicanos mancomunados com o capital inglês. Por isso, defendemos o direito de os negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios.

Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade.

Acusamos a Funai de não respeitar os direitos das nações indígenas em nosso país. Denunciamos o Incra e o latifúndio como principais responsáveis pela invasão das reservas indígenas e dos parques que possuem por tradição e direito. Somos solidários à causa indígena, ao movimento União das Nações Indígenas, a que falem seus próprios idiomas e preservem sua própria cultura. Não aceitamos que o índio seja tratado como peça de folclore. Embora, erradamente, tenhamos aprendido a tratar as tribos como selvagens, na verdade, muito temos a aprender de humanidade, de socialização, de respeito à natureza e de amor à vida com os indígenas.

Contra a LSN, pelo desmantelamento do aparelho repressivo

Companheiros! Pesa sobre nós e sobre todos os que, neste País, lutam pela justiça e pela liberdade, a odiosa Lei de Segurança Nacional. Não podemos cessar a nossa resistência ao regime autocrático, implantado no Brasil por golpe de Estado em 1964, enquanto esta lei existir, legitimando o aparelho repressivo. Cabe a toda a nação manifestar o seu repúdio a essa legislação. O Estado de Direito só será restabelecido quando ela se constituir vergonhosa lembrança para nossos juristas e magistrados e o aparelho repressivo for totalmente desmantelado, sem que o poder seja cúmplice do terror.

Não vemos a abertura como um presente dos deuses. Antes, ela foi uma conquista dos movimentos populares, da luta sindical, das campanhas pela anistia, dos protestos das Igrejas e demais setores de nossa sociedade civil. Em certo momento, os arautos do regime viram que era mais conveniente entregar os anéis que correr o risco de perder os dedos. A nova conjuntura internacional exigia que o Brasil tivesse um aspecto um pouco mais democrático. Não nos iludamos, porém. A abertura foi apenas por cima, na tampa da panela. Por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora. A abertura não

chegou à zona rural, às favelas, aos bairros da periferia. O povo sofrido desta nação continua tão excluído da vida política quanto antes – e quando assume a luta por seus direitos, é tratado como caso de polícia. Cabe, pois, ao PT incentivar a nação à conquista de uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular.

Algumas coisas é preciso deixar bem claro: somos um partido legal, um partido de massas, aberto a todos os brasileiros que aceitem o nosso programa político e o assumam em sua prática social. Não surgimos para dividir a oposição, pois jamais aceitamos que a bitola partidária do regime autocrático fosse critério de unidade.

Surgimos das lutas da classe trabalhadora neste país. E se não representássemos uma significativa parcela do nosso povo, não teríamos o notável crescimento que estamos tendo, a ponto de superar a nossa capacidade de organizar os núcleos, que se multiplicam em todas as partes a cada dia.

Sabemos que diversas tendências políticas encontram-se em nossa sociedade. Reconhecemos o direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas. Lamentamos que, por força do regime repressivo em que vivemos, essas tendências atuem na ilegalidade, embora sejam justas e legítimas as suas bandeiras. Lutamos e lutaremos pela legalização de todas elas, a fim de que suas práticas sejam comprovadas pelo veredicto popular. Preocupa-nos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa. Nunca pedimos nem pediremos atestado ideológico a ninguém.

Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessanos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não

se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores.

PT: candidatos próprios a todos os cargos

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do País. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo. É com esta plataforma que os nossos candidatos devem ter compromisso. Ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária.

Quero ainda ressaltar nosso apreço por esses companheiros que, em todos os rincões do País, dão mostras de serviço efetivo aos interesses populares, enfrentando toda sorte de perseguições, calúnias, prisões e expulsões: os membros das comunidades eclesiais de base e os padres e bispos ligados a elas. Não somos um partido confessional e não aceitamos que a Igreja interfira em nossas atividades, assim como não queremos interferir nas atividades da Igreja. Entre a Igreja e o Partido deve haver clareza das funções diferentes, distintas, embora, muitas vezes, estejamos, na vida oprimida e injusta de nosso povo, unidos pelo mesmo anseio de libertação.

Contudo, repudiamos a prática partidária que pretenda reduzir as comunidades de base a núcleos partidários. Respeitamos, como questão de princípio, a fé de nosso povo e seu direito de liberdade religiosa, como atividade

pública, mas não seremos, jamais, um partido de crentes ou de ateus. Para nós, a divisão é outra, é entre os que estão do lado da libertação e os que estão do lado da opressão. O Partido dos Trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital.

Reconhecendo todos aqueles que na Igreja prestam serviços à causa do povo brasileiro, denunciemos as perseguições que o governo faz a leigos, padres e bispos, em nome do fantasma do comunismo. Nosso partido apoiará sempre, independente de sua confissão ou crença religiosa, todos aqueles que, neste país, são vítimas da intolerância, do arbítrio e da crueldade do poder.

Rumo ao socialismo democrático

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações, que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

O que importa aqui observar é que essas questões só servem para expressar a desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores brasileiros em definirem o seu próprio caminho. São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito, que os trabalhadores deveriam comer. São dúvidas de quem está longe das tarefas concretas das lutas populares, de quem não aprendeu ainda a conviver com o povo, muito menos a sentir o que o povo sente.

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às

simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?

Mas o problema não é apenas este. Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país?

Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, que devemos aqui declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira.

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra.

Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos

por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

ANEXO L

ELEIÇÕES

1 – A ampliação da organização da base através da nucleação em massa deve ser tomada como tarefa fundamental, para que nossa atuação no processo eleitoral possa significar uma efetiva organização dos trabalhadores.

2 – O PT luta por eleições livres e diretas em 1982 e 1984 e combate a fixação de regras que desvirtuem o caráter democrático do voto, como o voto vinculado, o voto distrital, a sublegenda, as limitações à propaganda eleitoral e a proibição de coligações.

3 – Nossa resposta a essas e outras medidas antidemocráticas que o regime tenta impor é a mobilização dos trabalhadores na luta por eleições livres e diretas, e não acordos de cúpula e a fusão com outros partidos.

4 – O PT repudia também o enquadramento de lideranças políticas na LSN [Lei de Segurança Nacional], como forma de torná-las inelegíveis. Nesse sentido, o PT prossegue em sua luta pela revogação da LSN e contra os dispositivos de inelegibilidade impostos pelo regime.

5 – O PT lançará, em 1982, candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política.

6 – O lançamento de candidatos do PT deve, porém, ser precedido de um amplo debate no Partido, sendo fundamental a elaboração de programas de governo em nível nacional, estadual e municipal. As indicações de candidatos devem ser posteriores, também, à definição de uma tática eleitoral.

7 – O debate que precede a indicação de candidatos pelo PT deve ser estendido aos movimentos populares, de onde o Partido deve extrair subsídios para a colaboração dos programas de governo, da tática eleitoral e para a própria escolha de candidatos.

8 – Em caráter indicativo, propõem-se como eixos dos programas de governo:

- a democratização da administração pública;
- o fim da repressão e o desmantelamento dos órgãos repressivos;
- a posse da terra para quem nela mora e trabalha.

9 – O processo de discussão sobre a questão eleitoral, no PT, desembocará na realização, até janeiro, de encontros democráticos – distritais, municipais, estaduais e nacional – nos quais serão discutidos e aprovados os programas de governo, a tática eleitoral e serão escolhidos, democraticamente, os candidatos do Partido.

ANEXO M

MOÇÃO (O PT E A CRISE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL)

A crise da Previdência é hoje o centro de uma crise política que exige um posicionamento do Partido dos Trabalhadores. O governo pretende cobrir o rombo do orçamento da Previdência com medidas entre as quais se destaca a elevação de 8 para 10% da contribuição das empresas e trabalhadores. Na prática, isto significa reduzir ainda mais o poder aquisitivo dos trabalhadores, que já não têm como satisfazer suas necessidades com o salário de fome que recebem.

Segundo o governo, a Previdência terá um déficit este ano de 200 a 300 bilhões de cruzeiros para uma receita de 1.065 bilhões. Para o ano que vem, se não forem tomadas as medidas que propôs, este déficit aumentaria para 500 bilhões ou talvez até 1 trilhão.

Para o governo, os maiores responsáveis por essa crise da Previdência são os reajustes dos benefícios em 10% acima do INPC (para os beneficiários até 3 salários mínimos) e o custo dos serviços médicos. Estas duas despesas teriam aumentado muito além das arrecadações da Previdência.

A crise financeira da Previdência não é fato novo; ela vem sendo alardeada periodicamente há 40 anos e sempre com os mesmos desdobramentos: a imposição de medidas restritivas nos planos de benefícios e serviços e o aumento do ônus dos trabalhadores no custeio dos gastos da Previdência.

Um dos principais responsáveis pelo déficit da Previdência é o próprio governo, que deve para ela mais de 100 bilhões de cruzeiros (alguns dizem que deve mais de 200 bilhões). E o governo vem se recusando a pagar, alegando falta de verbas, o combate a inflação, etc.; porém, quando se trata de beneficiar a burguesia, a quem ela serve, o gasto de mais de 1 trilhão de cruzeiros em subsídios e incentivos fiscais e creditícios é defendido com o argumento de estímulos a produção, à exportação, criação e manutenção de empregos, etc. Não interessa que todo esse dinheiro no fim das contas esteja beneficiando apenas os patrões... (as famosas tetas do governo)!

As razões do déficit da Previdência, não interessa ao governo discutir. Elas têm origem na própria Política Econômica responsável pela selvagem exploração do trabalhador; pelos assustadores índices de acidentes no trabalho; pelas doenças provocadas por insalubridade, desnutrição, etc.; pelos altos índices

de desemprego e subemprego; etc. E o desemprego provocado pela atual política econômica, ao reduzir o número de contribuintes à Previdência, diminui a receita e amplia seu déficit orçamentário.

Segundo o governo, existem hoje 23 milhões de trabalhadores contribuintes da Previdência (87% dos trabalhadores ativos do País), que sustentam outros 8,5 milhões de beneficiários inativos. O Ministro da Previdência acha exagerado este número de inativos... ele se esquece, entretanto, que o “milagre econômico brasileiro” se fez às custas de uma enorme elevação dos índices de acidentes no trabalho e que até hoje a segurança dos trabalhadores não é respeitada para que as empresas aumentem seus lucros.

Da receita da Previdência, 65% é consumido com os benefícios. Sua distribuição mostra a miséria vivida pela grande maioria dos trabalhadores. Mostra que as condições de habitação, saneamento, nutrição são as principais responsáveis pela situação atual.

Dos 65% gastos pelo INPS em benefícios, 8% destinam-se aos aposentados por tempo de serviço, 9% aos pensionistas; 10% para os acidentados afastados definitivamente do trabalho e 34% a auxílio-doença. A pequena despesa com as aposentadorias e pensões não poderia ter causado o rombo no orçamento da Previdência...

O déficit da Previdência se deve à selvagem exploração do trabalhador, que se manifesta também na exploração dos serviços médicos por empresas capitalistas que transformam a saúde dos brasileiros em mercadorias, que podem ser compradas apenas por quem tem dinheiro. Os serviços que deveriam ser responsabilidade do Estado e gratuito para toda a população são péssimos e pioram a cada dia, pois o interesse das empresas que os prestam não é outro senão o lucro.

Consideramos cinismo a proposta de reduzir ainda mais o já insuficiente salário do trabalhador em troca da manutenção da assistência médica e outros benefícios. Consideramos cinismo elevar a contribuição do trabalhador para continuar alimentando um modelo de saúde mercantilizado, corrupto, inadequado às necessidades da população e que serve apenas aos interesses do empresariado privado do setor.

A proposta de enfrentamento da crise deve passar, ao contrário do proposto pelo governo, pela mudança da estrutura de assistência médica da

Previdência. E a forma de realizá-lo está claro: modificar a atual forma de pagamento dos serviços privados e implantar uma rede nacional de serviços básicos de saúde, capaz de solucionar, a baixos custos, os principais problemas de saúde da população, diminuindo os recursos aos serviços mais complexos e ao setor privado.

No entanto, essas medidas vêm sendo obstaculizadas pelo empresariado da saúde, através da pressão de suas entidades representativas e a colaboração de dirigentes do sistema previdenciário e de saúde, muitos dos quais, eles próprios empresários privados da área.

A questão dos benefícios oferecidos pela Previdência, enquanto perdurarem as péssimas condições de vida e trabalho dos trabalhadores, continuará a recolocar, de tempo em tempo, as “crises” da Previdência, que terão suas soluções definidas a partir da capacidade de luta da classe trabalhadora em não se deixar espoliar em favor dos interesses das empresas, do lucro, pela ação do Estado, que se coloca francamente a favor dos empresários.

As conquistas dos trabalhadores proporcionam uma melhora nas suas condições de vida, mas têm que ser garantidas contra a contínua pressão dos empresários e do Estado. Por isso existe a necessidade de os trabalhadores exercerem o controle popular dos serviços públicos, a crítica aos programas de saúde, educação, transporte, habitação, etc.; enfim, a mobilização de todos contra a exploração e a opressão.

Assessoria de saúde do PT

São Paulo, 8 de agosto de 1981

ANEXO N

REGIMENTO INTERNO

Resolução Nº 1

1 – Os núcleos de base deverão ser registrados na zonal, distrital ou municipal em cuja base territorial atuam, ou na Regional, na hipótese de inexistir a referida instância municipal.

2 – O registro dos núcleos de base é feito mediante carta dirigida ao respectivo Diretório ou Comissão Provisória, na qual constem os nomes de seus integrantes, local, dia e hora de suas reuniões e montante de sua contribuição financeira.

3 – Estas informações deverão ser enviadas pelos Diretórios Municipais e Distritais aos Diretórios Regionais e, por estes, ao Diretório Nacional, até 60 dias após o registro.

4 – O registro de novos núcleos e a atualização dos dados dos já existentes, se for o caso, devem ser feitos até 60 dias antes da realização das Convenções.

5 – Os núcleos de base terão no mínimo 21 membros.

6 – A respectiva Regional decidirá sobre a suspensão da exigência mínima de 21 membros para os núcleos em municípios, distritos e zonais, desde que os núcleos apresentem justificativa.

7 – A suspensão vigora pelo prazo máximo de seis meses, podendo ser prorrogada uma vez, a critério da mesma Regional e à vista de justificativa apresentada pelo núcleo.

8 – Os núcleos de base reunir-se-ão, no mínimo, uma vez por mês, e terão um coordenador, um secretário e um tesoureiro, substituíveis a qualquer tempo.

9 – Os núcleos de base só serão registrados mediante proposta de contribuição financeira regular e mensal para o respectivo Diretório, exceto na hipótese do Art. 79, § 2º do Estatuto do PT.

10 – Nenhum filiado do PT poderá militar em mais de um núcleo por local de moradia.

Resolução Nº 2

1 – Os núcleos de categoria ou por movimento social cujos membros não tenham o mesmo domicílio eleitoral registrar-se-ão junto ao Diretório Regional, quando de base territorial regional, ou nos Diretórios Municipais, Zonais ou Distritais quando esta for a base territorial da categoria em questão, decidindo sobre as questões pertinentes à ação política referente à categoria e ao local de trabalho.

2 – Os núcleos por local de trabalho cujos membros não tenham o mesmo domicílio eleitoral registrar-se-ão junto ao Diretório Zonal, Distrital ou Municipal, decidindo sobre as questões pertinentes à ação política no local de trabalho.

3 – Aplicam-se a estes núcleos as mesmas normas constantes da Resolução Nº1.

Resolução Nº 3

1 – Nos encontros preparatórios municipais, zonais e distritais para definir o Plano de Ação, escolher candidatos às eleições e outras deliberações previstas no Art. 14 do Estatuto do PT, os núcleos enviarão delegados em número a ser fixado pelos respectivos Diretórios, obedecendo-se a critérios e proporcionalidade mínima a serem fixados pelos respectivos Diretórios Regionais, ouvidos os Diretórios Municipais.

2 – No nível dos municípios, zonas e distritos, poderão ser criados junto aos respectivos Diretórios um Conselho de Representantes dos Núcleos, que se reunirá com o Diretório, convocado pelo mesmo, com caráter consultivo.

Resolução Nº 4

1 – Nos Encontros Regionais e no Encontro Nacional, participarão representantes dos núcleos de base, para serem consultados sobre as decisões a serem tomadas, em cumprimento do disposto no Art. 72 do Estatuto do PT.

2 – A proporcionalidade dos representantes de núcleos ao Encontro Regional será fixada pelos Diretórios Regionais, ouvidos os Diretórios Municipais, Zonais e Distritais, levando em conta, para essa definição, o número de filiados conjugado com o número de presentes à reunião de escolha dos delegados.

3 – No Encontro Nacional, cada estado terá direito a enviar, além dos delegados oficiais, mais um delegado para cada 1.000 (mil) filiados no Estado, escolhidos esses delegados em encontros preparatórios estaduais.

Serão considerados os filiados até a data do Encontro Regional preparatório.

O Encontro Regional preparatório deverá ser realizado até 30 dias antes do Encontro Nacional.

São delegados natos ao Encontro Nacional os membros da Executiva Nacional e suplentes e os delegados dos estados à Convenção Nacional.

4 – Os Encontros Regionais e Nacional, preparatórios das Convenções que elegerão Diretórios, discutem também as respectivas Executivas.

Resolução Nº 5

O PT realizará encontros para discutir seu Plano de Ação no mínimo a cada seis meses nos municípios, distritos e zonas, e uma vez por ano nos estados, territórios e em nível nacional.

ANEXO O

MOÇÃO

"Segundo o governo, existem hoje 23 milhões de trabalhadores contribuintes da Previdência (87% dos trabalhadores ativos do País), que sustentam outros 8,5 milhões de beneficiários inativos. O Ministro da Previdência acha exagerado este número de inativos... ele se esquece, entretanto, que o "milagre econômico brasileiro" se fez às custas de uma enorme elevação dos índices de acidentes no trabalho e que até hoje a segurança dos trabalhadores não é respeitada para que as empresas aumentem seus lucros."

Da receita da Previdência, 65% são consumidos com os benefícios. Sua distribuição mostra a miséria vivida pela grande maioria dos trabalhadores. Mostra que as condições de habitação, saneamento, nutrição são as principais responsáveis pela situação atual.

Dos 65% gastos pelo INPS em benefícios, 8% destinam-se aos aposentados por tempo de serviço, 9% aos pensionistas; 10% para os acidentados afastados definitivamente do trabalho e 34% a auxílio-doença. A pequena despesa com as aposentadorias e pensões não poderia ter causado o rombo no orçamento da Previdência...

O déficit da Previdência se deve à selvagem exploração do trabalhador, que se manifesta também na exploração dos serviços médicos por empresas capitalistas que transformam a saúde dos brasileiros em mercadorias, que podem ser compradas apenas por quem tem dinheiro. Os serviços que deveriam ser responsabilidade do Estado e gratuito para toda a população são péssimos e pioram a cada dia, pois o interesse das empresas que os prestam não é outro senão o lucro.

Consideramos cinismo a proposta de reduzir ainda mais o já insuficiente salário do trabalhador em troca da manutenção da assistência médica e outros benefícios. Consideramos cinismo elevar a contribuição do trabalhador para continuar alimentando um modelo de saúde mercantilizado, corrupto, inadequado às necessidades da população e que serve apenas aos interesses do empresariado privado do setor.

A proposta de enfrentamento da crise deve passar, ao contrário do proposto pelo governo, pela mudança da estrutura de assistência médica da

Previdência. E a forma de realizá-lo está claro: modificar a atual forma de pagamento dos serviços privados e implantar uma rede nacional de serviços básicos de saúde, capaz de solucionar, a baixos custos, os principais problemas de saúde da população, diminuindo os recursos aos serviços mais complexos e ao setor privado.

ANEXO P

CARTA AO POVO BRASILEIRO

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornasse assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo

de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em

1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da

distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio.

Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002

ANEXO Q

DATAS PRÉ-PT

JULHO DE 1978 - BAHIA

No Congresso dos Trabalhadores de Petróleo Lula lança a idéia de formação de um partido político dos trabalhadores.

11 DE DEZEMBRO DE 1978 – SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Sindicalistas discutem a proposta de criação de um partido de trabalhadores.

19 DE JANEIRO DE 1979 – PORTO ALEGRE (RS)

Lançamento nacional da idéia de criação de um partido dos trabalhadores durante encontro intersindical.

24 DE JANEIRO DE 1979 – LINS (SP)

Sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, aprovam a tese, originalmente proposta por metalúrgicos de Santo André, “chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores”. Esse documento ficou conhecido como Tese de Santo André-Lins.

10 DE MAIO DE 1979 – SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Lançamento público da Carta de Princípios do PT que conclui que “os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir essa tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido”.

13 DE OUTUBRO DE 1979 – SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Em reunião, no salão de festas do restaurante São Judas Tadeu, com a presença de 130 pessoas, representando mais de seis estados do país, foi lançado oficialmente o “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”. Os presentes aprovaram uma Declaração Política, que expressava as conclusões dessa reunião, uma Plataforma Política que indicava as reivindicações que o Movimento pelo PT deveria levar imediatamente e Normas Transitórias de Funcionamento que apontavam sugestões básicas para a organização do PT em todos os níveis, além de uma Nota Contra a Reforma Partidária que expressava a posição do Movimento diante da reforma partidária do regime.

Nesse fórum foi também eleita uma Comissão Nacional Provisória, composta por 17 pessoas, que dirigiu o Movimento até junho de 1980.

Fonte: Documentos Básicos – Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, livreto publicado provavelmente em 1979.